UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROGRAMA DE MUDANÇA SOCIAL E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

RACHEL MACEDO ROCHA

**Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade: Discursos do Direito em Acórdãos
de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transexuais**

São Paulo
2017

RACHEL MACEDO ROCHA

Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade: Discursos do Direito em Acórdãos de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transexuais

Dissertação apresentada à Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências, pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela Comissão julgadora em 11 de setembro de 2017. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP(BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:
Mudança Social e Participação Política

Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabete Franco Cruz

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Rocha, Rachel Macedo

Capricho, farsa ou imitação da realidade : discursos do direito em acórdãos de retificação de registro civil de travestis e transexuais / Rachel Macedo Rocha ; orientadora, Elizabete Franco Cruz. – 2017
173 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Gêneros (Grupos sociais). 2. Identidade sexual. 3. Transexualidade. 4. Acórdão. I. Cruz, Elizabete Franco , orient. II. Título

CDD 22.ed. – 305.3

Nome: ROCHA, Rachel Macedo

Título: Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade: Discursos do Direito em Acórdãos de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transexuais.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Mudança Social e Participação Política

Aprovado em: 11 / 09/ 2017

Banca Examinadora

Prof.Dr.	Leandro de Oliveira	Instituição:	Universidade Federal de Minas Gerais
----------	---------------------	--------------	--------------------------------------

Julgamento: Aprovada

Prof. Dra	Silvana de Souza Nascimento	Instituição:	Universidade de São Paulo
-----------	-----------------------------	--------------	---------------------------

Julgamento: Aprovada

Prof. Dra	Gislene Aparecida dos Santos	Instituição:	Universidade de São Paulo
-----------	------------------------------	--------------	---------------------------

Julgamento: Aprovada

À Phedra de Córdoba, a Diva do Roosevelt,
in memoriam

À Natalia, Henrique,
sonhem todos os sonhos do mundo.

Ao Sergio,
pelo companheirismo.

Agradecimentos

Impossível não agradecer às pessoas que me acompanharam nesta viagem. A viagem da pesquisa e da escrita é solitária, estranha; assusta, priva e nos afasta de nós mesmos e daqueles que tanto insistiram no caminhar e chegaram junto ao destino.

Quando eu era criança, morava a 568 quilômetros da capital paulista. Na minha rua morava uma menina muito especial, “Ci”. Escrevi sobre essa garota em um blog que mantive por 4 anos assim: “Dentre as meninas da rua, tinha uma que chamava a atenção. (...) ‘Ci’” morava com os pais, dois irmãos e uma prima que a mãe criava. A prima, Isa, era linda, parecia saída do filme “Alice”. Loira, cabelos sempre presos com laços de fita coloridos e vestidos impecáveis. Ci era o oposto da prima; estava sempre de short, camiseta e tênis. Ela preferia brincar com os meninos. Era minha amiga e sua diferença não era impedimento à nossa amizade. Com o tempo, os meninos começaram a zombar de Ci, chamavam-na de mulher macho. Eu ficava muito brava com aquilo e enfrentei várias brigas por causa de Ci. Todas nós defendíamos Ci dos meninos. A mãe de Ci fazia de conta que não entendia o “gosto” da menina. Comprava bonecas e brinquedos de casinha (...). Ela dava tudo para a prima. Até que em um natal Ci ganhou uma bicicleta “modelo de menino” e Isa uma daquelas bicicletas de cestinha “de meninas”. Os pais de Ci entenderam que nada adiantaria tentar “moldar” a menina ao que eles entendiam ser o melhor para ela. E Ci cresceu assim, vestindo e se comportando como bem entendesse. Eu admirava Ci. Uma menina corajosa para aqueles dias de 1973/74/75.”ⁱ

Essa estima por Ci e todas as pessoas trans que conheci nesta caminhada, agradeço à minha mãe, que me ensinou que nossas diferenças não devem nos inferiorizar, tampouco inferiorizar o outro. É dela meu primeiro agradecer.

Meu agradecer é longo e de muito carinho. Começa com meus colegas da UERJ, que me motivaram a não “estacionar” e insistir nessa contribuição acadêmica. Meu agradecer é especial aos amigos da Comissão da Diversidade Sexual da OAB/SP, lugar de muito aprendizado, não apenas profissional, mas de experiências de vida. Meu outro agradecer se dirige aos meus colegas de trabalho na Assembleia Legislativa de São Paulo, a quem eu dedico, em nome de todos e todas, à Carmen

Silvia Válio de Araujo Martins, meu carinho. O compromisso de Carmen foi um respiro nessa viagem. Muito obrigado a todos e todas!

Meu agradecer não teria razão se não registrasse minha eterna gratidão às “*The Powerpuff Girls*”, amigas queridas sempre a postos neste trafegar.

Meu agradecer é de apreço ao meu superior imediato Barros Munhoz. Trabalhar e estudar é tarefa custosa, dura, exige desdobrares; e você me possibilitou ziguezaguear por essas tarefas com o apoio que pude merecer.

Meu agradecer também é dos irmãos, sobrinhos, cunhadas, a quem dedico, em memória de Nicodemos, um momento de emoção por ocasião de minha passagem pela Faculdade de Saúde Pública, espaço onde cursou seu mestrado e doutorado em medicina veterinária. Meus passos seguiram os teus naqueles dias de aprender. Tudo era sua memória.

Meu agradecer é de admiração e respeito ao Prof Dr. Leandro de Oliveira e à Prof^a Dra^a Claudia Ribeiro Silva, pelas contribuições lançadas por ocasião da banca de qualificação e pelo incentivo e indagações sugeridas nesta defesa; tais manifestações são um estímulo em um novo trilhar. À Prof^a Dra Silvana de Souza Nascimento, Prof^a Dra Gislene Aparecida dos Santos e ao Prof. Dr. Leandro de Oliveira, meu agradecimento por compartilhar deste momento.

Meu agradecer não tem palavras para minha orientadora Elizabete Franco Cruz. Quanta sabedoria, paciência, generosidade nessa troca diária de ensinamentos. Bete alertava para a pesquisa, mas compreendia a militância. Bete me mostrou que o espaço acadêmico é plural, diverso, um lugar de debates e de respeito às diferenças. Bete sabe do que falo, e do meu receio, a princípio, em aceitar o meu convite a essa viagem acadêmica. Bete é companheira de estudos, da vida, das minhas saudades, e de meu amadurecer. É dela meu carinho e minha amizade nesta longa jornada da vida.

Meu agradecer especial vai para meus amores, Natalia e Henrique, pelo carinho e pela compreensão das tarefas da mãe. Ao Sergio, pelo companheirismo e o debater exaustivo neste pensar e escrever. A solidão une querido, e é companheira de todas as horas.

Meu agradecer é de gratidão às pessoas que me ajudaram a construir esta dissertação: Dennis, Laura, Ronnye, Marcelo, Carol Mendonça, Leticia, Neto, Patricia, Angela, Luiz Fernando, Hermínia, pelas sugestões e no fazer de gráficos, tabelas e ferramentas que eu não domino. Muito obrigado, queridos.

Meu agradecer final vai para as mulheres transexuais, travestis, homens trans e outros transgêneros, que resistem e se reinventam nesta viagem da vida. Viver não é uma farsa, um capricho, uma imitação; viver é ser gente, como arrematou Letícia Lanz.

RESUMO

ROCHA, Rachel Macedo. **Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade:** Discursos do Direito em Acórdãos de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transexuais. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Versão corrigida.

Historicamente somos identificados a partir do corpo, mais especificamente da genitália que nos classifica no padrão binário de gênero, masculino e feminino. Ao longo da história da humanidade, esta regra padroniza as formas de ser e viver e prescreve a constituição dos sujeitos, das identidades, do sexo e da sexualidade, adquirindo estatuto de verdade. Uma das grandes questões a orientar a identidade civil é o sexo. Travestis e transexuais que transitam ou atravessam as fronteiras definidas pelas normativas de sexo e gênero, caso queiram mudar de nome, têm como exigência a autorização judicial. Realizei uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de analisar os discursos jurídicos em acórdãos de retificação de registro civil de transexuais e travestis no Tribunal de Justiça de São Paulo. O referencial teórico utilizado foram os estudos de gênero, ferramentas conceituais de Michel Foucault e aportes do campo do direito. Analisei 45 acórdãos do órgão superior do judiciário paulista do período de 2000 a 2015. Para analisar o material, tomei como inspiração Spink, ao construir de mapas temáticos. Os resultados sinalizam que as decisões, tanto para acolher, como para negar os pedidos, utilizam os saberes jurídicos e especialmente saberes médicos, pautados em um modelo biomédico de concepção da transexualidade e travestilidade. Como consequência desta fundamentação, observamos que, no campo do Direito, cristaliza-se uma concepção que moraliza e transforma as identidades de gênero não hegemônicas em patologias, como a de travestis e transexuais.

Palavras-chave: Gênero. Nome. Acórdão. Travestilidade. Transexualidade.

ABSTRACT

ROCHA, Rachel Macedo. **Caprice, Farce or Imitation of Reality:** Speeches in the Law on Rectification of Civil Registry of Transvestites and Transsexuals. 2017. 173 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2017. Corrected version.

Historically we are identified by our bodies, more specifically by our genitalia that classifies us in the binary gender pattern, male and female. In the course of mankind's history, this rule standardizes the ways to see and live and prescribes the constitution of subjects, identities, gender and sexuality, acquiring status of truth. One of the great questions to orient civil identity is gender. Transvestites and transsexuals that walk by or trespass the boundaries defined by the norms of sex and gender, in case they want to change their names, have, as a demand the judiciary authorization. We conducted a qualitative research, with the intent of analyzing the judiciary speeches in judgement of rectification of civil records of transsexuals and transvestites on the São Paulo Court of Law. The theoretical referential utilized were the studies of gender, conceptual tools of Michel Foucault and contribution of the Law field. I have analyzed 45 judgements of São Paulo's superior court, between 2000 and 2015. In order to analyze the material, we took as inspiration the methodology proposed by Spink, when constructing thematic maps. The results signal that the decisions, both to accommodate and to deny the requests, utilize judicial, and especially medical, knowledge, lined in a biomedical model of the conception of transsexuality and travesty. As a consequence of this fundamentation, we observe that, in Law, there is a crystallization that moralizes and transforms the gender identities not hegemonics in pathologies, like the ones of the transvestites and transsexuals.

Keywords: Gender. Name. Judgement. Travesty. Transsexuality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Hay niñas com pêne y niños com vulva.....	45
Figura 02 – O trânsito da ação.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Nome social na Escola.....	54
Gráfico 02 – Nome social na Escola.....	55
Gráfico 03 – Nome Social na Escola.....	55
Gráfico 04 – Tempo médio das sentenças nas Varas.....	80
Gráfico 05 – Tempo médio de tramitação dos processos baixados nas Varas....	81
Gráfico 06 – Distribuição do gênero dos acórdãos.....	101
Gráfico 07 – Origem dos recursos.....	102
Gráfico 08 – Resultado de acórdãos MP.....	103
Gráfico 09 – Cirurgiados/não cirurgiados recursos MP.....	103
Gráfico10 – Recurso dos interessados.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – CID 10.....	41
Quadro 02 – DSM-V.....	42
Quadro 03 – Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS.....	72
Quadro 04 – Proposituras em Tramitação na Câmara Federal.....	87
Quadro 05 – Parâmetros de busca de decisões judiciais.....	95
Quadro 06 – Modelo do Registro dos dados acessados nos acórdãos.....	99
Quadro 07 – Quadro geral dos acórdãos.....	100
Quadro 08 – Mapa Argumentativo.....	105
Quadro 09 – Eixos temáticos.....	143

LISTA DE SIGLAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEH – Associação Brasileira de Estudos de Homocultura

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

AC – Apelação Cível

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APA – American Psychiatric Association

CID – Classificação Internacional de Doenças

CFM – Conselho Federal de Medicina

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

COI – Comitê Olímpico Internacional

CPC – Código de Processo Civil

DSM – Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, publicado pela American Psychiatric Association
ACPA – College Student Educators International

ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta Contra Aids

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

GLB – Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

HBO – Home Box Office

IMESC – Instituto de Medicina Social e Criminalística do Estado de São Paulo

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

LRP – Lei de Registro Público

MEC – Ministério da Educação

MP – Ministério Público

NUDIVERSIS – Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PEE – Plano Estadual de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PROAC – Programa de Ação Cultural

POT – Programa de Operação de Trabalho

REDE TRANS – Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEE – Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

SESC – Serviço Social do Comércio

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TGEU– Transgender Europe

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 Gênero e Sexo: O que está em jogo?	28
2.1 Breve histórico da sexualidade.....	28
2.2 A Categoria Gênero	30
2.3 Os Corpos Nomeados: o Discurso da Patologização.....	36
2.4 Hay niñas com pene y niños com vulva	48
2.5 Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e outros Transgêneros	51
2.6 Relações de Poder e o Desafio da Existência.....	52
2.7 O Movimento LGBT. Avanços e a Pauta Trans.....	61
3 Direitos de Travestis e Transexuais. Diálogos Jurídicos	65
3.1 O Direito e o humano	65
3.2 O Direito e a Retificação de Nome	70
3.3 Da Atual Situação no Legislativo	86
4 O caminho da pesquisa.....	91
4.1 Pesquisando os Documentos.....	94
4.2 A Ferramenta Analítica – Identificando os Acórdãos.....	98
4.3 Quadro Geral dos Acórdãos.....	99
4.4 Pesquisas com Acórdãos.....	107
5 A Análise dos Acórdãos: Jogos de “Verdades”	112
5.1 A “Verdade” Biomédica	114
5.2 A “Verdade” do Direito.....	130
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS.....	148
ANEXO 1 – Rede de Serviços SUS	157
ANEXO 2 – Mapa Temático	158
ANEXO 3 - Relação de Apelações 2000/2015.....	166
ANEXO 4 - RESOLUÇÃO 1.995, de 3 de setembro de 2010	167
ANEXO 5 - LEI nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (arts 1º a 21).....	169
ANEXO 6 - LEI nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 (arts. 55 a 58).....	173

1 INTRODUÇÃO

Lutando Sozinho é um dos títulos de capítulo do livro *Viagem Solitária*, de João W. Nery, o primeiro homem trans que foi operado no Brasil. A partir de um fragmento do livro, esta pesquisa, assim como a obra de Nery, convida a pensar e refletir a identidade de gênero e seu leque diverso de possibilidades, muito além da prescrição ancorada em verdades cristalizadas pelo binarismo de gênero.

Eu não conhecia ninguém igual a mim. Não era hetero, não era homo, era trans. Mas o que é ser trans? Eu não sabia. Eu só era diferente. Precisava me reinventar. Dois meses tinham se passado desde o rompimento do primeiro elo. Estava totalmente recuperado da cirurgia. Começava a engatinhar tanto nas delícias como nas agruras desta nova vida. A luta era árdua, mas fôlego não me faltava. (NERY, 2011, p. 204)

Os medos, os pesadelos, a angústia e as perdas narradas na viagem de João não se distanciam muito da solidão de pessoas identificadas como mulheres transexuais, homens trans e travestis¹ e outros transgêneros que, ainda hoje, relatam as cicatrizes sedimentadas por significativas representações políticas, sociais e econômicas. Quando tive minha primeira experiência com o processo de retificação de registro civil de Paula,² de 22 anos, cirurgiada, no ano de 2007, pude observar a mesma dor e a coragem de uma garota transexual, cujo fôlego, também, não lhe faltou.

1 A nomenclatura a ser uniformizada neste texto em relação às identidades de gênero se vale do relatório final aprovado pela 3ª Conferência Nacional LGBT, realizada no período de 24 a 27 de Abril de 2016, em Brasília, disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1> (acesso em 13/07/2017). Nesse campo, cabe esclarecer que há uma base política no âmbito do movimento social, bem como de outras identidades não contempladas pela sigla, o que esclarecemos adiante. Em razão deste impasse, preconizamos utilizar as identidades que o estudo encontrou ao pesquisar os acórdãos.

A transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental; não é uma perversão sexual; nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha, nem um capricho. Ela é identificada ao longo de toda a História e no mundo inteiro.

Travestis - Entende-se, nesta perspectiva, que são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que travestis, independente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando um insulto serem adjetivadas no masculino: AS travestis, sim. OS travestis, não.

Nomenclaturas de acordo. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília. 2012. Disponível em http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em 05/03/2015

2 Nome fictício.

Mas o que é ser trans? pergunta o fragmento de João W. Nery. É ser inteligível nesse não-lugar habitado? (SWAIN, 2006, p. 263). “É pagar um alto preço sem terem os pés no estribo aparentemente sólido da biologia”, sublinha Almeida (ALMEIDA, 2012, p. 521). “É ser gente”, afirmou Leticia Lanz em uma entrevista.³ A questão poderia sugerir infinitas respostas de ativistas e pessoas trans⁴ com as quais tenho convivido ao longo dos anos.

As leituras a partir do referencial de Michel Foucault (2010) e o diálogo com os trabalhos de Butler (2000), Fachini (2005), Freire Costa (2006), Miskolci (2006), Russo (2006), Bento (2008), Oliveira (2009), Ventura (2010), Almeida (2012), Pelúcio (2012), Cruz (2015) e Freire (2015) foram essenciais para pensar sobre a transexualidade e as estratégias discursivas dos saberes que, ainda na contemporaneidade, apontam para um governo do corpo a partir do instituto do biopoder e da biopolítica. Neste aspecto, a literatura tem sugerido que ser homem ou ser mulher envolve um adestramento corporal (RUSSO, 2006, p. 188), corpos dóceis, corpos aceitos, corpos compreendidos e tidos como normais. Os discursos jurídicos “respaldam um modelo normativo coercitivo e normalizador de intervenção na saúde, e não representam uma superação da lógica de dominação e coerção imposta historicamente à sexualidade humana”, sustenta (VENTURA, 2010, p. 134).

Se o estudo de Ventura já recomendava uma reflexão dos discursos médico e jurídico, a partir da bioética, que se consolidaram como espaços catalisadores da demanda transexual, esta pesquisa debruçou-se na investigação da prática desses saberes e aborda a temática da autonomia dos sujeitos e do corpo e a livre expressão das vivências em uma sociedade diversa e plural.

Meu trabalho com processos de retificação de registro civil de pessoas transexuais surgiu da militância com os direitos humanos e da aproximação com amigos do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Travestis – LGBT,⁵ em meados dos anos 2000, na cidade de São Paulo. Neste encontro, tive as

3 Entrevista ao Programa Na Moral, Rede Globo de Televisão, em 22/08/2013. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/2776519/>.

4 A expressão “pessoas trans” é utilizada para identificar as categorias identitárias

5 Como já anotado, a sigla, com o significado de cada letra, encontra-se no site brasileiro que o descreve como movimento LGBT no Brasil, e assim o classifica. Nesse caso, o significado reproduz a terminologia aprovada por ocasião da Conferência Nacional LGBT.

Retirei, ainda, outro conceito registrado no Relatório das Nações Unidas – ONU, quando da Campanha Nascidos Livres e Iguais, divulgada no ano de 2012, em Nova York, EUA, Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, e no Brasil, no ano de 2013. “Esses termos têm apelo global, embora

primeiras conversas com travestis e transexuais que atuavam na arte de Dionísio, em teatros localizados na Praça Roosevelt, no centro da capital Paulista – dentre elas, a atriz cubana Phedra de Córdoba. No ano de 2007 atuei no primeiro processo de retificação de nome de uma mulher transexual.

A partir dessa experiência com o teatro, me aproximei do grupo que encenou a peça *Luiz-Antônio Gabriela*,⁶ com personagem central de mesmo nome.

Tive a oportunidade de participar, com Nelson Baskerville, diretor e autor da peça, por ocasião do lançamento do livro de mesmo nome, tanto na cidade de São Paulo, quanto na baixada santista, onde viveu Gabriela.

Nesse caminhar com Baskerville, irmão de Gabriela, o propósito era expor verdades produzidas sobre a população transgênera e, a partir de meu campo disciplinar, apontar como o aparato do direito indica a forma possível de resolução para conflitos e sofrimentos, como se sexo, sexualidade e gênero fosse um dado da natureza, universalmente ancorados da mesma forma em todos os corpos.

Gabriela, ao questionar o seu “corpo”, refletia sobre o “nascer errado”. Uma reflexão que nossa pesquisa explora: o da invenção dos corpos viáveis em uma cultura a partir de uma matriz inteligível da heterossexualidade, como ensina (BUTLER, 2000).

Os desdobramentos desses vínculos me permitiram ser indicada como Conselheira da SP Escola de Teatro,⁷ onde ajudei a construir o projeto de empregabilidade de travestis e transexuais no âmbito da instituição e a realizar, anualmente, no mês de janeiro, o evento SPtransvisão.⁸

existam outros termos dependendo da cultura (incluindo hijra, meti, lala, skesana, matsoalle, mithli, kuchu, kawein, travesti, muxé, fa'afafine, fakaleiti, hamjensgara e two-spirits), que são usados para descrever comportamentos, identidades e relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e identidades de gênero não binárias. Em vários lugares no texto, a discriminação contra pessoas intersexo (pessoas nascidas com características sexuais atípicas) também são citadas”. Disponível em http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf. Acesso em 22/03/2013.

6 *Luis Antonio-Gabriela*, de Nelson Baskerville, Verônica Gentilin, foi encenada pela Cia. Mungunzá. A peça retratou a vida da travesti Gabriela, nascida em 1953, que viveu na Espanha até 2006. A peça esteve em cartaz nos anos de 2011/12/2014, retornando no ano de 2017, na capital paulista.

7 A SP Escola de Teatro foi criada no ano de 2010. Mantida por uma Organização Social Cultural, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura do estado de São Paulo, a escola desenvolve as artes do palco por meio de cursos regulares e de extensão.

8 O SPtransvisão é realizado no mês de janeiro, desde 2013, na semana do dia 29 daquele mês, dia em que se comemora a visibilidade trans.

Dessa militância, surgiu, também, o convite para ser colaboradora da fundação do site Transempregos,⁹ e consultora da série televisiva *Psi*,¹⁰ episódio 12, “Quero Ser Quem Eu Sou”, produzida e exibida pelo canal HBO, no ano de 2014. Ainda com relação à militância, atuo, desde 2010, junto ao meu órgão de classe como Vice-Presidente da Comissão da Diversidade Sexual, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo.

Ao longo da pesquisa, inúmeras reflexões despontaram, desconstruindo, a cada linha, as idealizações sobre “homem” e “mulher” e acenando para o pensamento sobre a transgeneridade ou transidentidades, como sugerem alguns estudos, como o de Lanz (2014), a partir de uma ampla “costa, arrecifes e bancos de areia: – a navegação é basicamente cheia de surpresas. Mesmo em dias de mar calmo, jamais se pode confiar inteiramente no que se vê na superfície da água”. (LANZ, 2014, p. 13).

Ao refletir sobre o tema, a partir das decisões judiciais eleitas para este estudo, concordo com Lanz (2014, p. 15) no sentido de que é preciso ampliar o olhar para além dos “reflexos das águas”. Neste mar de navegações, embora alguns reflexos sejam muito mais visíveis na contemporaneidade, esses são identificados a partir da classificação inteligível da patologização de documentos internacionais de categorização das doenças, o *transexualismo e o travestismo*.¹¹

Os documentos que classificam a patologia pela Organização Mundial de Saúde – OMS e pela Associação Psiquiatria Americana– APA têm sido essenciais na busca da retificação de nome e redesignação de gênero da população trans. Daí a intenção de trazer o debate para a academia a partir da minha experiência enquanto militante, profissional, mas também do trabalho empírico que tem

9 O site Transempregos foi fundado no ano de 2014, ano em que a autora convidada a participar de sua fundação, e é voltado à divulgação de oferta de empregos para a população trans, por meio de contato prévio com empresas cadastradas no site, bem como mulheres transexuais, homens trans e travestis também cadastrados previamente. www.transempregos.com.br.

10 A série *Psi*, desenvolvida pela HBO, contava as aventuras de um psicanalista e as histórias dos personagens/pacientes que o profissional atendia em seu escritório. No episódio 12, o personagem vivido por Leo Moreira Sá, homens trans, retratou o universo das dificuldades encontradas por ele, quando do processo de retificação de registro junto ao Poder Judiciário. A série foi escrita por Thiago Dotorri e Contardo Calligaris

11 Segundo dicionário Houaiss “o sufixo ismo o suf.-ismo foi, primeiro, us, em medicina, para designar uma intoxicação de um agente obviamente tóxico: absintismo, alcoolismo, ergotismo, eterismo, hidrargirismo, iodismo;”. Disponível em <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-2/html/index.php#2>. Acesso em 30/07/2017

movimentado meu campo disciplinar e “formado” “sujeitos” a partir de uma lente mais restritiva e essencialista.

Para Lanz (2014, p. 28), debater sobre transgeneridade pode ter um alcance de luta muito maior do que o justificado pelo movimento trans no Brasil, já que o guarda-chuva que abarca o que ela chama de “identidades gênero-divergentes” pode se transformar em um “catalizador, mobilizador e desencadeador de um movimento social robusto e reivindicativo, que possa sensibilizar a população transgênera para o resgate e a defesa dos seus direitos civis no nosso país”. E mais ainda, influenciar outros estudos a partir de uma perspectiva “mais ampla e inclusiva”.

Esta dimensão que a autora propõe é a que tem me movimentado desde o começo do trabalho com esses processos. Após um período de atuação profissional, senti a necessidade de aprimorar o meu conhecimento para além da área do Direito, de modo a confrontar esse Direito, além das micromudanças que essa ciência pode trazer nessa perspectiva mais ampla e menos restritiva. A oportunidade surgiu no curso de especialização em Gênero e Sexualidade, junto ao Instituto de Medicina Social, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, no ano de 2010, que possibilitou um contato com trabalhos de outros campos da ciência, como a antropologia.

No projeto realizado por ocasião daquela pós-graduação, que explorou o universo do teatro e a diversidade sexual, pude observar que a trajetória dessa população percorria um roteiro anunciado não muito diverso das “clientes” que já havia atendido por ocasião dos processos judiciais: processos de exclusão escolar, familiar, institucional e profissional.

Tais observações me provocaram a explorar pistas de como o saber jurídico tem construído um discurso de modo a direcionar a identidade a partir da lógica biológica. Uma lógica da qual todos nós devemos nos moldar a uma regra, uma regra que sustenta uma identidade como fixa e imutável (WOODWARD, 2014, p. 13).

Para a autora, esse conceito é tão importante porque o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras para a identidade – por exemplo,

a identidade sexual (WOODWARD, 2014, p. 15). Neste aspecto, a prática judiciária reivindica, no corpo hegemônico, o discurso que vai ultimar sua sentença.

E as pistas que provocavam essas evidências se voltavam ao que Foucault (FOUCAULT, 2015:281) indicava como prática judiciária: o “conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o Direito” muito bem instrumentados em uma relação de dominação. Temos assim, a partir do século XIX, e por que não dizer até hoje, como ensinou o autor, uma legislação, um discurso e uma organização do direito público articulados em torno do corpo social e da delegação de poder; e, por outro lado, um sistema minucioso de coerções disciplinares que garanta efetivamente a coesão deste mesmo corpo social (FOUCAULT, 2015, pp. 282 a 292).

A literatura foucaultiana foi essencial em minhas inquietações e serviu de referencial ao encontrado nesta pesquisa e na compreensão das relações humanas. O convite a pensar, investigar uma produção que rompa com a perspectiva tradicional¹² de sujeito (SPINK, 2014, p. 23) incentivou-me a buscar o processo de seleção ao curso de mestrado junto à Escola de Artes, Ciências e Humanidades. A escolha não foi aleatória, pois a minha ideia era dialogar com outros campos disciplinares ao tomar conhecimento do Programa de Mudança Social e Participação Política, que possibilita o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares.

A experiência no Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva, Educação e Relações de Gênero I, coordenado pela minha orientadora, Elizabete Franco Cruz, no ano de 2015, foi um elemento essencial na confrontação de meu campo disciplinar. A pluralidade de temas que se articulam em torno de gênero, sexualidade, educação, direitos humanos e identidades alimentou debates, desafiou o grupo a refletir sobre o papel de pesquisador e revelou que (sobre a responsabilidade) aquele intercâmbio não se traduzia em um mosaico, em uma colcha de retalhos, mas em um desafio de compreender a complexidade do mundo, das relações humanas e a perspectiva de transformar o que se apresenta como posto, como dado, como único, como fixo.

¹² Spink explora a noção do conceito de performatividade proposto por John Austin por “atos que falam” e vai sugerir que Butler e Annemarie Mol também se apropriam do conceito de performatividade para romper com a noção tradicional de sujeito no sentido de que essas são “produções de si” e que são os discursos que a constroem por meio do que se fala/induz/performa. (2014, p. 23)

Referencial escolhido e proposta de pesquisa gestada, iniciei no ano de 2015, o levantamento de acórdãos¹³ junto ao sítio¹⁴ da rede de internet do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, TJSP, no link direcionado a consulta de jurisprudência¹⁵ de segundo grau, que permite a seleção do tipo de decisão que se deseja consultar.

Neste estudo dos acórdãos, foram analisados os discursos jurídicos e explorada a teia de saberes e poderes que prescrevem os indivíduos e as engrenagens que os legitimam.

É oportuno registrar que, ao refletir e questionar sobre o saber da ciência jurídica que prescreve e produz um modo de ser “sujeito” por meio de suas sentenças, as reflexões que este trabalho preconiza ao final não pretende demonizar o Poder Judiciário, tampouco a medicina, já que este Poder tem respondido às demandas de travestis e transexuais por ocasião da prestação do serviço ao jurisdicionado. Oportuno registrar, ainda, que este não é um trabalho sobre o universo das pessoas trans, mas de refletir como o acórdão judicial os/as produzem, já que o direito é um campo que organiza a vida humana.

Ao trazê-la para este Programa de Mudança Social e Participação Política procurei explorar a dimensão que os discursos jurídicos exercem sobre os corpos, sobre os sujeitos, sempre com a ideia de tensionar a racionalidade dos discursos que operam na manutenção da universalização lógica que naturaliza as identidades a partir do binarismo de gênero, que patologiza e judicializa a vida.

A investigação aponta, a partir de um olhar interdisciplinar da crítica à biomedicina e ao direito, ao que vão dizer as decisões sobre aquelas pessoas identificadas como mulheres transexuais, homens transexuais e travestis, e como os dispositivos de saber e de poder vão interferir na produção de suas identidades

13 Acórdão é um julgamento colegiado proferido pelos tribunais. Diferencia-se da sentença, que é uma decisão monocrática (decisão monocrática pode ser emitida por juiz, desembargador ou ministro). O acórdão está previsto no artigo 204 Código de Processo Civil, Lei Federal 13.105, de 16 de março de 2015. O relator emite um parecer, que pode ser acolhido ou não pelos demais pares. Vencido o relator, novo relator é designado para emitir o voto vencedor, que será o acolhido como decisão final; ou seja, acórdão.

14 www.tj.sp.jus.br

15 A pesquisa de jurisprudência se faz a partir de recursos e apelações que são protocoladas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, órgão de segunda instância do Judiciário Paulista, que buscam a reforma de sentenças de juízes de varas de comarcas do interior do estado ou da capital, servindo como um indicativo de como os tribunais brasileiros tem decidido o tema que se busca.

enquanto ser humano, dialogando, nesse sentido, com a antropologia e os estudos de gênero.

Penso que este trabalho vai ao encontro do Programa de Mestrado que este espaço acadêmico propõe em sua linha de pesquisa: *analisar as transformações nas sociedades complexas a partir de um olhar interdisciplinar*.

Assim, nesta pesquisa analisei 45 decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no período de 2000 a 2015, em processos de retificação de registro civil de transexuais e travestis,¹⁶ com o objetivo de problematizar os saberes que fundamentam os discursos jurídicos desses acórdãos.

Quem são “esses sujeitos” no processo judicial? Que dispositivos produziram as verdades sobre o normal e o patológico, o certo e o errado a orientar as suas identidades autorizadas ou não nas decisões? Quais os saberes e os poderes que universalizam a lógica do nosso tempo a capturar os corpos e sua autonomia, produzindo discursos que legitimam decisões e restrições de toda ordem sobre suas vidas?

Tais questões foram problematizadas a partir do pensamento teórico eleito, que auxiliou na reflexão sobre tipos de “verdades” cristalizadas nas entrelinhas dos acórdãos judiciais, interrogando-as sempre com a perspectiva de *que algo novo possa aparecer* (MEYER, 2014, p. 42).

Assim sendo, a partir da fundamentação teórica que orienta este trabalho, a investigação examinou os discursos jurídicos, problematizou as relações de poder e os saberes que pautam as decisões dos acórdãos, tanto favorável, quanto contrariamente.

Desse modo, a análise de saberes e das relações de poder, sobre a qual refletiu esta pesquisa, parte de uma análise-descritiva dessas relações e de como estes funcionam na produção de “verdade”. Foucault (2015) adverte que não existe uma “verdade”, mas regimes de verdade:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os

16 A **nominação** dos sujeitos objeto do acórdão se deve ao fato de que esta foi a busca inicial no sítio da internet pesquisado. Entretanto, como será revelado, a busca retornou apenas recursos de apelação de transexuais e 1 de travesti.

enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. ligadas a redes de poder que se formam amplamente em diferentes pontos da sociedade.(FOUCAULT, 2015, p. 52)

A “verdade” nesta pesquisa, inspirada no referencial foucaltiano, é a fala do acórdão organizada a partir das estratégias que tanto o direito, quanto a medicina, articularam para amarrar, cercar e capturar o sujeito e a intervenção no seu corpo. No tema aqui abordado, esses regimes sinalizam que o corpo não adequado “imita uma verdade” a partir de um embuste, de uma farsa, de uma mentira, e tenta, de forma ardilosa, convencer essas redes com um mero “capricho”, como, por exemplo, mudar o nome de Renato para Renata.

É deste referencial que este estudo se vale. Contudo, Machado (2000) indica que:

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico à medida que a própria verdade é o poder –, mas de desvincular o poder das formas hegemônicas (sociais, econômicas, culturais no interior das quais ela funciona no momento. (MACHADO/FOUCAULT, 2000, p. 54)

Este desvincular é o norte na pesquisa.

A exaustiva leitura dos acórdãos me movimentou em um ziguezaguear às leituras, sempre atenta a um olhar crítico às práticas, às formas jurídicas de produção de sentidos únicos, rígidos, estreitos, que vão constituir “sujeitos”, corpos e desejo, refletindo como direito é um campo de disputa de poder neste regime de verdade. A reflexão crítica é o meu pesquisar neste trabalho, que se desenvolverá na seguinte forma.

No capítulo 2, pretendo explorar o debate sobre o sistema sexo/gênero. Debruçar sobre teoria de gênero na construção desta pesquisa é essencial, pois o trabalho está falando de categorias identitárias diferentes. Tracei algumas considerações sobre o percurso histórico do dispositivo da sexualidade instaurado ao final do século XIX. Refletir sobre os saberes e os dispositivos de poder foi essencial para compreender a política de reivindicação da identidade por transexuais e travestis, e como essas categorias subvertem, reinventam a ideia do dimorfismo de gênero e disputam o reconhecimento à autonomia do corpo, gênero e sexo. Identificar essa população e a patologia que demarca e os inscreve no

Catálogo Internacional de Doenças – CID e no documento de Diagnóstico de Saúde Mental – DSM –V, os desafios, estigmas e a pauta do segmento são outros debates deste capítulo.

No capítulo 3, apresento a argumentação sobre a ótica do direito. A relação do direito ao nome com os direitos humanos, a partir do direito de personalidade dos sujeitos, transitando, ainda, sobre o papel do Legislativo Brasileiro e o ativismo judicial que levou tribunais à constitucionalização judicial das relações, de modo a compreender porque este debate não tem merecido um olhar mais atento do parlamento brasileiro.

No capítulo 4, exploro os procedimentos metodológicos utilizados para construir este estudo. Apresento a escolha do referencial e porque este será importante nesta investigação e informo como problematizo as interrogações. No decorrer do capítulo, identifico como se deu a escolha dos acórdãos e como serão alcançados os resultados, ou seja, como eles serão analisados e como esses poderão sugerir caminhos possíveis para o direito.

No quinto, e último, capítulo, apresento a produção analítica e como saberes e poderes com elementos biomédicos e jurídicos tem interferido na vida dessas pessoas; e mais ainda, como o processo judicial, ainda que tenha sinalizado com avanços, amarra, captura e não faz o debate sobre a autonomia dos corpos de forma mais simplificada e menos restritiva. O capítulo vai sinalizar ziguezagues possíveis para a esfera judicial, de modo que este não seja o único caminho à retificação de nome de uma pessoa transexual e travesti que busque essa prestação jurisdicional.

Encerro apontando os caminhos sobre os quais esta pesquisa se debruçou sem, entretanto, trazer respostas dadas, definitivas, conclusivas. Nossas (in)conclusões se voltam ao mapeamento de discursos e suas articulações de redes de poder que classificam, marcam e constituem sujeitos.

2 Gênero e Sexo: O que está em jogo?

2.1 Breve histórico da sexualidade

Início este capítulo com uma metáfora de viagem de Louro (2015) para refletir sobre o ato de nomear e como este se transforma em um dado que define corpos e identidades, e constitui o “sujeito” desde o nascimento (ou até mesmo antes dele), sugerindo que aqueles corpos que saem da rota fixada e arriscam-se por caminhos não traçados, desviam-se da definição construída, pois é na barriga, a partir do primeiro ultrassom, que se identifica a genitália do novo ser, que os pais vão construir o universo da criança antes mesmo de sua chegada.

A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo”. Judith Butler (1993) argumenta que essa asserção desencadeia todo um processo de “fazer” desse um corpo feminino ou masculino. Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais. Afirma-se e reitera-se uma sequência sexo-gênero-sexualidade. (LOURO, 2015, p. 15)

A leitura de Louro (2015) aponta no sentido de que essas construções vão tecendo um corpo a partir da norma regulada pela cultura, a heteronormatividade; e é essa regulação que conduz a sua viagem e normatiza o seu destino.

A confirmação desse corpo como menino ou menina indicará destinos de masculinização e feminização que vão persegui-los ao longo de toda sua história. Essa inscrição do masculino e do feminino no corpo nasce dos discursos construídos no interior da cultura ocidental, a partir de dispositivos da sexualidade. Foucault (2010), ao se referir sobre a sexualidade destaca que:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 2010, pp. 116/117)

A sexualidade, como vai se observar a partir de um de seus maiores teóricos sobre o tema, Michel Foucault, é o nome que se pode dar a um dispositivo cuja

gestão sempre esteve entre nós, voltada à racionalidade e moralidade nessa “gestão dos corpos”.

Neste diálogo sobre o poder, Foucault (2000, p. 166) argumenta que o sexo teve um papel estratégico no que viria a se desenvolver nos dispositivos de sexualidade ao longo do século XIX. E nele a mulher histérica, a sexualidade infantil, as perversões sinalizadas pela psiquiatria, o sexo inextricavelmente atuava de forma estratégica no dispositivo da sexualidade, tinham um objetivo: controle sobre seu corpo.

O termo “sexualidade”, nascido no século XIX, como disse Foucault (2010), vai se formar e se ancorar nas instituições jurídicas, biológicas, médicas, religiosas, entre outras, para apontar para o sujeito e a disciplina desse comportamento no qual o indivíduo deveria se reconhecer.

(...).o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”, mas, também, possibilitou a constituição de um discurso de “reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 2010, p. 112)

O que essa abordagem lembra é que o homem moderno “agora é um animal em cuja vida política, sua vida de ser vivo, está em questão”, descreveu Foucault (2010, p. 156). E a vida é o grande objeto reivindicado.

Sobre tal pano de fundo, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que este se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: (...) dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder sobre o corpo; mas também dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo corpo social ou grupos tomados globalmente.(FOUCAULT, 2010, pp. 158/159)

No contexto desta pesquisa, importa atentar para a problemática indicada por Michel Foucault (2010) sobre as práticas discursivas que as relações de poder e saber intensificaram ao longo do século XVIII, como regras sobre o que é natural, e o que Foucault chamou de “modo ou relação entre o indivíduo e ele próprio, que permite que ele se reconheça como um sujeito sexual entre outros” (LAQUER, 2001, p. 24).

Nessas práticas, a biopolítica e o biopoder, que a partir dos séculos XVII e século XVIII estatizaram a vida biologicamente (Foucault – IDS 214-215), contou com uma grande contribuição jurídica para as técnicas e as tecnologias de poder, cujo alvo era a vida. E aqui assistimos o surgimento da sociedade normalizadora e da regulação das populações. Esta é a característica fundamental do poder moderno para o filósofo francês (CASTRO, 2004, p. 59).

Como vimos, a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico estruturado por um sistema de regras, que ditará o que é permitido e proibido.

Em *História da Sexualidade I*, embora Foucault não aponte a questão de gênero, ele historicizou a sexualidade e mostrou como os atributos dessa história sempre estiveram presentes entre nós, marcando corpos, constituindo uma produção técnica discursiva de produção de sujeitos e impactando a vida. Nesse aspecto, o pensamento de Michel Foucault é crucial nos recentes debates sociológicos e históricos, como aponta Weeks (2000, p. 36), sobre gênero/sexo/sexualidade, à medida que o dispositivo da sexualidade alcança o corpo social como um todo.

No âmbito deste estudo, interessa imaginar as técnicas de poder, por meio da ampla rede de dispositivos que produz a doença e vai intervir diretamente em um discurso que hospeda o saber biomédico para situar tecnologias de “dominação” do sujeito por meio de práticas, como “uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina a estrutura social” (CASTRO, 2015, p. 17).

A instituição jurídica, que encontra no conhecimento médico elemento para a afirmação de que a verdade do registro deve ser espelhada a partir do fenótipo da transexual ou da travesti, exerce por meio desse agenciamento, o instrumento que

produzirá um sujeito que o documento cível deverá registrar. O objetivo dessa “prova” é uma forma de *biopoder*, à medida que a finalidade é gerir o corpo social.

Tais questões são enfrentadas neste debate histórico, na compreensão da regulação da vida e aqui vale resgatar o questionamento de Weeks (2000, p. 45). Porque a nossa cultura atribui tanta importância à sexualidade?

Weeks (2000, p. 36), assim como outros autores da antropologia, argumenta que a sexualidade é um “cons-truto-histórico”, e para o autor é a partir do século XIX que os profissionais de várias áreas passam a se preocupar de forma mais ampla e generalizada sobre corpo e sexualidade.

O estudo de Weeks (2000) foi relevante na compreensão de como o sujeito do sexo tem uma conceituação histórica e como essas vão sugerir formas de viver e de pensar o binarismo, e como o fenômeno da sexualidade foi “modelado no interior de relações definidas de poder”. E mais, como nessas referências, foram forjados códigos de identidade, comportamentos, desejos, prazeres, com a intervenção de instâncias de regulação do comportamento humano que contribuíram de formas estratégicas, como, por exemplo, as ciências, a escola, a igreja, a família.

Desse modo, os estudos de gênero, que ganham destaque por volta dos anos 1960, como escreve Lanz (2015, p. 40), estavam muito próximo de uma ideia de natural (biológico) determinando e designando os corpos e os sujeitos. Nesse aspecto, o que observaremos adiante é que esse deslocamento do sexo do corpo social, dos comportamentos e de gênero não foi desconstruído, o que nos sugere dizer que gênero e sexo são construções políticas e sociais que caminham de mãos dadas na contemporaneidade.

2.2 A Categoria Gênero

Foi na esteira do movimento feminista e do histórico de reivindicações e mobilização deste movimento que emergem os estudos de gênero. Tais estudos sugeriam e questionavam o papel das mulheres no âmbito doméstico, sua relação com a maternidade e outras distinções, até então idealizadas pela sociedade; a diferença entre masculino/feminino concebida a partir de fatores biológicos.

Contribuições críticas começam a questionar o lugar da mulher na sociedade. Dentre eles, o estudo da filósofa Simone Beauvoir, foi marcante, na medida em que contestava as desigualdades entre os homens e as mulheres, sugerindo que as concepções que as inferiorizavam pautavam-se em uma relação de poder; mais ainda, que ser mulher era uma construção cultural e social. A leitura, entretanto, estava muito mais voltada para uma perspectiva de gênero em oposição ao sexo.

A ideia do dimorfismo sexual, ancorada particularmente por descrições científicas que reforçavam as tarefas específicas para as mulheres, começa a ser desconstruída. E com *Tráfico de Mulheres*, de Gayle Rubin (1975), o sistema gênero/sexo começa a ser desenhado nos estudos de então. O que a antropóloga americana propôs no diálogo de sexo e gênero foi uma dimensão material da luta, a partir de descrições da vida social, da experiência social de homens e mulheres. Uma luta que levaria à emancipação de todas as minorias sexuais, ainda que não nomeadas pela autora em sua obra. “*A falta de um termo mais elegante, nomeio este aspecto da vida social de ‘sistema sexo/gênero’* (RUBIN, 1975, p. 2).

O que estava em jogo nessa insistência das diferenças entre homens e mulheres era a manutenção de uma hierarquia de gênero. O casamento, por exemplo, era uma resposta positiva, que formulava vínculos e organizações e coletivos sociais. *A revolução no parentesco* deveria ser o apelo do feminismo, sugeria a autora.

Além desta perspectiva, o repertório sobre explicações de gênero mobiliza inúmeras disciplinas das ciências humanas.

O conceito de gênero, como dimensão sociocultural da diferença entre homens e mulheres e sua relação com os processos de socialização, deixa claro que homens e mulheres são produtos de uma realidade social, construída por processos históricos e contextos culturais e sociedades distintas.

Mas é o trabalho de Scott (1988) que problematiza a questão de gênero como categoria analítica. E seu conceito de gênero parte da ótica de que masculino/feminino transitava além da categoria das mulheres, e deveria incorporar, também, uma perspectiva política. A partir da análise do movimento feminista, e do aparecimento da expressão nos anos 1960 e 1970 e de como ele foca na categoria

fixa das “mulheres”, conclui-se que gênero é uma relação de poder político de grande impacto na sociedade:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si. (SCOTT, 1988, p. 21)

Assim, Scott sinaliza quatro elementos: primeiro, os símbolos que são culturalmente evocados para representar essa relação de poder, e nesse aspecto, diz a autora, a tradição cristã exerce um papel relevante; segundo, pensar em como papéis binários foram construídos e se afirmaram incontestes, mas que, na verdade, tanto estes devem ser confrontados historicamente, e como exemplo cita o papel da mulher; um terceiro aspecto, sugere Scott, é incluir outros marcadores políticos nessa relação social de gênero, pois, na contemporaneidade, a sua construção ultrapassa o grau de parentesco e hoje está presente na *economia e na organização política*; o quarto e último elemento constitutivo dessas relações é a identidade subjetiva – aqui gênero exerce uma importante construção de poder e, para tanto, Scott cita o antropólogo francês Maurice Godelier:

Não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas, sobretudo, a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo. As diferenças entre os corpos que são ligados ao sexo são constantemente solicitadas para testemunhar as relações e fenômenos sociais que não tem nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas testemunhar a favor, isto é, legitimar. (SCOTT, 1988, p. 23)

Ao debater sobre a categoria analítica de gênero, a autora aponta que gênero é uma forma de interpretar *as relações humanas e suas formas de interação*. Assim, essas relações de poder político apresentadas por Scott nos interessam muito. E como estamos falando de travestis e de transexuais, falamos de quem vive situações desiguais dentro deste poder político. E nessa relação elas podem até mentir de modo a fazer valer suas expectativas em relação ao nome, como, por exemplo, ao sugerirem um laudo com uma identificação de CID que não

corresponde à sua identidade. Nessa relação de poder, elas não estão na escola, não estão no mercado de trabalho, tampouco nas ocupações de grande prestígio. Logo, se o conceito gênero é uma categoria política, ele certamente constrói e legitima as relações sociais colocando-as neste lugar desigual.

Bento (2014:4) indica que o grande desafio dos anos 1990, é o de pensar o gênero além da diferença sexual e desconstruir essa mulher universal, apontando outras variáveis sociológicas que se articulassem para a construção das identidades de gênero.

Um conceito que ajuda muito na compreensão da interpretação de gênero é o de Nicholson (2000). A autora sinaliza que a oposição entre gênero e sexo que insiste que o gênero vem de uma construção social, enquanto sexo tem um forte apelo que traduzia as diferenças entre homens e, a partir de um modelo biológico, coloca ambos como construções distintas. Mas, se ambos são interpretados a partir do corpo, como alerta a autora, não é razoável que sejam pensados de formas independentes (idem, 2000, p. 10). O convite de Nicholson é para abandonarmos a ideia de que a biologia é determinante na demarcação de diferenças e semelhanças entre homens e mulheres, bem como a ideia de generalizações equivocadas. Essas generalizações possibilitam a inscrição de rótulos a partir do corpo que aponta o que seja mulher e homem, como identidades estáticas.

Tais generalizações levam a imaginar que uma mulher transexual é estranha às formas tradicionais que aponte um sentido único de “mulher”. Assim, como imaginar um corpo que não corresponde a essa “matriz” universal, cujos corpos e sutilezas não correspondem a esses *desvios* da norma, como uma mulher com pênis e um homem com vagina.

O caminho talvez seja o de não pensar a partir de um único sentido, de um padrão, mas de articulações no sentido político de “mulheres”, como *um mapa de semelhanças e diferença que se cruzam*, como sugere Nicholson (2000, p. 36).

Nesse mapa o corpo não desaparece, ele se torna variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis. (NICHOLSON, 2000, p. 36)

A filósofa e estudiosa da teoria *Queer*,¹⁷ Judith Butler, ao questionar a categoria de gênero como uma interpretação cultural do sexo, aponta que “*ele é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’*”. As críticas da autora destacam que são as prescrições que antecedem o nascimento do corpo que vão materializá-lo. Nas práticas do cotidiano os corpos são construídos e fabricados a partir de normas inteligíveis que operam do que é coerente entre sexo, gênero, prática e desejo (BUTLER, 2009, p. 25).

Butler (2000), ao debater sobre os limites discursivos do sexo e como este materializa-se nos corpos, sugere que:

“sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática do que alguém é: ele é uma das normas pelas quais “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da intelegibilidade cultural”. Butler (2000, p. 147)

O que Butler (2000) recomenda é pensar sexo muito além apenas dessa construção, mas sim em toda a norma regulatória a materializar o próprio sexo. Destaca, também, que é preciso pensar gênero além dessas identidades coerentes, além dessa matriz binária, argumentando que pensar a identidade apenas enquanto o que é inteligível em uma cultura é pensar em identidades normatizadas, fixas, como tentou fazer o Comitê Olímpico Internacional com a esportista Maria Patino.¹⁸

17 Sobre o termo *Queer*. El término *queer* emerge como una interpelación que plante a la cuestión del lugar que ocupan la fuerza y la oposición, la estabilidad y la variabilidad, dentro de la performatividad. El término “*queer*” operó como una práctica lingüística cuyo propósito fue avergonzar al sujeto que nombra o, antes bien, producir un sujeto a través de esa interpelación humillante. La palabra “*queer*” adquiere su fuerza precisamente de la invocación repetida que ter-, ¡inóvniculando la com la acusación, la patologización y el insulto. Esta es uninvocación mediante la cual se forma, a través del tiempo, un vínculo social entre las comunidades homofóbicas. La interpelación repite, como em un eco, interpelaciones pasadas y vincula a quien es la pronuncian, como si éstos hablaran al unísono a lo largo del tiempo. En este sentido, siempre es un coro imaginario que insulta “[*queer*]”. ¿Hasta qué punto, pues, el término performativo “*queer*” opera a su vez como una deformación del “Yo os declaro...” de la ceremonia matrimonial? Si la expresión performativa opera como la sanción que realiza la heterosexualización del vínculo social, tal vez también funcione como el tabu vergonzante que “perturba” [*queers*] a aquellos que se resiste no se oponen a esa forma social, así como a aquellos que la ocupan sin las acción social hegemónica. (BUTLER, 2002, p. 318)

¹⁸ Fausto-Sterling (2001), relata a história da corredora espanhola Maria Patino, que em 1988, por ocasião das Olimpíadas de Seul, que teve a sua participação negada pelo Comitê Olímpico Internacional – COI, que constatou em seu exame clínico a presença de um cromossomo Y em suas células. Além do mais, seus lábios ocultavam uma vagina. Mas o que a autora questiona nesta disputa de Patino com o COI é o conhecimento da ciência a serviço de uma punição ao corpo não padronizado.

O convite proposto, portanto, é pensar na desconstrução de gênero a partir de como esta é articulada politicamente, e ir além do que se entende por sujeitos prontos, como categorias de homem e mulher, tal como o aceno de Butler (2000), e pensar em novas configurações políticas como forma de libertação do que está fixo, do que existe.

Sua crítica ao feminismo repousa na ideia do pensamento de categoria de mulher universal, e investe que é preciso deslocar as estratégias para outras ações e supor *os corpos diferentemente da luta conceitual e filosófica que o feminismo abraça* (PRINS/MEIJER, 2002, p. 157).

Compreender gênero como um mapa de possibilidades que ilustram diferenças e multiplicidades é pensar em um debate transformador que discute, reflete e questione as convenções sociais que o constroem. É pensar muito além de corpos constituídos como fixos, como dados, como certos, como prontos, mas em corpos e significados variados, e escrever histórias que questionam verdades sedimentadas, contribuindo para existências menos excludentes, como propõe Pedro (2005, p. 92).

No âmbito deste estudo, pensar em travestis, transexuais e outros transgêneros¹⁹ é pensar naqueles que não se enquadram nos conjuntos de normas, condutas e comportamentos esperados. Tais modelos podem significar fontes de sofrimento e de apagamento de suas identidades. Nessa vivência, não se encaixam apenas sujeitos em razão de sua identidade de gênero, mas ela atinge também a orientação sexual de meninos e meninas, bem como indivíduos cisgêneros²⁰ que não correspondem aos papéis e práticas sociais modeladas. Neste encaixe compulsório as pessoas assimilam e assumem esse enquadramento como algo tão natural que sequer questionam essa relação tida como natural entre sexo biológico correspondente a seu gênero, como é o caso do cisgênero. Gênero, assim, estrutura-se como um importante marcador social e estrutural da sociedade, que organiza a vida e integra a identidade de cada um.

19 Nesta passagem usamos a expressão transgênero para além das identidades de gênero objeto desta pesquisa. A expressão transgênero, informa Leticia Lanz (2015, p. 70), não é uma categoria identitária de gênero, mas a condição sócio-política-cultural do indivíduo que transgride o dispositivo binário de gênero; ou seja, que se desvia das normas oficiais de conduta de gênero, homem e mulher, ou masculino e feminino.

20 Cisgênero corresponde ao que se conceituou como corpo alinhado ao gênero no nascimento.

Mencionei em outro tópico que Weeks (2000, pp. 76 a 80) chamou a atenção para as razões pela qual nossa cultura atribuiu tanto valor à sexualidade, sugerindo que estratégias centrais estiveram presentes nesse debate em nome de “uma moralidade inscrita em instituições sociais: o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia”. Se essas estratégias ainda ocupam o pilar da peleja política neste final da segunda metade do século XXI, com os contornos de mudanças que envolveram a diversidade sexual e social ao longo do século XX, o que não se pode perder de vista, ensina o autor, é que “a sexualidade é modelada sob circunstâncias históricas complexas”. Resta, portanto, compreender os desafios que a pós-modernidade sinaliza. E parece provável que nesta o debate central se volte para o corpo como um todo. Nesse investimento do corpo, os jogos discursivos de poder que os constroem e produzem o sujeito, nos interpela a falar ou nos convocar para que assumamos os nossos lugares como sujeitos (HALL, 2000, p. 112).

2.3 Os Corpos Nomeados: o Discurso da Patologização

Uma consulta ao dicionário Aurélio²¹ de língua portuguesa me instigou a pensar em como este traduziria, ou significaria, os termos abaixo.

Transexual - Que ou quem tem o sentimento de pertencer a um sexo com o qual não nasceu, cujas características físicas deseja possuir ou já possui através de meios médico-cirúrgicos.

Travesti - Disfarce sob o traje de outro sexo. Papel de um ator com vestuários usuais no outro sexo. Pessoa que pratica o travestismo.

Nenhum dos dicionários consultados deu retorno com a expressão transgênero.

As respostas devolvidas na pesquisa refletem apenas uma curiosidade aos discursos que informam esses conceitos, que não dão conta da polissemia da palavra ou dos debates como têm sido feitos, mas como concebem sujeitos a partir de uma perspectiva de afirmações discursiva sobre pessoas, sob a regra de uma fala hegemônica de poder e de categorização de conceitos do senso comum. De

21 <https://dicionariodoaurelio.com/>. Acesso em 20/04/2016.

certo modo, repete a forma como esses sujeitos são vistos e reproduzidos na sociedade, sem qualquer pretensão de ampliar um conceito além do biológico.

Lanz (2014, p. 213), em sua dissertação de mestrado junto à Universidade Federal do Paraná, destaca o conceito histórico de transgeneridade encontrada no antigo oriente médio, no teatro shakespeariano, cujos homens interpretavam os papéis femininos ante a proibição do direito das mulheres à arte interpretativa, e no teatro japonês:

Pessoas transgêneras desempenharam um papel de destaque nos rituais religiosos do antigo Oriente Médio e em outros lugares do planeta, inclusive na cultura indígena americana. Nas tribos nativas da América do Norte, pessoas transgêneras ocuparam (e ainda ocupam) lugar de destaque como curandeiros-xamãs. Fortemente repellido em homens, na sua versão judaico-cristã ocidental, foi mais facilmente aceita entre as mulheres, e a história nos fornece milhares de casos de homens que só foram descobertos como sendo do gênero feminino quando morreram. Muitas dessas “mulheres vestidas de homens” se tornaram santas, como é o caso de Joana D’Arc, heroína da resistência francesa, considerada herege pelas autoridades eclesiásticas da época e por isso condenada à fogueira. O maior número de pessoas transgêneras FtM no passado se deve ao fato dos notórios esforços das mulheres para conseguir status e liberdade numa sociedade regida por regras eminentemente masculinas, onde a mulher não tinha direito a nada. Isso não quer dizer que não houve transgeneridade MtF. Houve sim, e o travestismo masculino foi muitas vezes institucionalizado. Um bom exemplo disso é o palco, considerado como um lugar não adequado para mulheres, o que contribuía para que os homens representassem papéis femininos até muito tempo depois da época de Shakespeare. A presença de homens-travestidos de mulher nos palcos estendeu-se também à ópera, onde o poder de voz do “castrato” foi prestigiada até o século XIX. A sociedade japonesa até hoje cultua o teatro kabuki, em que os papéis femininos são representados por homens. (BULLOUGH e BULLOUGH, 1997); (LANZ, 2014)

O resgate de Lanz (2015, pp. 79 a 82), tanto por meio de sua dissertação, quanto de sua obra literária, *O Corpo da Roupa* (2015), traz um relato histórico sobre a transgeneridade a partir de várias culturas. Sua obra sugere que a transgeneridade não é algo que surgiu no século passado, a partir de estudos da medicina. A história dessas pessoas remonta, além do excerto citado acima, uma história de *inclusão e reverências* em muitas culturas, como na Índia e tribos norte-americanas, além de destacar casos curiosos de mulheres que transacionaram o gênero: “A história nos oferece milhares de casos de mulheres que viveram como

homens durante toda a sua vida e que só foram identificadas como fêmeas biológicas depois de sua morte”.(LANZ, 2015, p. 82).

Sob o ponto de vista da ciência médica, Lanz (2015) e Arán (2012) fazem um relato da história da constituição do dispositivo da transexualidade, para compreender a identidade de gênero.

Lanz (2015) diz que o estudo do médico Krafft-Ebing foi pioneiro no reconhecimento da doença relacionada a comportamentos diretos e indiretos voltados à transgeneridade.

Os estudos de sexólogos dos anos 1920, e até mesmo um pouco antes, empenham-se em uma produção científica sobre comportamentos, sexualidade, no sentido de *patologizar quaisquer expressões de identidade fora do binômio homem-mulher* (LANZ, 2015, p. 84). O que se observa é que tanto o trabalho de Magnus Hirschfeld, quanto o de Havelock Ellis, sobre *travestismo*, não foram capazes de convencer a classe médica da época como uma doença mental.

Nesse contexto, Arán (2010) indica que nos anos 1920 e 1950, com a emergência do desenvolvimento dos estudos médicos, a endocrinologia inaugurava processos de intervenção em pessoas intersexo. A cirurgia estava ancorada ao corpo com o fim de incorporá-lo a uma lógica reguladora que o entende como incoerente à norma que constitui todos em homens e mulheres a partir de um padrão *normal*.

No seu artigo, Arán (2010) destaca que, ao longo dos anos 1950, a partir de estudos sobre “identidade profunda do indivíduo”, e suas formas e componentes cromossômicos, Henry Benjamin chamará esse sujeito de “fenômeno transexual”.

Em um percurso dos estudos das cirurgias de mudança de sexo, na Alemanha dos anos 1920, realizadas por Magnus Hirschfeld, aponta para uma nova ideia de *intermediários sexuais*, designando variações possíveis da sexualidade. Porém, Arán (2010, p. 141) destaca que os trabalhos de Sigmund Freud e Wilhelm Flies “acabaram por desconstruir a noção de sexos distintos e opostos, oriunda do modelo do dimorfismo sexual, promovendo a ideia de um *continuum* entre os sexos e vai desde o hermafroditismo até as características tênues das sexualidades ditas normais” (Arán, 2010, p. 141). O que ela sugere neste percurso, é que todas essas

teorias estavam muito bem acompanhadas do movimento político e jurídico da época.

Seu trabalho indica que nesse descolamento do sexo e gênero, a identidade de gênero surge a partir da definição do sexo psicológico, cunhado a partir de classificações de tipologias de sexo, que haviam explorado e usado como referência. Revela que a transexualidade será assim apontada como um fenômeno que sugere a existência de um desacordo entre sexo e gênero do indivíduo. A cirurgia de transgenitalização, ou “mudança de sexo”, era o desejo final para aqueles que se viam diante desse “desacordo” gênero/sexo.

No âmbito do que Benjamin denomina de o “sexo biológico”, a transexualidade será compreendida como um fenômeno de desacordo entre o sexo e gênero. Este desacordo seria definido pela convicção que o indivíduo teria de pertencimento ao gênero oposto e pelo desejo de realizar uma cirurgia de mudança de sexo. (ARÁN, 2010, p. 142)

A autora informa que tanto John Money, quanto Roberto Stoller apresentaram conceitos de identidade de gênero e entendiam que, além das características biológicas, havia outros fatores que contribuíam para a formação da identidade, tais como: desenvolvimento psicológico, atitudes dos pais durante gestação e outros. Essas teorias de Stoller e de Money ajudaram a produzir a ideia do que o sujeito é detentor de uma identidade fixa e de que há um ser coerente, onde o modelo de feminino e masculino eram extremamente rígidos.

Norman Fisk, diz Castel (2001, p. 22), foi a “responsável pela definição médica da síndrome, que conjugasse o híbrido psiquiátrico-sociológico”.

Santos (2015), por sua vez, afirma que não se pode falar de transexualidade antes dos anos 1950, e que a invenção da transexualidade se dá com o marco que inscreveu a patologia no Código Internacional de Doenças. Nesse aspecto, sustenta que o dispositivo da sexualidade, que produziu os normais, aponta para os sujeitos “anormais”, que serão submetidos ao controle dos saberes médico-psicológico. A transexualidade estaria, assim, concebida a partir do sujeito “anormal”.

Tais produções apresentam a ideia de um sujeito moldado, finalizado, com a materialização do gênero a partir desse corpo. Uma fixidez que foi produzida e se consolidou a partir de um discurso credenciado pela ciência, que nomeava

apontando para o conceito de transexualidade, que viria a ser “oficialmente” fundado com o aval das ciências médicas, particularmente dos saberes psi, mas também das ciências jurídicas.

A ideia de viagem de Louro (2004, p. 13) é um argumento que ajuda nessa reflexão de produção e pertencimento ao “verdadeiro” eu, onde fronteiras formularam afirmações conclusivas desse sujeito, reiterando a matriz heteronormativa que o dispositivo da sexualidade “fabricou”. Daí a metáfora da viagem, que sugere caminhos outros além das fronteiras “sem destino pré-fixado, onde o que importa é o movimento de mudança”. Bento (2012, p. 573) também resgata que as experiências humanas não podem ser baseadas “a partir de um saber médico a justificar o transtorno por nenhuma disfunção biológica”, já que esse saber tem gerado muito poder.

Do debate que ocupou os anos 1960 e 1970, vimos surgir a classificação da doença, no ano de 1980, no Código Internacional de Doenças – CID e no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais que o *transexualismo* e *travestismo* ganharam conforme quadro adiante.

Bento e Pelúcio (2012, p. 572) chamam a atenção para os pontos de diferenciação desses documentos, onde no DSM a cirurgia não é o foco principal relacionada nas incongruências, mas sim os deslocamentos do gênero em relação ao sexo biológico, os definidores do transtorno. Já o CID classifica o transtorno como doença, suas características, faz recomendações e orienta os profissionais da área médica.

Tais discursos se afirmarão estrategicamente e serão incorporados nas práticas médica e vão orientar as normas e as práticas judiciais. A exigência do processo transexualizador, que aparece como requisito essencial na “fala” dos acórdãos, é um poder dizível da ciência jurídica.

QUADRO 1 – CID 10²²

CID 10 – Classificação Internacional de Doenças 10^a Rev.

F64 Transtornos da identidade sexual

F64.0 Transexualismo: Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

F64.1 Travestismo bivalente: Este termo designa o fato de usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência, de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica; a mudança de vestimenta não se acompanha de excitação sexual.

Transtorno de identidade sexual no adulto ou adolescente, tipo não-transexual

Exclui:

travestismo fetichista (F65.1)

F64.2 Transtorno de identidade sexual na infância

Transtorno que usualmente primeiro se manifesta no início da infância (e sempre bem antes da puberdade), caracterizado por um persistente e intenso sofrimento com relação a pertencer a um dado sexo, junto com o desejo de ser (ou a insistência de que se é) do outro sexo. Há uma preocupação persistente com a roupa e as atividades do sexo oposto e repúdio do próprio sexo. O diagnóstico requer uma profunda perturbação de identidade sexual normal; não é suficiente que uma menina seja levada ou traquinas ou que o menino tenha uma atitude afeminada. Os transtornos da identidade sexual nos indivíduos púberes ou pré-púberes não devem ser classificados aqui, mas sob a rubrica F66.-.

Exclui:

orientação sexual egodistônica (F66.1)

transtorno da maturação sexual (F66.0)

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V, da Associação de Psiquiatria Norte-Americana – APA, a transexualidade está incluída no rol dos "Transtornos de Identidade de Gênero", um termo que expressa o sofrimento causado pela incongruência marcante entre o sexo de nascimento e a expressão de gênero atribuído.

QUADRO 2 – DSM-V

Disforia de Gênero em Crianças 302.6 (F64.2)²³

A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo seis dos seguintes (um deles deve ser o Critério A1):

1. Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do designado).
2. Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por *cross-dressing* (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas.

²² <http://www.cid10.com.br/>

²³ Disponível em <https://psicovalero.files.wordpress.com/2014/06/dsm-v-manual-diagnc3b3stico-y-estad3adstico-de-los-trastornos-mentales.pdf> acesso em 10/07/2017

3. Forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias.
 4. Forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero.
 5. Forte preferência por brincar com pares do outro gênero.
 6. Em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas.
 7. Forte desgosto com a própria anatomia sexual.
 8. Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o gênero experimentado.
- B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou a prejuízo no funcionamento social, acadêmico ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.
- Especificar se:
- Com um transtorno do desenvolvimento sexual (p. ex., distúrbio adrenogenital congênito, como 255.2 [E25.0] hiperplasia adrenal congênita ou 259.50 [E34.50] síndrome de insensibilidade androgênica).
- Nota para codificação: Codificar tanto o transtorno do desenvolvimento sexual como a disforia de gênero.
- Disforia de Gênero em Adolescentes e Adultos 302.85 (F64.1)
- A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes:
1. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em adolescentes jovens, as características sexuais secundárias previstas).
 2. Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas).
 3. Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero.
 4. Forte desejo de pertencer ao outro gênero (ou a algum gênero alternativo diferente do designado).
 5. Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado).
 6. Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado).
- B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

O que está em jogo nessa classificação da doença enquanto “transtorno” de identidade valida um pressuposto do diagnóstico do gênero, do sexo e da sexualidade, a partir da ideia de heterossexualidade, uma ideia de que só é possível ser “homem” e “mulher”, a partir dessa normatividade. Logo, alguns estão muito próximo daquilo que Leite (2012, p. 560) sinalizará como “repugnante, desprezível, vil, que inspira o horror”, lido, portanto, como corpo abjeto.

O debate sobre a patologização e a (in)segurança dos corpos das pessoas travestis e transexuais que Leite (2012, p. 566) faz é de extrema relevância nesse ponto, à medida que o autor alerta para a fundamental reflexão para a intelegibilidade do corpo baseada no binômio saúde/doença, lei/crime. E nesta leitura inteligível a “humanidade de travestis e transexuais e intersexuais, já é posta em xeque”.

A campanha mundial *Stop TransPathologization!* –Pare a patologização de trans! cobra dos saberes psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise) uma profunda análise sobre a classificação do gênero enquanto categoria naturalizada. Para Butler (2009, p. 98), é preciso avaliar, que “o diagnóstico ainda é a saída para muitas pessoas carentes financeiramente que não tem acesso a um sistema de saúde que ofereça a esses o suporte à transição”, ao analisar o sistema de saúde nos EUA. O estudo de Butler (2009) lembra que:

o que está em jogo neste debate é altamente importante, pois parece ser, afinal, uma questão de vida ou morte; para alguns, o diagnóstico parece significar a própria vida e, para outros, o diagnóstico parece significar a morte. Para outros, ainda, ele pode muito bem ser uma benção ambivalente ou, de fato, uma maldição ambígua. (BUTLER, 2009, p. 98)

Lembra, ainda, que o lugar de produção desse diagnóstico e como ele fixou normas rígidas que pressupõem a adequação do gênero “errado” para a pessoa que não se identifica com o gênero identificado é a promessa de alívio.

o diagnóstico busca estabelecer critérios pelos quais uma pessoa que se identifica com o sexo oposto possa ser reconhecida, mas o diagnóstico, ao desenvolver esses critérios, desenvolve uma versão muito rígida das normas de gênero.(BUTLER, 2009, p. 117)

Os dilemas do diagnóstico e o (des)diagnóstico é que eles passam pelo reconhecimento social do sujeito e pela garantia e acesso a esses direitos, mas também “estará a autonomia libertaria enredada em sujeição”, conclui a autora (idem, p.123).

Vimos que o conceito de gênero, a partir de construções sociais e históricas, firmará identidades e sujeitos a partir de uma lógica em que o sexo tem um papel relevante. Essa construção toda, que ganha espaço na família, nas instituições e na sociedade, não sugere, tampouco, dialogar com qualquer possibilidade de compreensão das subjetividades, das sexualidades e das complexidades da relação corpo e gênero.

A busca que se empreende com essa materialização do corpo e gênero constituindo identidades vai produzir discursos com o objetivo de classificar, explicar,

regrar, disciplinar a sexualidade. Tais discursos, diz Louro (2015, p. 82), *“habitam corpos (...) como parte de seu próprio sangue”*.

Esse discurso da verdade dos corpos é aquele do corpo capturado e catalogado pelo DSM – V, Associação de Psiquiatria Americana - APA e pelo CID-10, da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Tais discursos capturaram historicamente a verdade dos corpos a partir de uma base natural. “Como um purificar daquilo que incomoda”. (MELO, SILVA e RIBEIRO, 2016). Os estudos de gênero, porém, levam-nos a pensar muito além desse corpo que só encontra na cirurgia a materialidade do corpo viável.

Os estudos de gênero têm sido essenciais em pesquisas que debatam o tema objeto desta pesquisa. Neste construir, o repertório de Bento e Pelúcio (2012), Bezerra Jr (2006), Costa (2006), Nunes (1998), Campos (2000), Russo (2006), Silva (2010), Louro (2004) e Ventura (2010) contribuíram para a análise crítica adiante dissertada.

Na busca da identidade junto ao Poder Judiciário, o laudo, ainda que meramente o de acompanhamento – designado como Relatório Psicológico -, poderão ser essenciais para algumas decisões, ainda que algumas decisões tenham avançado neste aspecto e acenado noutra direção mais recentemente.²⁴

No ano de 2016, uma decisão²⁵ histórica no judiciário Paulista acolheu pedido de uma transexual que invocava o direito à mudança de nome e gênero sem laudos patologizantes.

Neon Cunha, moradora de São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, pleiteava, ainda, o direito à morte assistida, caso lhe fosse negado o direito reivindicado.

A resistência de Neon ajuda a refletir essa postura ardilosa do direito normatizada na patologia. Como indica Costa (2006), a medicina deveria estar atenta para as armadilhas de seu próprio imaginário moral e se utilizar do seu

24 Em maio de 2017 o Superior tribunal de Justiça decidiu que a cirurgia de transgenitalização não é requisito essencial à retificação de nome e sexo. Disponível em http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia. acesso em 15 de maio de 2017

25 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1797087-transexual-pede-morte-assistida-se-nao-puder-mudar-nome-e-genero.shtml>

arsenal tecnológico e intelectual, de modo a produzir pesquisas que evitem reforçar discriminações. Questionar o que legitima e autoriza essas armadilhas da medicina e do direito, que amarram, atam, prendem e afirmam um sujeito, é o argumento sobre o qual uma pesquisa deve se debruçar, pois a “viagem”, afirma Louro(2004:25), pode indicar caminhos que “desestabelece certezas e provoque novas percepções”.

2.4 Hay niñas con pene y niños con vulva²⁶

Figura 1 – Campanha ONG Chrysallis

Fonte: Chrysallis

A campanha ilustrada na imagem acima foi lançada em janeiro de 2017, na Espanha, em cidades de País Basco e Navarra, pela ONG Chrysallis. Segundo informações que circularam na mídia, a campanha foi patrocinada pela ONG, formada por famílias de crianças transexuais e teve como objetivo “dar visibilidade a crianças que não correspondem ao gênero identificado no nascimento a partir de sua genitália”. Dentre outros alertas, a campanha chamava a atenção para o índice de suicídio na vida adulta, de pessoas cujas identidades de gênero são invisibilizadas pela sociedade.

26 Disponível em <http://www.bbc.com/mundo/noticias-> acesso em 27 de janeiro de 2017

A reação de setores conservadores da Espanha “sugeriu que a campanha expunha a hiperssexualização das crianças, impunha a transexualidade como algo normal e sugeriu a corrupção de menores”, dizia a matéria no link anotado. Nas semanas seguintes, a campanha foi atacada com a circulação de material contestando os argumentos da ONG Chrysallis, sugerindo que a heterossexualidade é a regra padronizada da vida humana.

O desconhecimento sobre a população transgênera não é mais tão desconectado do mundo real. As diferentes formas de viver e de se relacionar ganharam visibilidade a partir dos anos 1960, contrariando práticas hegemônicas, até então estáveis, como a noção das identidades de homem e mulher, casamento tardio, novos arranjos familiares, técnicas reprodutivas cada vez mais ousadas, que de certo modo transformam, perturbam e anunciam outras políticas das identidades desde o final do século XX.

Porém, essas transformações sugerem mais perguntas do que respostas, ao formularem conceitos sobre identidades no contexto deste estudo. O sentimento do que significa ser homem e ser mulher na contemporaneidade não mais se vale da ideia do sujeito visto como uma identidade fixa e estável (Hall, 2014, p. 10), “o sujeito do Iluminismo”; pois que assim como “as identidades sociais, as identidades sexuais e de gênero têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais” (Louro, 2000, p. 9).

Pensar em identidade é pensar em cultura, alteridade, diferenças, diversidade. E se o significado de identidade é pensado a partir de produções estáveis, ela ocupa a posição central na identificação dos sujeitos por meio de discursos e práticas que materializam uma identidade como efeito do poder.

A campanha da Chrysallis chama a atenção para esse lugar do sujeito e das identidades pertencentes à ideia de naturalização, onde não há lugar para identidades desestabilizadoras de discursos de poder que não atendam à lógica essencialista de corpo.

O que parece implícito na campanha das famílias de crianças transexuais espanhola, além do alerta para a identidade de gênero daquelas crianças e para a violência institucional, que não atenta para o seu lugar na escola e outros espaços coletivos, são outros pontos que convém refletir.

Essa proposição remete à noção de sujeito estabilizado e que, na “crise” que alguns teóricos fazem da identidade neste período pós-moderno, teria descentrado esse sujeito. Hall (2014) sugere, ao definir a identidade, três concepções diferentes: a do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo pressupõe um sujeito centrado, unificado, “individualista” do sujeito e da identidade “dele” (já que ele era usualmente descrito como masculino (idem, p. 10); o da identidade formada na “interação” entre o “eu” e a sociedade; e o sujeito das identidades diferentes, indicando em várias direções. O que o autor nos convida a pensar é o seguinte: porque é importante pensar em identidade? Quem precisa de identidade?” Ao fazer o diálogo com Hall (2000, p. 103) vejo que a campanha da Crisallys alerta que não é mais possível fixar a identidade apenas a partir dos corpos unificados.

Que saberes são esses que constroem “crianças” universais de forma arbitrária em uma biopolítica de exclusão de outras “não-crianças”?

Essa nomeação das crianças que a sociedade ocidental universalizou, desafiando a intelegibilidade social do “sujeito”, que não congrega as “não-crianças”, que não respondem ao binarismo de gênero, criou para elas um “não-lugar” a partir das oposições binárias que a modernidade estabeleceu, afirmam Duschatzky e Skliar (2000).

A reação dos conservadores encampa este discurso, de que meninas com pênis e meninos com vagina são o “outro” de todo o mal”, aponta Duschatzky e Skliar (2000, p. 165). Logo, “não-crianças”. Os autores indicam que os discursos que constroem palavras e nomeiam, informam que o “negativo é aquele que invade para deslocar a aparente normalidade”, “que cada sujeito alcança identidades plenas a partir de marcas únicas” (idem), e o reconhecimento homogêneo do outro enquanto sujeito pleno de direitos a ser “tolerado”.

Essa explosão de discursos que aprisionam crianças – “não crianças” – é a mensagem que a campanha denuncia e adverte. Possibilitar ao outro uma experiência além de um único lugar social é a grande armadilha que precisa ser desconstruída, para o que a campanha da Crysallis tenta nos alertar neste tempo de águas tão turvas para a humanidade.

2.5 Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e outros Transgêneros

Transgênero, como já apontado, expressa aquilo que na literatura e no ativismo internacional se reconhece como um amplo guarda-chuva, abarcando inúmeras identidades e/ou expressões de gênero. O termo ganha resistência no ativismo brasileiro, como será apresentado oportunamente.

A pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2012)²⁷ elaborou, junto com colegas acadêmicos, um guia de orientação sobre as identidades de gênero para formadores de opinião. O guia traz o conceito de travesti e transexual, além de destaque para o conceito, polêmico, de transgênero.

Em seu documento, a autora chama a atenção de que, no Brasil, o termo transgênero ainda não é explorado em razão do debate histórico. Para Jesus:

(..) dois aspectos cabem na dimensão transgênero, enquanto expressões diferentes da condição. A vivência do gênero como: 1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis); OU como, 2. Funcionalidade (representado por crossdressers, dragqueens, drag kings e transformistas). Há ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero. Aqui no Brasil ainda não há consenso quanto a como denominá-las. Alguns utilizam o termo queer, outros a antiga denominação andrógino ou, ainda, reutilizam a palavra transgênero. (JESUS, 2012, p. 7)

A psicanalista, escritora, ativista e acadêmica Leticia Lanz opera com a ideia de transgressão do dispositivo binário de gênero, e que o real conflito do transgênero é muito mais de ordem socio-político e cultural:

Transgênero não quer dizer um gay (ou lésbica ou bi) "mais afetado", nem uma patologia mental do indivíduo. Não é tampouco o nome de mais uma identidade gênero-divergente (como travesti, transexual, *crossdresser*, dragqueen, transhomem, etc.), mas um termo "guarda-chuva", que reúne debaixo de si todas as identidades gênero-divergentes, ou seja, identidades que, de alguma forma e em algum grau, descumprem, violam, ferem e/ou afrontam o dispositivo binário de gênero. (LANZ, 2014, p. 26)

27 Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília. 2012. Disponível em http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989 acesso em 05/03/2015

Sua pesquisa traz o histórico da criação do termo transgênero de uma publicação de 1992, do panfleto elaborado por Leslie Feinberg, intitulado *Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come*, mais tarde expandido para tornar-se os livros *Transgender Warriors* (1997) e *Trans Liberation: Beyond Pink or Blue* (1998).

A chamada do ativista Feinberg para a Liberação Transgênera está entre os primeiros usos publicados da forma coletiva do termo transgênero que explicitamente politiza a identidade transgênera, conclamando para um movimento social organizado em torno desse termo. Foi esse senso coletivo que a maioria dos ativistas norte-americanos adotaram no início dos anos noventa (VALENTINE, 2007, p. 34) (p.82)

(...) O termo "transgênero" surgiu, assim, como um denominador comum dentro do pantanal terminológico das identidades gênero-divergentes, classificando todos os seus membros com base nos seus desvios relativamente ao comportamento socialmente esperado do gênero em que foram classificados ao nascer. O conceito se aplica a qualquer indivíduo que, em tempo integral, parcial ou em momentos e/ou situações específicas da sua vida, demonstre algum grau de desconforto ou se comporte de maneira divergente do binômio oficial de gênero. Entretanto, devido às inúmeras disputas entre identidades gênero-divergentes, o termo transgênero ainda está longe de ser aceito por todos como designação geral para todas essas identidades. (LANZ, 2015, p. 83)

Para Bento (2008, pp. 24/25), há corpos que escapam a formas de gênero inteligíveis. Tais corpos acabam sendo construídos socialmente, e assim são processados. É o caso que a autora aponta do/a transexual:

A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção dos sujeitos "normais/anormais" e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais. (BENTO, 2008, pp. 24/25)

Essa conceituação não é uniforme no grupo identificado pelas letras TTT do movimento LGBT no Brasil. Facchini (2005), ao resgatar o histórico do movimento, destaca que, por ocasião do I Encontro Paulista GLTs, realizado em 1999, no interior de São Paulo, houve discussão sobre a inclusão ou não da expressão no significado da letra e que *a decisão foi pela exclusão*. Facchini (2005) relata o estranhamento da expressão na seguinte passagem:

Em relação à adoção da categoria "transgêneros", como já citei anteriormente, houve, inicialmente, uma reação bastante negativa por parte das travestis e transexuais militantes, que não se reconheciam nesta

categoria. Entre os frequentadores de eventos promovidos pelo movimento, esse estranhamento também era perceptível. (FACCHINI, 2005, p. 271)

Todos esses conceitos organizam a vida a partir de regulações produzidas nos dispositivos de sexualidade, indicou Foucault. E nessa regulação da sexualidade está a verdade do corpo no campo político, ainda muito presente entre nós. Uma regulação feita em nome do que se é esperado, do saudável, cujo *objetivo era a disciplina do corpo e o da regulação das populações* (FOUCAULT, 2010, p. 159).

Recorremos a Larrosa (1994) para debater, ainda, sobre a ideia de fabricação dos sujeitos. O autor sugere que não há essência nos sujeitos; eles são fabricados e governados a partir do que se espera deles. A história de um sujeito, a construção de seu corpo e sua identidade é prescrita. Logo, ao compatibilizar seu corpo a uma ideia de alcance de sua felicidade, esse sujeito está efetuando uma história, objeto de si, a partir de uma dominação. *A história do eu como sujeito, como autoconsciência, como ser-para-si é a história das tecnologias que produzem a experiência de si* (LARROSA, 1994, p. 54). E essas não estão separadas da noção dos campos de saberes e de dominação. Uma dominação que o amarra na fabricação de laudos, nos pareceres médicos, nas manifestações jurídicas e outras “interpretações” que se faz de identidade e do que se produz desse sujeito enquanto conceito.

Essas construções e autonarrações são debatidas no campo teórico e político e estão presentes no histórico do movimento. Elas narram a pauta política do movimento e vão sugerir as políticas públicas.

As Conferências nacionais, estaduais, e municipais, além dos fóruns de debates do segmento, encontros nacionais como o ENTLAIDS, concretizaram-se como locais essenciais à visibilidade da sigla T no movimento LGBT no Brasil. Essa agenda mais plural e de afirmação das identidades trans ajuda na movimentação de políticas públicas e na promoção de processos que trazem para o centro do debate lgbt pautas sobre processo transexualizador, cirurgias de redesignação, entidades de classe que focalizam suas atividades na pauta trans, além de fomentar debates de gênero na academia e em outros eventos internacionais, como a Conferência Internacional SSEXBBBox 2015 e 2016, na cidade de São Paulo.

Essa movimentação envolve e reforça o debate sobre gênero e sobre os conceitos de quem é a travesti e a transexual, e as reflexões sobre como esse grupo compreende os discursos sobre mulher e homem, que incidem sobre a morfologia da genitália, e de como esse diferencial construído a partir do sexo define e configura, com o corpo, a travesti. Se as travestis se constituem e realizam suas transformações e se apresentam como mulheres e não reivindicam a cirurgia de redesignação de sexo, a quem cabe a afirmação se são mulheres ou não?

No caso de mulheres transexuais e homens trans, a definição de que o diferencial se volta para a “inadequação” do sexo ao gênero atribuído no nascimento sugere muito mais um regime de regulação do sujeito a partir de gênero, como um elemento da base da natureza, e que sexo e gênero são orientadores de suas identidades.

Rafael França, em sua dissertação de mestrado, em que faz uma etnografia de ser travesti na cidade de Campos de Goytacazes, revela que a maioria das entrevistadas não anseia pela cirurgia de redesignação sexual. E, por mais que sua sexualidade seja controlada, vigiada e dominada, essas rompem com os dispositivos que pretendem enquadrá-las. O que se observa da leitura da pesquisa é uma reivindicação de autonomia ao corpo e de suas experimentações. O autor finaliza que os relatos não pretendem minimizar as situações de vulnerabilidade, de violências, discriminações, mas que a fala desses sujeitos reivindicam uma realidade repleta de tons, nuances, cheiros, sabores, texturas, como a de qualquer cidadão/humano. Ser é um desafio à própria existência (FRANÇA, 2012, p. 149).

O debate sobre as identidades trans tem sido revelador para a ciência jurídica, até então ausente do contexto histórico sobre o tema, e até mesmo sobre orientação sexual, diversidade sexual, gênero, sexualidade, sexo. A visibilidade dos últimos anos tem sido de extrema relevância para orientar pesquisas no âmbito da ciência jurídica, como a de Raupp (2012), Freire (2015), Oliveira (2009), Zambrano (2003), Gonçalves (2012) e outros, que cada vez mais tem aproximado o direito das ciências sociais na compreensão as relações humanas e das vivências em suas multiplicidades, de modo a orientar profissionais e operadores da área, ainda que as relações de poder e saber estejam muito presentes nas entrelinhas do objeto da pesquisa.

Os desafios e trajetos percorridos no âmbito deste estudo se constituíram em fazer uma crítica ao direito, mas também ensaiar mudanças que possam confrontar esse direito tão enraizado em verdades jurídicas, como indica os trabalhos com a perspectiva das teorias pós-críticas.

Na nossa perspectiva, ser mulher transexual, homem trans e travesti se traduz em um corpo político que desafia e transgride as águas da superfície. A concepção da transexualidade e travestilidade está muito além da objetividade do “nascer errado”, como refletia Gabriela sobre sua travestilidade. Mais do que isso, em nosso encontro com esses indivíduos e com as subjetividades que cada uma dessas pessoas nos trouxe, o nosso pensar sobre esses sujeitos é um pensar além de estar” entre” ou “além de”, “da concepção dimórfica dos corpos” (RIBEIRO, MELO e SILVA, 2016, p. 237). Nosso pensar sobre a travestilidade e a transexualidade é um convite a pensar um não amansar do indivíduo, mas um navegar além das águas limites que a *Scientia Sexualis* capturou. Neste não amansar é preciso fazer a crítica ao direito que vai responde às boas intenções que a ciência prometeu, pois que a ciência jurídica ainda encarcera, aprisiona, amarra corpos que contestam a mesmice, lembra os autores.

2.6 Relações de Poder e o Desafio da Existência

No mundo contemporâneo, as hierarquias de poder estabelecem, nas relações sociais, nos mais variados espaços coletivos, um trânsito desafiador para aqueles que não correspondem ao ideal hegemônico de masculino e feminino. Aqui, também, gênero aparece como um eixo estruturante a organizar a vida social e produzirá desigualdades e diferenças de toda ordem na vida dos sujeitos.

Nessas relações de poder, as instituições de que Foucault (2004, p. 124) nos chama a atenção, funcionam como práticas discursivas de controle e têm uma função estratégica. A escola, a família, a igreja, o trabalho apoiam-se e articulam-se de formas conexas e operam sobre esses sujeitos discursos de vigilância, de disciplina e de controle.

Que razões mobilizam essa dominação e a exclusão de travestis, transexuais e outro transgêneros nesses espaços?

Uma escola que repele os indivíduos nomeados como desviantes não vai promover um debate que eduque na diferença. Neste espaço, homens trans, mulheres transexuais e as travestis concorrem com uma violência quase que autorizada.

(...)Eu sou travesti, num sou alguém que está no corpo errado. Eu decidi mudar. Eu mudei nome e roupas. Decidi tudo aos 16 anos. Fiz uma desordem total, isso pensando numa ordem imposta. E isso acarretou muita coisa na minha vida, as boas e as ruins. Eu adorava estudar, mas num pude estudar, fui expulsa do colégio sob uma chuva de pedras. E não teve um professor ou diretor que viesse intervir. Isso me afastou da escola. Eles não conseguiam lidar com alguém que não é homem ou mulher. Você não é aquilo que a sociedade quer que você seja.(...)²⁸ (ROCHA, 2014, p. 7)

O preconceito contra esses sujeitos dificulta sua permanência na escola e pode impactar negativamente seu rendimento nos estudos e restringir suas oportunidades futuras no mercado de trabalho. No caso de travestis e transexuais e outros transgêneros, a visibilidade de sua identidade de gênero os tornam muito mais expostas a atos de discriminação e violência. A discriminação e a omissão endossada pelo corpo docente são reveladoras na fala acima.

Para Margarita Díaz:

A homofobia na escola é tão invisibilizada, que a evasão escolar de alunos gays e lésbicas é sempre justificada pela direção como sendo causada por fatores como o uso de drogas, nunca pela homofobia. O ambiente acaba afugentando esses cidadãos em razão do preconceito. E esta evasão é apenas uma das consequências da discriminação apuradas pela pesquisa: na lista figuram ainda a depressão, a tristeza e casos de suicídio entre os estudantes LGBTs.²⁹

Duschatzky e Skliar (2000, p. 176) sugerem que educar na diferença é possível se imaginamos o ato de educar como o ato de deixar à disposição do outro aquilo que lhe possibilite ser distinto do que é em algum aspecto. Nesse aspecto, a educação na diferença se volta à presença no espaço escolar das crianças “não-

28 Homofobia e educação. Uma reflexão sobre a exclusão de travestis e transexuais no espaço escolar. Anais do Congresso Artigo publicado nos anais do III Seminário de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos
http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405470526_ARQUIVO_SeminarioVitoriaFinal.pdf acesso em 18/04/2016
 29 <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7330&sid=7> acesso em 10/02/2014

crianças”, que as mães espanholas denunciavam estar fora da escola, uma realidade que a sociedade precisa conhecer.

Umas das formas de permanência na escola é o nome social. No estado de São Paulo³⁰, o nome social foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, no ano de 2014. Um levantamento da Secretaria de Estado da Educação informa que, até 30 de abril de 2017, 365 pedidos de nome social já eram realidade na rede pública do Estado.

Gráfico 01 – Nome social na escola

30 O levantamento da Secretaria da Educação aponta que, dos 127 estudantes que aderiram ao nome social na rede, 86% são mulheres transexuais e travestis (pessoas que nasceram com o sexo masculino, mas não se identificam com esse gênero). A maioria desses estudantes são maiores de 18 anos (60%) e apenas 26% deles estudam no período da manhã. Mais da metade dos alunos com nome social estudam no período noturno (68%), mas 44% fazem a Educação para Jovens e Adultos. O restante (56%) cursa o ensino médio regular. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/06/uso-de-nome-social-por-transexuais-triplica-em-escolas-diz-secretaria.html> acesso em 18/04/2016.

Gráfico 02 – Nome social na Escola

Gráfico 03 – Nome social na escola

Fonte: SEE

O nome social, entretanto, tem sido alvo de críticas por parte do movimento T à medida que não há uma regra única para sua normatização, como a recente implementação pela Receita Federal brasileira, onde o nome civil está estampado ao lado do nome social, mas também porque, *a priori*, é um paliativo que não “resolve” constrangimentos para muitas pessoas. “(...) Porque eu não posso mudar o meu registro? Eu acho que a luta da militância deve ser no sentido de mudar o prenome, e não nome social, pois ou eu existo ou não existo. (...)”³¹ (ROCHA, 2014, p. 8).

Cruz (2008), ao problematizar o uso de banheiros nos espaços escolar, explora a ideia de “fundacionalismo biológico” de Nicholson (2000) para discutir quem tem direito a usar o banheiro demarcado, nomeado, atestado como masculino e feminino. Para a autora:

O que está em jogo no cotidiano da escola parece ser o debate ao redor de qual banheiro se destina à travesti, mas, se examinarmos com cuidado, podemos perceber o entrelaçamento de outros elementos mais profundos. Algo como nos perguntarmos se seremos capazes de desconstruir o lugar do biológico como fundante da constituição de homens e mulheres (e um “biológico” binário).³² (CRUZ, 2008, p. 78)

O jogo de poder que atua sobre os corpos de crianças travestis e transexuais e como esses podem agravar as complicações no trato urinário e outros ao longo de suas vidas, à medida que o uso de banheiro, neste espaço, é um exercício de enfrentamento diário.

Rios (2015, p. 217) atenta para o fato de que a proibição de uso de banheiros por esses atores acabou constrangendo-os no limite perante a sociedade, ao comentar sobre um recurso³³ em trâmite no Supremo Tribunal Federal, que pleiteia o

31 Homofobia e educação. Uma reflexão sobre a exclusão de travestis e transexuais no espaço escolar. Anais do Congresso Artigo publicado nos anais do III Seminário de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405470526_ARQUIVO_SeminarioVitoriaFinal.pdf aceso em 18/04/2016

32 A identidade no banheiro: travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST5/Elizabete_Franco_Cruz_05.pdf

33 Recurso Extraordinário RE 845779 – Origem TJSC - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO | Garantias Constitucionais | Não Discriminação - DIREITO CIVIL | Responsabilidade Civil | Indenização por Dano Moral - questão jurídica em discussão é saber se a abordagem do transexual para utilizar banheiro do sexo oposto ao que se dirigia configura ou não conduta ofensiva à dignidade da pessoa humana e aos direitos de personalidade e, portanto, indenizável a título de danos morais. Processo encontra-se com vista do Min Luiz Fux desde 19/11/2015

uso do banheiro a partir da identidade de gênero do qual a pessoa se reconhece, com repercussão geral, a partir do caso de uma transexual exposta no espaço público, que resultou na perda de controle e na excreção nas próprias vestes, sob o olhar de transeuntes.

A exclusão dessa população do espaço escolar e outros espaços coletivos, nos limites apresentados acima, fez-nos refletir sobre as desigualdades e as relações de força onde o poder, a todo custo, tenta conservar uma função de preservar a superioridade sobre um grupo.

Essa condição de inferioridade cria estigmas de tal modo que leva o outro a assumir e se conformar com a situação. *Que meios utilizam eles para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos?* (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23). A relação estabelecido/*outsider* está tão reforçada entre os muros da escola que “invadir” e transitar por ali exige que travestis, transexuais e outros transgêneros abdicuem de suas identidades de gênero e sucumbam ao modelo de vigilância que os/as apontam como *outsider*.

Outra tensão política considerada por Arán (2008) volta-se para as dificuldades profissionais enfrentados por esses “sujeitos”. Sua pesquisa evidenciou que a maioria trabalhava em ocupações como vitrinista, esteticista, doméstica, operadora de telemarketing, o que não se distancia muito de sujeitos que atendi ao longo de minha atuação profissional. O relato daquele estudo destaca o quanto a exclusão escolar e a falta de um documento que retrate a identidade de gênero ensejam constrangimentos e negação de direitos que não os/as contempla no trabalho formal.

No contexto do mercado de trabalho, outro estudo revela, no relato de Luisa, “que o reclamo” é o mesmo:

(...) Formada na aeronáutica, aqui no Brasil, Luisa tem uma paixão especial pelo mundo da aviação. Concluiu o curso aos 26 anos no campo de marte, em São Paulo. Conquistou a carteira do Ministério da Aeronáutica, do Departamento de Aviação Civil, mas nunca trabalhou na área(...) Às vezes eu ouço: Porque você não vira homem outra vez? Tive carteira assinada aos 49 anos. Tenho medo de acordar e achar que estou num sonho. Não me coloco numa posição de vítima, e sim de dentro da minha vida ser a protagonista da minha história. (...) me formei, tenho vários títulos, mais especialidades, pergunta se eu trabalhei na área? Eu não trabalhei. Você já viu uma travesti encima de uma aeronave? Mesmo que você demonstre

atitudes brilhantes, talvez você tenha oportunidades em repartições públicas ou no mundo artístico.(...) (ROCHA, 2014, pp. 223 a 225)

As dificuldades do mercado de trabalho são inúmeras. A exclusão do nome e a escolaridade são preponderantes enquanto fatores de discriminação. A rede de poder funciona como um dispositivo que não permite qualquer abertura para o ingresso desse sujeito no mercado de trabalho.

Com relação ao direito à saúde, como estão assegurados esses direitos no Brasil? Será que a população de travestis, transexuais e transgêneros são vistas pelo sistema de saúde com a mesma estima da maioria da população?

Uma pesquisa realizada por Arán, Murta e Zaidhaftl (2008), no Hospital Universitário Clementino Fraga, no Rio de Janeiro, com transexuais que procuram o atendimento ao processo transexualizador traz, no relato de uma de suas entrevistas, uma fala que reforça crenças de um código moral e social a disciplinar o controle dos corpos, que leva o sujeito à percepção de que a única forma de ser reconhecido é a partir do gênero identificado. Sugerindo que o que se fala e se produz sobre os entrevistado se dará a partir da experiência relatada no atendimento ambulatorial.

A revisão etária no processo transexualizador, com vista ao atendimento precoce do/a jovem transexual e travesti, teve uma portaria sugerida por pesquisadores e ativistas ao Ministério da Saúde, no ano de 2013, anulada logo após o seu anúncio. A Resolução, que possibilitava o início do processo mais cedo, na puberdade, foi revogada horas após sua edição, sendo substituído por outra mais restritiva. Para Ventura (2010, p. 116), a restrição etária constitui um tipo de inconsistência, e destaca: *Não é moralmente legítimo que alguém aguarde a idade de 21 anos para ter acesso ao único tratamento capaz de lhe trazer bem-estar.* As consequências da “doença” na vida dessas pessoas, em alguns casos, surgem e são identificadas já na primeira infância.

É o caso, por exemplo, de Paulo, que passou por inúmeras situações de *bullying* no espaço escolar e chegou a mudar de escola três vezes. O menino, segundo a mãe, iniciou o processo transexualizador e realizou a mastectomia no início do mês de julho de 2014. O relato da mãe do aluno não deixa dúvidas sobre a violência simbólica experimentada pelo filho desde os primeiros anos na escola. O conturbado processo de aceitação na família se deu concomitante à violência transfóbica. “(...) Um dia ele me disse: Você acha que realmente escolhi a opção mais fácil? (...) A partir daí

começamos tentar aceitar. Para o pai foi muito difícil. Prá mim também, mas mãe tenta colocar panos quentes (...) fiquei no meio deles, tentando não deixar nenhum dos dois sofrer. Veio a depressão, o tratamento com psiquiatra, remédios, tentativas de suicídio, a repetência no ensino médio. (...) Hoje Paulo ficou bem na escola, os amigos o tratam bem. Tem turma e todos o respeitam. A escola (nova) nos surpreendeu! Fomos conversar há 2 anos e eles se propuseram a ajudar, só estavam um pouco perdidos por ser o primeiro caso de trans na escola. Este ano nos mandaram um termo para mudança de nome para o nome social na escola. (...).³⁴ (ROCHA, 2014, p. 9)

O relato sugere imaginar que a escola possa ser pensada em todas suas multiplicidades, e que a feminilidade e a masculinidade não sejam as únicas formas expressas por crianças, o que parece atrativo em uma escola que se apresente como diversa e plural. Sugere, ainda, que o processo transexualizador não pode ser excluído de regras éticas e morais e justificado, apenas, por restrições de ordem médica e legal, mas sim sob a ótica da necessidade da saúde sexual e dos direitos humanos.

É o que vai informar a decisão judicial recente de uma criança transexual, de 9 anos, do estado do Mato Grosso do Sul. A criança conseguiu a autorização para mudança de prenome e redesignação de sexo/gênero.

Aos olhos do juízo mato-grossense, o objetivo foi “garantir (...) como ela se vê na sua individualidade e na sua orientação feminina, ela seja respeitada e tratada da forma como é (...)”³⁵. Contudo, a regra médica, como o acompanhamento junto ao Hospital das Clínicas de São Paulo, foi preponderante para nortear o convencimento da ciência jurídica.

Apesar do marco histórico instituído pelo artigo 196 e seguintes, da Constituição Federal, em 1988, que tratou de assegurar o acesso à saúde a todos os cidadãos, tal regra ainda depende do princípio discricionário do poder estatal para sua implementação. Basta atentar para os serviços de atenção de acesso à saúde para população trans no Brasil, como já indicamos em outra seção. O caminho entre o direito e a sua efetivação demonstra que toda norma que garante um direito fundamental tem alguma limitação na sua eficácia, conclui Silva (2006:50). Nessa

34 Homofobia e educação. Uma reflexão sobre a exclusão de travestis e transexuais no espaço escolar Artigo publicado nos anais do III Seminário de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humano. 2014. disponível em http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405470526_ARQUIVO_SeminarioVitoriaFinal.pdf

35 <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/02/tentou-cortar-o-penis-aos-3-anos-diz-mae-de-menino-que-trocara-de-nome.html>. Acesso em 01/03/2016

omissão estatal, a judicialização do acesso à saúde e a medicamentos é a tarefa que resta aos operadores do direito. Se este é o modelo acertado, a resposta é não, pois para o autor:

(...) a postura adequada parece ser aquela que se disponha a um *desenvolvimento e uma proteção dos direitos fundamentais* baseados nem na omissão nem na ação isolada e irracional, mas a partir de um *diálogo constitucional* fundando nessas premissas de comunicação intersubjetiva entre os poderes estatais e a comunidade. (SILVA, 2006, p. 51)

Os desafios que aqui estão debatidos sugerem que há uma política de acesso a serviços públicos que foram desenvolvidos ao longo dos últimos anos com a pauta do segmento T. As questões, entretanto, a esse debate, lembra Ventura (2010), foram tratadas desde os anos 1990, por meio de políticas de acesso à saúde relacionadas aos direitos sexuais e saúde sexual. E tais demandas surgem de reivindicações do movimento LGBT, do segmento T e de movimento de mulheres presentes no debate da constituinte de 1988, sem, entretanto, ganhar o destaque esperado em razão do quadro político da época.

No âmbito de seu estudo, há conceitos que merecem uma problematização, ainda que de forma breve, no sentido da reflexão sobre como os conceitos de autonomia se tornaram um elemento central nos debates para o reconhecimento e a existência dos sujeitos. Ventura (2010, p. 17) chama a atenção para dois pontos dessa “autonomia”, a partir de duas dimensões: a de capacidade para distinguir a ação apropriada a ser adotada e a de ação, que implica a escolha de uma decisão.

Para ela, é preciso atentar em “como o discurso jurídico e o da ética médica incorporaram o princípio bioético de respeito à autonomia, na deliberação sobre a questão transexual” (Ventura, 2010, p. 17), e como esses têm sido discursos estruturantes na demanda dessas pessoas. Tais discursos, insiste a autora, buscam normatizar a biopolítica do corpo, esbarram no conflito bioético à medida que “limitam a autonomia pessoal, de forma injustificada e incompatível com as normas éticas e jurídicas reconhecidas como legítimas, pelo menos numa sociedade que se pretende democrática e plural”, Ventura (2010, p. 18).

2.7 O Movimento LGBT. Avanços e a Pauta Trans

No Brasil, a participação comunitária deslança por volta dos anos 1950, com a reivindicação de movimentos da classe operária por melhores condições de vida e de trabalho. Nos anos 1960/1970, essa participação popular se redimensionou e se firmou com o incremento e pluralização da organização coletiva, mas também com o surgimento de movimentos sociais específicos.

Esses “novos atores” na cena pública contribuíram para o processo de redemocratização do país, nas décadas posteriores. Os “Novos Movimentos Sociais”, como destacam Montaño e Durighetto (2014, p. 264), surgem ora como complemento, ora como alternativa aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda, inspirados em diversos processos revolucionários e em variadas revoltas, iniciando o debate político sobre temas.

O debate sobre transexualidade surge no Brasil na década de 1980, por meio do *Jornal Lâmpião da Esquina*, aponta (Lanz, 2015, p. 339). No mesmo período, o debate sobre a travestilidade ocupa o cenário político de luta do movimento.

Da agenda política que avança nos anos 1980 e anos 1990, emergem as primeiras formulações de políticas públicas no país. Representantes de movimentos sociais, lideranças, ativistas e outros atores participam desse novo cenário, buscando intervir nas instâncias decisórias, incluindo aquelas responsáveis pela execução de políticas públicas e outras ações que visem promover a cidadania, diminuir as desigualdades e a violência que afetam as “minorias”; dentre elas, o Poder Judiciário.

O surgimento de “novos sujeitos de direitos” mostra, no cenário atual, outras percepções da violência e do preconceito. A crítica de lugares sociais desiguais é a fonte de reivindicações coletivas de grupos específicos, assinalando o entrelaçamento histórico entre direitos humanos, direitos sociais, políticas de identidade e a luta dos movimentos ativistas.

Nessa luta, acontece no ano de 1992, no Rio de Janeiro, o 1º ENTLAIDS³⁶- Encontro Nacional de Travestis e Transexuais. No encontro, com slogan “cidadania

36 Tema do I ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta Contra Aids, aconteceu em 1992, no Rio de Janeiro e que deu início ao movimento de reivindicações de travestis e transexuais que não se sentiam contempladas com o debate de políticas de gênero.

não tem roupa certa”, o objetivo era investir em uma pauta única de reivindicações de direitos e políticas públicas no Brasil, de visibilidade ao exercício da cidadania, tão caro à população trans, à medida que a grande parte do segmento não tem escolaridade, não consegue acessar o mercado de trabalho, não tem acesso aos equipamentos de saúde, e as que transitam na prostituição convivem diariamente com o fantasma da violência.³⁷

Da visibilidade à letra T no movimento LGBT, da criação de redes nacional como a ANTRA e a REDETRANS, os encontros revelaram um segmento maduro, corajoso, que elege, a cada ano, uma agenda de políticas públicas para essa população nos estados, municípios e mais visibilidade nas Paradas de Orgulho LGBT pelo Brasil.

A “conquista da cidadania” esteve presente em quase todos os temas eleitos por ocasião do ENTLAIDS de 2015, na cidade de São Paulo, que tivemos a oportunidade de acompanhar. A ideia é reforçar a existência do segmento, visibilizar a identidade trans, cobrar políticas públicas. Nessa pauta, nascem o nome social, os ambulatórios de atendimento e o processo transexualizador, o que reflete os avanços eleitos nos Encontros, ainda que a passos lentos. Programas de Operação de Trabalho - POT³⁸, instituído em 2001 e que contempla essa população, e o Transcidadania, no ano de 2015, além de um projeto de lei que disciplina o direito à identidade de gênero, identificam outras pautas de visibilidade do segmento.

Passados 25 anos do histórico Encontro, a população de travestis, mulheres transexuais, homens trans e outros transgêneros foi tema da Parada de Orgulho LGBT de São Paulo, no ano de 2016, com o tema “Lei de Identidade de Gênero Já! Todas as pessoas juntas contra a transfobia”. Em uma das maiores Paradas do

Disponível em http://www.athosgls.com.br/comportamento_visualiza.php?contcod=20133 acesso em 12/03/2016.

37 Segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) TransgenderEurope (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, divulgado na rede Agência Brasil, entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país. Esses dados dão ao Brasil o primeiro lugar em morte de travestis e transexuais. Na matéria a presidente da Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, os dados ainda não refletem a realidade da violência contra essa população, já que como grande parte da maioria não tem acesso à informação, a subnotificação é muito alta.

Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e> acesso em 31/03/2016.

38 Programa instituído pela Lei nº. 13.178, de 17 de setembro de 2001, com nova redação dada pela Lei nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003.

mundo, o tema se fez urgente, já que a população T é a que mais sofre preconceito e discriminação e é o maior alvo da violência no país, como já apontado.

Por sua vez, essa movimentação e resistência política nos anos 2000 tem sido alvo de uma agenda autoritária e de retrocesso no Brasil nessa segunda década do novo milênio. No âmbito do Legislativo, a luta travada entre conservadores religiosos, comunidade acadêmica e movimentos sociais, se voltava para o debate de matérias que dispunham sobre os PMEs, PEEs e PNE de educação, o Projeto de Lei 5069 - que proíbe o aborto -, o Projeto de lei que trata do Estatuto da Família, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 99/11, que concede a entidades religiosas o poder de propor Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI e Ação Declaratória de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

Tais manifestações levam a crer que os regimes de normatização e normalização nunca estiveram tão presentes entre nós (FOUCAULT, 2010). O recuo ao conservadorismo que temos assistido nos últimos anos, e não apenas no Brasil, aponta para a desqualificação das conquistas e dos avanços no campo dos direitos humanos, mais especificamente no debate sobre gênero, sexualidade, direitos sexuais, violência contra população LGBT, e pretende impor um discurso a essas pautas de “normalização” dominantes, restritivas e excludentes, como bem nos expôs a filósofa Judith Butler,³⁹ em sua passagem pelo Brasil, no ano de 2015.

A pauta de 1992, não é mais tão invisível como fora, pois o movimento de resistência da população de travestis e transexuais atua no sentido do reconhecimento de uma pauta que legitime a cidadania enquanto cidadão/humano. Há avanços, sem dúvida. O que se reivindicou e ainda se reivindica nesses 25 anos é uma liberdade e um debate em torno do sistema de sexo/gênero que produziu a doença, a cura e fez o sujeito desviante vir para o centro e aceitar a

39 Judith Butler esteve no Brasil em setembro de 2015. Participou do Congresso Internacional da Associação Brasileira de Homocultura – ABEH, em Salvador, e do I Seminário Queer no Sesc – Vila Mariana em São Paulo. Sua fala, nos dois eventos tratou de explorar sobre o regime de alianças que as minorias políticas deveriam atentar neste momento histórico. O que nos une e o que nos faz reagir frente a inúmeras situações políticas de segregação, abandono e exclusão na esfera global é a pergunta que temos de nos fazer neste momento. A filósofa também tratou de esclarecer que queer indica que intersex podem reivindicar um terceiro sexo, como um gênero binário. Como transexuais podem reivindicar um gênero binário, assim como outros/as contestam o binarismo de gênero. Que a teoria *queer* indica que o gênero é algo construído involuntariamente, e que a crítica de sua teoria se dá no sentido da designação consolidada do gênero.

heterossexualidade com a única forma de vivenciar a sexualidade, diz Bento (2008, p. 179).

Ser lido como o que está posto é um dos maiores desafios de travestis, mulheres transexuais, homens trans e outros transgêneros. E este passa, fundamentalmente, pela conquista de direitos civis, econômicos e sociais, mas principalmente pela autonomia de decidir sobre o corpo e pelo direito de ser diferente e refutar quem se é. Como o direito tem enfrentado tais questões e a partir dessas produzindo uma jurisprudência no país, o capítulo a seguir transita entre o direito, o humano e os diálogos jurídicos.

3 Direitos de Travestis e Transexuais. Diálogos Jurídicos

3.1 O direito e o humano

O registro de nascimento se traduz em um dispositivo produzido pelo direito e escreverá um nome e “um sujeito”. O nome, diz Vieira (2012, p. 8), ao resgatar o histórico e a passagem sobre o “nomear” por civilizações, documentos de tradição religiosa, tem um objetivo: identificar o nomeado, “é o chamamento pelo qual se designa uma pessoa, individualizando-a não só durante a vida, como também persiste após a morte”. O sujeito, por sua vez será identificado no registro de nascimento a partir da genitália: ou se é menino, ou se é menina. Mas quais as significações desse nomear e desse “sujeito”? Somos aquilo que um cartório emite a partir do que alguém atesta. Esse documento, diz Zambrano (2003, p. 82), será “a peça fundamental em que todos os outros documentos vão estar apoiados, dando origem à menção do sexo em cada um deles”.

Esse discurso registral, que vai produzir o menino, a menina, o homem e a mulher, traz consigo uma narrativa histórica e cultural de concepção restritiva de uma ideia do que é uma pessoa, e nessa narrativa “se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade” (LARROSA, 1994, p. 42).

Assim, o propósito deste capítulo é explorar como o direito produz essas identidades e faz um diálogo com o que o direito vinculou de direito ao nome como direito à personalidade.

O direito ao nome civil está previsto no artigo 16 e seguintes do Código Civil Brasileiro. O nome é um direito e dever, é um atributo da personalidade, é uma identidade pessoal – informa Nery e Nery Jr, ao comentarem o Código indicado (2009, p. 231) –, é o que dará o ingresso dessa pessoa no mundo jurídico.

Bittar (2015, p. 36) sugere que o direito civil – que, neste aspecto, tem uma afinidade com o direito constitucional – atenta que nessa harmonização, onde prevalece a dignidade da pessoa humana, tais princípios funcionam “como bússola do sistema jurídico como um todo, e, nestes termos servem de fundamento a unificar o tratamento da matéria”, os direitos da personalidade.

A regra legal impõe que os direitos de personalidade são bens jurídicos especialíssimos, que compõe a humanidade do ser. Para Nelson e Rosa Nery, (2009, p. 225):

O fundamento constitucional dos direitos de personalidade é a dignidade da pessoa humana, que se constitui em fundamento da República brasileira (CF 1º III). O Objeto dos direitos de personalidade é tudo aquilo que disse respeito à natureza do ser humano, como por exemplo, a vida, a liberdade, proteção de dados pessoais, integridade física e moral, honra imagem, vida privada, privacidade, intimidade, intangibilidade da família, autoestima, igualdade, segurança. (NERY e NERY Jr, 2009, p. 225)

Ele é intransponível, irrenunciável, ilimitado, imprescritível, impenhorável. Para Bobbio (2004) esses direitos estão estreitamente ligados à transformação da sociedade.

A Constituição Federal de 1988, apesar de não conter uma cláusula geral expressa destinada à tutela ampla dos direitos da personalidade, absorveu-o, em seu Título I, onde são expostos os princípios fundamentais do Estado brasileiro. Daí a asserção constitucional de que todos os cidadãos possuem a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Assim, no campo do direito, um passo de fundamental importância no resgate da dignidade destas pessoas é a possibilidade de alteração de seu registro civil, permitindo-se que seu prenome e sexo civil sejam compatíveis com sua morfologia e imagem pública, evitando as constantes humilhações.

No âmbito jurídico, a mudança de nome se dá em algumas circunstâncias, dentre elas, a retificação de nome de travestis, mulheres transexuais e homens trans, e está contemplada na Lei de Registro Público. Essa modificação, entretanto, ante a omissão de uma legislação que regule a alteração de nome e a redesignação do sexo dessas pessoas, expõe-nas a argumentos frágeis, utilizados para recusar esse direito na esfera judicial, que merecem ser objeto de uma reflexão no campo da saúde e do direito, respondendo às noções contemporâneas da autonomia dos corpos. O engessamento de algumas decisões, bem como de manifestações de representantes do Ministério Público, carregadas de posições de ordem moral, vulneralizam, ainda mais, uma população que ocupa a base da pirâmide da estratificação social.

O direito à retificação registral é um direito fundamental, vem decidindo tribunais brasileiro, em atendimento ao princípio da dignidade humana. Mas se este mesmo direito, que assegura o direito de retificação de nome e redesignação de sexo/gênero às pessoas trans tem se posicionado contrariamente a alguns pedidos nesse sentido, como compreender essa agenda universal de direitos humanos?

O sujeito moderno, detentor de direitos, tal como se deu na evolução da história da humanidade e como conhecemos hoje, é estabelecido em 1789, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Porém, a noção de direitos humanos que vai sendo construída após a Declaração de 1798 é um marco político, histórico e cultural.

Nessa construção histórica, o documento de 1948 é uma espécie de carta geográfica fundamental para a navegação política nos mares do futuro, afirma Comparato (2007). Sua previsão da duplicidade de menção homem/cidadão remete a uma carta destinada não apenas ao povo francês. Àqueles o documento projetava a noção de cidadania, enquanto aos demais povos o texto tratava dos direitos dos homens. Para o autor, ainda que as observações de Hannah Arendt alertassem que ao longo do século XIX, com a consolidação dos Estados-nação, os direitos do homem acabaram sendo absorvidos pelos direitos do cidadão, o que fez com que homens e mulheres privados de nacionalidade acabassem perdendo toda capacidade jurídica; ou seja, deixaram de ser pessoas. Para Comparato (2007), o texto francês foi revolucionário no que se refere às liberdades individuais:

Inegavelmente, a Declaração Universal de 1948 representa a culminância de um processo ético que, iniciado com a Declaração de Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, levou ao reconhecimento de igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade de pessoa, isto é, como fonte de todos os valores, independentemente das diferenças de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra contradição, como se diz em seu artigo II. E esse reconhecimento universal da igualdade humana só foi possível quando, ao término da mais desumanizadora guerra de toda a história, percebeu-se que a ideia de superioridade de uma raça, de uma classe social, de uma cultura ou de uma religião, sobre todas as demais, põe em risco a própria sobrevivência da humanidade. (COMPARATO, 2007, p. 228)

Porém, na contemporaneidade, o debate que se propõe sobre o direito e o humano merece uma concepção mais reflexiva quando falamos de direitos humanos

e “minorias”, e este passa pelo debate sobre igualdade e diferenças. Falar em direitos humanos é falar, principalmente, de direito à diversidade. E aqui vale considerar como a cultura tem um papel preponderante neste debate, pois ela atribui sentido e significado às ações e às relações de uns com os outros, cujo maior desafio é imaginar outras formas de agir, de pensar e de ser, em suas infinitas possibilidades.

O ponto de partida do qual o universo jurídico deve raciocinar sobre os direitos humanos talvez deva se pautar na crítica de Arendt (2007) à desconstrução do suposto da universalidade da dignidade humana, ante os sérios riscos de apagamento de significados e diferenças locais. E aqui cabe recuperar um excerto de Debora Diniz (2001), sobre os limites do aceitável e do abominável, quando falamos de direitos, autonomia e liberdade na desigualdade.

Em nome de que humanidade será possível traçar a linha entre o aceitável e o abominável? Acreditou-se, durante um longo período, que o princípio da liberdade poderia ser esse princípio norteador. Se tivermos como exemplo a cirurgia de mutilação genital feminina, o apelo ao princípio da liberdade não nos permite avançar, pois, regra geral, a primeira que deseja ser mutilada é a própria mulher, sendo ela própria que oferece suas filhas à cirurgia. No sentido estrito da palavra, essas mulheres não são forçadas a realizar mutilação. A força cultural justifica-se, antes de tudo, pelo desejo de ser mutilada. O fato é que não é um sujeito de carne e osso quem a força a ser mutilada. Há uma inércia cultural em que o desejo individual atualiza-se. O contra-argumento a essa perspectiva autonomista dos direitos fundamentais (...) aponta para o fato de que em contexto de opressão e desigualdade, tais como o que essas mulheres vítimas da cirurgia de mutilação vivem, não é possível falarmos em liberdade ou autonomia. Sim, não é possível falarmos em liberdade na desigualdade. Então, antes de falarmos em igualdade ou liberdade, torna-se fundamental perguntarmos: a quem os padrões culturais oprimem? A quem, em uma estrutura social, não se permite a voz? (...) Como todas as crenças morais, a crença na dignidade do humano é uma fantasia, mas é a melhor fantasia que nós temos. Isso é uma construção, mas é a melhor construção que nós temos para a defesa do que nós consideramos como inalienável, essa lista de valores que o humano carrega, defende e promove: dignidade, liberdade, igualdade, justiça, direito das mulheres, direito de minorias. O nosso papel é exatamente discutir sobre quais sejam os itens dessa lista, melhorá-la, criticá-la, aprimorá-la. (DINIZ, 2001, pp. 64 a 65)

Esse papel que Diniz (2001) apresenta é o que tem nos intrigado enquanto profissional e me questionado como pesquisadora sobre a judicialização das identidades trans como único meio de acesso à retificação ao nome e ao sexo/gênero. Nesse aspecto, as promessas que Bobbio (2004) indica, sobre o direito das “minorias”, que os tratados internacionais se preocuparam em normatizar como

prova de boas intenções, não asseguram “nenhuma garantia de realização além da boa vontade dos Estados” (BOBBIO, 1992, p. 92).

Nessa prova de boas intenções, entretanto, atentar para o direito e o humano, no âmbito desta pesquisa, é atentar para uma população cujos direitos são negados já na primeira infância, como o direito à saúde e à educação.

O esforço do direito deve se pautar pela problematização do humano, de quem são os contemplados nessa categoria reconhecida por essa ideia de “humanidade”, apontam Miskloci e Pelúcio (2007, p. 265). Creio que essa é uma reflexão fundamental se quisermos pensar em sujeitos não “lidos” no debate interrogado em nossa questão.

Se a conquista do nome junto ao Poder Judiciário ainda se vale de argumentos biomédicos e de tecnologias de produção do sujeito, esse enredo segrega e silencia indivíduos cujos corpos não são lidos como humano. Freire (2015, p. 81), ao indicar “quem tem direito a ter direitos”, traz um relato muito próximo daquele sobre o qual nos ocupamos neste capítulo: o do tempo em que esse sujeito fica sob a “tutela” de profissionais que vão “espelhar uma verdade”, alerta o autor. Tudo com “uma promessa forjada tanto pelos discursos médicos quanto pelos jurídicos: a de que através da cirurgia de transgenitalização, por um lado, e da alteração do prenome e sexo no registro civil, por outro, estas pessoas conseguirão finalmente ser ‘homens e mulheres de verdade’”, destaca (FREIRE, 2015, p. 81). Esse é o ponto crítico sobre o qual o direito deve se debruçar: um enunciado de verdades que conta com a chancela dessa ciência.

A retificação de nome das pessoas trans, tanto do ponto de vista da ação inicial, e que persiste com o recurso da apelação, quando o direito ao nome lhes é negado, sugere que há no ato de “pedir” um ato político, de resistência. Há um não conformar com uma sentença, há uma fala política insistindo no direito a esse nomear. O processo judicial se apresenta assim, como um movimento estratégico de luta política e de promoção de direitos.

Tal cenário sugere refletir sobre as formas de lutas estratégicas na garantia desses direitos aos movimentos minoritários. Este, entretanto, está entrelaçado na promoção das novas formas de vida e de relações de amizade entre os diferentes

(DUARTE e CESAR, 2014, p. 407), mas nesta relação, o direito precisa urgentemente dialogar com os estudos de gênero.

3.2 O Direito e a Retificação de Nome

O processo de retificação de registro civil, embora se apresente como um remédio jurídico que surge após a edição da Lei de Registros Públicos, remonta os anos de 1950.

O blog do jornalista Neto Lucon,⁴⁰ como já informado, voltado à divulgação de matérias que visibilize as identidades trans, resgatou a história de Mauro, um dos primeiros homens trans que se tem notícia no Brasil, na cidade de Itajaí, no estado de Santa Catarina. Embora a medicina tenha dado alguma resposta ao “desacordo” entre gênero e sexo, a matéria não esclarece sobre o registro jurídico de Mauro da Silva. A matéria, segundo o blog de Lucon, foi publicada na Revista *O Cruzeiro*, no ano de 1959. Lucon recuperou a história de Mauro a partir da pesquisa da historiadora Astrid Beatriz.

Neto Lucon também informa em seu blog⁴¹ sobre um processo de retificação de registro que tramitou na Vara de Registro Públicos, na capital paulista, no ano de 1970. O processo retificou nome e sexo de Jacqueline Galiaci, uma mulher transexual, após cirurgia de transgenitalização realizada no Marrocos.

Outra pioneira em processos de retificação de registro civil de pessoas trans, a advogada Tereza Rodrigues Vieira, inicia sua trajetória no ano de 1997 e atua em um dos processos mais marcantes no mundo jurídico, o caso Roberta Close. Vieira (2012) esclarece que, embora Roberta Close tivesse realizado a cirurgia de transgenitalização e a ação tenha sido julgada procedente em primeira instância, após recurso do Ministério Público, teve a sentença reformada pelos tribunais superiores.

No ano de 2001, a advogada paulistana ingressou com nova ação na Vara de Família do Estado do Rio de Janeiro. Vieira (2012) faz um resgate do processo de Roberta Close em sua obra jurídica e destaca parte da sentença:

40 <http://www.nlucon.com/2016/08/identidade-nova-reportagem-de-1959.html>. Acesso em 30/07/2017.

41 <http://www.nlucon.com/2017/03/jacqueline-galiaci-transexual-mulher-cirurgia.html>. Acesso em 30/07/2017.

O direito não pode desamparar a parte autora, sendo cético às evoluções da ciência, pois assim como a Medicina, as normas e princípios estão sempre em mutação, e o Estado-Juiz deve entender que o homem é objetivo da existência do Direito, assim como a Ciência Médica. (VIEIRA, 2012, p. 222)

A sentença de Roberta Close, que atendeu seu pedido após 12 anos da realização de sua cirurgia, solucionando os constrangimentos que tenha experimentado, narrou um sujeito a partir de concepções biomédicas para sustentar a decisão.

O caminho do processo de retificação de nome civil tem um roteiro que começa com a busca do laudo psiquiátrico. O objetivo do laudo é classificar o interessado de acordo com os documentos internacionalmente conhecidos como DSM-V e CID-10. Nesses documentos está autenticada, classificada, patenteada a “doença” que atestará um possível direito à mudança do prenome e da redesignação sexual/gênero. Esse é um documento essencial para o ingresso à retificação pretendida.

O documento é emitido após um longo processo, conhecido como transexualizador. O processo compreende o atendimento, por meio de uma equipe multidisciplinar, com a função de emitir laudos médicos de ordem psiquiátrico, endócrino, ginecológico e urológico, a partir das experiências e das vivências relatadas no atendimento ambulatorial prestado pelo Sistema Único de Saúde – SUS ou de profissionais particulares, bem como acompanhamento psicológico.

No Brasil, o processo transexualizador é realizado pela rede pública do Sistema Único de Saúde – SUS, que conta com ambulatórios no Rio Grande do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, João Pessoa, Belém, Sergipe, Salvador e São Paulo, além de cinco hospitais habilitados junto ao Ministério da Saúde para a realização do processo, cuja fila de espera chega a, no mínimo, 2 (dois) anos para o início do atendimento que vai concluir pelo diagnóstico patologizante.

O reconhecimento e a autorização para o processo de cirurgia de transgenitalização, que contribuiu para “descriminalização” dessa cirurgia, como aponta Freire (2015:8), foi regulamentado pela Resolução nº 1.482/97, do Conselho Federal de Medicina, em caráter experimental, posteriormente, alterada pela

Resolução nº 1652/2002, que revogou o caráter experimental. Ambas foram substituídas pela Resolução 1.995, de 3 de setembro de 2010.

O processo transexualizador, por sua vez, teve início no país no ano de 2008. A Portaria do SUS, de número 2.803, de 19 de novembro de 2013, manteve⁴² a idade mínima do processo transexualizador em 18 anos, prevista na Portaria anterior, e o procedimento cirúrgico de transgenitalização, em 21 anos para ambos os sexos.

Estudos do Conselho Federal de Medicina,⁴³ a partir de consulta às organizações não governamentais, como a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Ministério da Saúde, devem recomendar a antecipação da cirurgia para os 18 anos, com a justificativa de que *se a maioria, em todos os aspectos da vida civil, é alcançada nesta idade, não faz sentido postergar o procedimento aos 21 anos.*

O processo transexualizador antecede à cirurgia de transgenitalização, conhecida como “mudança de sexo” ou, ainda, cirurgia de redesignação de sexo, cirurgia de reconstrução sexual, cirurgia de reconstrução genital, cirurgia de confirmação de gênero, mamoplastia, ou ainda, cirurgia de afirmação de sexo.

Os procedimentos descritos na Portaria 2.803, de 19 de novembro de 2013, do SUS, operam com as seguintes modalidades descritas no quadro abaixo:

Quadro 3 – Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS⁴⁴

1.	Acompanhamento mensal de usuário(a) no Processo Transexualizador, no máximo dois atendimentos mensais, durante no mínimo de 2 (dois) anos no pré-operatório e por até 1 ano no pós-operatório.
2.	Utilização de terapia medicamentosa hormonal disponibilizada mensalmente para ser iniciada após o diagnóstico no Processo Transexualizador (estrógeno ou testosterona).
3.	Redesignação sexual no sexo masculino - Consiste na orquiectomia bilateral com amputação do pênis e neocolpoplastia (construção de neovagina).
4.	Tireoplastia - Consiste na cirurgia de redução do Pomo de Adão com vistas à feminilização da voz e/ou

42 Uma proposta sugerida por pesquisadores, ativistas, funcionários do Ministério da Saúde e usuários foi proposta no ano de 2013 para tentar antecipar o processo ainda na adolescência, e não acolhida no âmbito do órgão federal.

43 <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,cfm-discute-reducao-da-idade-minima-para-cirurgia-de-mudanca-de-sexo,70001886131>. Acesso em 11/07/2017.

44 O quadro identifica visa somente identificar os procedimentos realizados. A descrição completa se encontra no Resolução 2803/2013, em seu artigo “14. Ficam incluídos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS os procedimentos a seguir” disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em 20/06/2016.

alongamento das cordas vocais no processo transexualizador.

5. Tratamento hormonal preparatório para cirurgia de redesignação sexual no processo transexualizador - Consiste na terapia medicamentosa hormonal a ser disponibilizada mensalmente no período de 2 anos que antecede a cirurgia de redesignação sexual no Processo Transexualizador (ciproterona).
6. Mastectomia simples bilateral em usuária sob processo transexualizador - consiste na ressecção de ambas as mamas com reposicionamento do complexo aréolo mamilar.
7. Histerectomia c/ anexectomia bilateral e colpectomia em usuárias sob processo transexualizador - Procedimento cirúrgico de ressecção do útero e ovários, com colpectomia.
8. Cirurgias complementares de redesignação sexual - Consiste em cirurgias complementares tais como: reconstrução da neovagina realizada, meatotomia, meatoplastia, cirurgia estética para correções complementares dos grandes lábios, pequenos lábios e clitóris e tratamento de deiscências e fístulectomia.
9. Acompanhamento de usuário(a) no Processo Transexualizador exclusivamente para atendimento clínico.
10. Plástica mamária reconstrutiva bilateral complementar ao processo de redesignação sexual no sexo masculino no processo transexualizador, incluindo implante de prótese mamária de silicone bilateral.

A portaria chama a atenção, ainda, de que são realizados, em caráter experimental, os procedimentos de vaginectomia e neofaloplastia com implante de próteses penianas e testiculares, clitoroplastia e cirurgia de cordas vocais em pacientes em readequação para o fenótipo masculino, nos termos da Resolução nº 1.955, de 3 de setembro de 2010, do Conselho Federal de Medicina (CFM). Com relação à mastectomia, como o procedimento não se resume apenas à retirada das mamas, cabe registrar que o termo correto é mamoplastia masculinizadora, pois há uma reconstituição da região nesses casos.

De posse de laudos médico, a busca se volta para a emissão de documentos registraes, certidões cíveis e criminaes, eleitorais e de quitação militar, que vão validar atos inerentes à vida pública dos sujeitos.

Após reunir todas essas “provas” e demais elementos que compõem suas “verdades”, as pessoas trans se valem de um advogado, seja particular ou dativo – por meio da assistência judiciária –, ou, ainda, de defensores públicos, para o ingresso da ação de retificação de prenome e de redesignação sexual/gênero.

Um dado relevante observado neste estudo diz respeito às travestis. Embora o trâmite judicial seja o mesmo, a pretensão judicial “desse sujeito” já se inicia com uma “desvantagem”.

Considerando que travesti é uma categoria identitária marcada por uma ambiguidade, que compreende procedimentos de construção corporal através do implante de próteses de silicones, a identidade da travesti não reivindica a

redesignação sexual. A ausência do documento comprobatório da cirurgia seria, portanto, *a priori*, um argumento incontestado à negativa do pedido.

Assim, um dado significativo, confidenciado por uma cliente, indicou que os obstáculos são tão presentes na busca dos documentos que algumas travestis, ante a certificação de laudo que a indique como portadora de “travestismo”, pleiteiam aos profissionais no momento do processo transexualizador a opção pelo diagnóstico de “transexualismo”, na tentativa de ver albergada a sua pretensão em eventual processo judicial. O apelo não é atendido pelo profissional da saúde, mas esses relatos são um indicativo de como essas identidades se “expõem”, “negam-se”, “reinventam-se”; não apenas em nome de uma regulação e de produção de um sujeito, mas da negação da autoidentidade na conquista de um documento civil.

O processo judicial, que deveria tramitar na vara de registros públicos, já que vai processar e julgar a alteração de documento registral, também transita por um imbróglio jurídico. Um Decreto-Lei Complementar nº 3/69 vai dispor, no artigo 37,⁴⁵ que referidas ações tratam de questões de “estado da pessoa”, “de identidade do indivíduo”. Logo essa tramitação deve ocorrer na Vara de Família, conforme vem decidindo a Corte Paulista⁴⁶.

Explico: na cidade de São Paulo, que prevê varas de registro público apenas no Fórum Central João Mendes, aquela jurisdição atende os/as autores domiciliados no território da região central e centro expandido da cidade, que ingressam com esse tipo de demanda nesta Vara, apenas para alterar a retificação do prenome. Caso contrário, ainda que a cirurgia tenha sido realizada, a sentença será negativa nesse quesito. O juízo da vara de registro público tem entendido, a partir do decreto executivo, que a redesignação de sexo deve se dar junto às varas de família, justificando que a “mudança de sexo” é uma “questão de estado”, como estado de identidade, por exemplo, retificando apenas o nome, em ambos os casos.

Nesse aspecto, atuei em casos em que o juízo alterou apenas o prenome e não redesignou o sexo na Vara de Registro Público. A Vara de Família, por sua vez,

45 Art. 37 - Aos Juízes das Varas da Família e Sucessões compete
I - processar e julgar:

a) as ações relativas a estado (...).

46 Trata-se de matéria de estado, e não de mera retificação de registro, mas de alteração da identidade do indivíduo, portanto, de competência das Varas da Família e Sucessões e, consequentemente, das Colendas Câmaras de Direito Privado” 11ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO VOTO N.º 26.743 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 4005985-37.2013.8.26.0482 - TJ-SP”.

não traz garantia de sentença favorável. O critério subjetivo fica a cargo daquele que vai proferir a sentença.

Trago algumas considerações sobre o juízo de competência dessas ações, que vimos refletindo em nosso campo disciplinar, e merecem destaque no âmbito deste estudo.

Conforme já apresentado, o Tribunal de Justiça de São Paulo, mas também outros órgãos de todo país, tem decidido que a competência para julgar processos dessa natureza é da Vara de Família.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, quando o autor não requer a redesignação de sexo/gênero, a Vara competente é a Cível, conforme decisão abaixo. Quando o pedido se dá em razão da retificação de prenome e redesignação de gênero, a decisão se ampara no decreto estadual que dispõe sobre o Código Judiciário de São Paulo.

O ponto central da controvérsia, e conseqüentemente da ação correspondente, é a *mudança de sexo alteração de estado* - sendo a mudança do prenome e retificação dos assentos mera consequência da primeira. A falta de previsão legal expressa orienta para a competência do Juízo de Família. No plano sistemático, em decorrência da competência geral das Varas de Família, voltada que são para a análise de questões relativas ao estado civil e outras pertinentes as relações afetivas em geral. No plano teleológico, concernente a finalidade do requerente de alterar sua condição sexual com as inevitáveis implicações próximas e diretas em suas relações familiares. E, no plano estrutural, como consequência do suporte cartorário, preparado para a jurisdição contenciosa, permitindo tramitação mais célere e efetiva, o que não se verifica no cartório da circunscrição civil, *de feição predominantemente administrativa*. Reconhecimento de competência do Juízo suscitante - 18a. Vara de Família da Capital. Como bem sugeriu o Ilustre Juízo suscitado (fls. 34), há que se adotar o procedimento de uniformização de jurisprudência, considerada a relevância e atualidade do tema. Pelo exposto, oficia esta Procuradoria de Justiça no sentido de ser fixada a competência do Juízo Suscitante, a 16ª Vara de Família da Comarca da Capital. Assim, considerando as ponderações do eminente membro do parquet, sendo certo que a questão versada nos autos não importa tão somente em mera modificação de registro, mas também da modificação do estado do requerente perante a sociedade, entendo que a competência deve ser fixada no Juízo Suscitante. Ante o exposto, nego provimento ao presente conflito, para declarar competente o MM. Juízo da 16ª Vara de Família da Comarca da Capital, ora suscitante, para apreciação e julgamento da Ação de Alteração ou Retificação de Registro de Nascimento proposta por Joelson Francisco da Silva. Conflito de Competência Nº 2006.008.00467. Décima Quarta Câmara Cível .RJ . março 2007 (grifo nosso)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Alteração de registro civil. Transexual. Adoção de prenome feminino. Alteração apenas de nome, para adequação ao uso social, sem alteração da designação de gênero (sexo). Nome que é atributo da personalidade, mas não integra o estado (status) da pessoa

natural. Hipótese que não se encaixa no art. 37, I, “a”, do Código Judiciário do Estado de São Paulo. Matéria que não se insere na competência das Varas de Família e Sucessões. Competência da jurisdição cível. CONFLITO PROCEDENTE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADOA teoria mais aceita no direito brasileiro é a de que *o nome é um direito da personalidade, que não se confunde com o estado da pessoa natural, conceito que engloba a idade, etnia, gênero, condição de maioridade ou menoridade, condição de capaz, relativamente capaz ou incapaz, com o estado familiar, que indica a situação em relação à família (parentesco) e ao matrimônio (solteiro, casado, em união estável, divorciado, etc), ou com o estado político, que abrange as condições de nato, estrangeiro, naturalizado, com dupla nacionalidade.* O caso não se enquadra, portanto, na hipótese do art. 37, I, “a”, do Código Judiciário do Estado de São Paulo (Decreto-lei Complementar 3/69), que prevê a competência dos Juízes das Varas da Família e Sucessões para processar e julgar as ações relativas a estado. São Paulo, agosto de 2016. Conflito de Competência 0013477-37.2016.8.26.0000, da Comarca de São José dos Campos (grifo nosso).

Este debate é, no mínimo, curioso, já que tem feito uma leitura da ação a partir do sexo e gênero como “estado da pessoa natural” e ali discrimina todas as situações em que cabe este enquadramento. Os artigos 37 e 38 do Decreto citado vão dispor sobre a competência da Vara de Família e Vara de Registro Público, respectivamente:

Artigo 37 - Aos Juízes das Varas da Família e Sucessões compete:

I - processar e julgar:

- a) *as ações relativas a estado*, inclusive alimentos e sucessões, seus acessórios e incidentes;
- b) os inventários, arrolamentos e partilhas, bem como a divisão geodésica das terras partilhadas e a demarcação dos quinhões.

II - conhecer e decidir as questões relativas a:

- a) capacidade, pátrio poder, tutela e curatela, inclusive prestação de contas;
- b) bens de incapazes;
- c) registro e cumprimento de testamentos e codicilos;
- d) arrecadação de herança jacente, bens de ausentes e vagos;
- e) suprimimento de idade e consentimento, inclusive outorga marital e uxória;
- f) vínculos, usufruto e fideicomisso;
- g) adoção e legitimação adotiva, ressalvados os casos de competência das Varas de Menores;
- h) fundações instituídas por particulares e sua administração. (grifo nosso)

Artigo 38 - Aos Juízes das Varas dos Registros Públicos, ressalvada a Jurisdição das Varas Distritais, compete:

I - *processar e julgar os feitos contenciosos ou administrativos, principais, acessórios e seus incidentes relativos aos registros Públicos*, inclusive os de loteamento de imóveis, bem de família, casamento nuncupativo e usucapião;

II - dirimir as dúvidas dos oficiais de registro e tabeliães, quanto aos atos de seu ofício e as suscitadas em execução de sentença proferida em outro juízo, sem ofender a coisa julgada;

III - decidir as reclamações formuladas e ordenar a prática ou cancelamento de qualquer ato de serventuário sujeito à sua disciplina e inspeção, salvo matéria da competência específica do outro juízo;

- IV - processar e julgar as suspeições opostas aos serventuários dos cartórios que lhes estão subordinados;
- V - processar a matrícula de jornais, revistas e outros periódicos e das oficinas impressoras;
- VI - decidir os incidentes nas habilitações de casamento. (grifo nosso)

É digno de nota que uma pessoa transexual ou a travesti, ao pleitear a sua retificação de nome, por meio de jurisdição voluntária, tem seu pedido equiparado a questões outras tratadas no âmbito de família, contenciosa ou não. A alegação das decisões é, no mínimo, contraditória ao expor que a vara de família tem um preparo mais especializado para tratar das *relações afetivas em geral (...) implicações próximas e diretas em suas relações familiares(...) suporte cartorário, preparado para a jurisdição contenciosa, permitindo tramitação mais célere e efetiva, o que não se verifica no cartório da circunscrição civil, de feição predominantemente administrativa.*

Em que pese a receptividade das Varas de Família em processos dessa natureza, avançando neste aspecto, o que se suscita é que a retificação de nome e a redesignação de sexo/gênero de uma pessoa é questão, como apontaram as decisões, lida sob a ótica *do estado natural das pessoas*, onde sexo e gênero estão contempladas. Quero pensar que a prática judiciária, a partir das justificativas que apresenta para discernir o que pode, onde pode, porque pode e quem tem mais suporte para atender esse pedir, lança uma ideia essencialista do “estado da pessoa”, baseado em concepções da natureza de que a biologia está na raiz de todas as coisas, uma suposição que ainda persiste, lembra Weeks (2000, p. 37). A leitura de Weeks sugere-nos apontar que repousa nesse direito, ainda que algumas sentenças tenham contemplado a retificação de uma pessoa transexual não cirurgiada, a prática da gestão administrativa da vida que Foucault (2010) denomina de biopoder. Para Foucault (2010, p. 153), o dispositivo da sexualidade é uma das principais tecnologias de poder do século XIX, pois se dá na forma de agenciamentos concretos que constituirão essa grande tecnologia.

Logo, o exercício que se faz ao anotar essa prática do judiciário, que vincula a retificação de nome e redesignação sexo a um debate que atravessa saberes de representações e significados de família, afeto, parentesco e outros que as decisões acima indicam, interroga essa prática da ciência jurídica no sentido contrário e propõem uma discussão do que *vem junto com* essa prática, problematizando os

modos como essa se materializa, processa-se, torna-se inteligível, expressa-se (Meyer, 2014, p. 58), ao validar conceitos críveis em um contexto de disputa.

Registre-se, ainda, que em 1970 a competência para retificação de processos dessa natureza era a Vara de Registro Público da capital paulista. Neto Lucon, publicou em seu site⁴⁷ a matéria que resgata a história de Jacqueline Galiaci, mulher transexual que teve seu pedido de retificação naquele Juízo.

Retomando a questão da competência, no interior do Estado as ações tramitam em varas de família, onde essas estão instaladas, ou em varas cíveis. Essas informações não constituem dados apurados dos acórdãos. A intenção de trazê-las se traduz muito mais para compreensão da tramitação processo judicial.

Quanto à sentença de primeiro grau, ou primeira instância, poderá, além de todos os documentos que ilustram os autos, exigir-se perícia, audiência de instrução em que serão ouvidas testemunhas próximas ao interessado e, obrigatoriamente, ouvir o representante do ministério público e, após sua manifestação, dar o veredito sobre o sujeito e sua “nova” identidade civil.

O processo judicial eletrônico⁴⁸ tem reduzido significativamente essa instrução processual. Muitos juízes têm decidido a questão a partir da documentação que consta dos autos, após manifestação do órgão ministerial, julgando antecipadamente a lide,⁴⁹ como preceitua o artigo 355, do Código de Processo Civil. A sentença poderá ser alvo de recurso, caso o interessado ou o representante do Ministério Público não se conformem com a decisão emitida.

O recurso, que será feito por meio de Apelação, ingressado no tribunal superior estadual, ou de segunda instância, vai avaliar todos os elementos do processo. A decisão, que ganha o nome de acórdão, opina pela reforma ou pelo acolhimento da vontade do juízo inicial.

O caminho do acórdão pressupõe uma arquitetura que movimenta o sujeito muito antes do ingresso da ação. Soma-se a este o tempo da morosidade e o

47 <http://www.nlucon.com/2017/03/jacqueline-galiaci-transexual-mulher-cirurgia.html>

48 O processo judicial eletrônico foi instalado em caráter experimental na justiça paulista no ano de 2007, no Fórum da Freguesia do Ó. No ano de 2012, o serviço foi expandido. Até 2018, espera-se que o procedimento digital esteja instalado em todas as varas paulistas.

49 Art. 355 – O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I – não houver necessidade de produção de outras provas;

II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349.

período de providências da documentação que ilustrará a ação judicial. Assim, a ação é distribuída e inicia um caminho judicial que é sempre uma caixa de surpresas.

A imagem a seguir busca traduzir esse percurso, cujo tempo em cada fase é variável em cada vara, cada juízo e cada instância. De forma inédita, um caso de retificação de registro civil, em agosto de 2017, em Santos, tramitou em um período recorde de 9 dias. Observa-se, no caso, o quanto a plataforma digital foi essencial, bem como a sensibilidade e o convencimento jurídico e legal, tanto do Ministério Público, quanto do juiz que decidiu a causa de forma favorável.

Figura 2 – O trânsito da ação

A análise de um recurso pelo Tribunal Superior não tem prazo estipulado. Relatório⁵⁰ do Conselho Nacional de Justiça (2016, p. 126), do ano de 2016, referente a dados de 2015, informa que a recorribilidade para o segundo grau no judiciário paulista foi de 34%.

50 Justiça em Números. Relatório do Conselho Nacional de Justiça Ano 2016(2016:126). Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbbfff344931a933579915488.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2017.

O mesmo levantamento informa que o prazo de um processo de conhecimento, em primeiro grau, no Tribunal de Justiça de São Paulo é de 19 meses, enquanto o tempo médio de baixa nas varas é de 3 anos e 3 meses. Notamos, no relatório do CNJ, que há um gargalo no congestionamento desses processos, tanto na primeira instância quanto na segunda, problema este a ser enfrentado pelo Poder Judiciário, o que se espera resolver com a plataforma digital. Um dos casos analisados em nossa pesquisa tramitou por 8 anos, considerando a data de protocolo da inicial e o acórdão de segundo grau.

Essas informações ajudam na reflexão da morosidade do processo judicial e da necessidade urgente de se aprovar uma lei que discipline a retificação de nome e de sexo, na esfera administrativa, de modo a atenuar as inúmeras dificuldades encontradas no exercício da transcidadania.

Gráfico 4 – Tempo Médio das Sentenças nas Varas – Execução X Conhecimento

Gráfico 5 – Tempo médio de tramitação dos processos baixados nas varas:
Execução x Conhecimento

Fonte: CNJ

Foi na Constituição de 1988 que a regra restritiva de inalterabilidade absoluta do nome da Lei 6015, de 1973, Lei de Registro Públicos, ganha um caráter mais relativo, mais amplo, e vai alcançar casos não previstos na normal legal, no sentido de possibilitar a mudança de nome de transexuais por meio de decisão judicial, nos termos dos artigos 55, 56, 57 e 58.

Nesse aspecto, é na Constituição Brasileira, no Código Civil Brasileiro, nos instrumentos internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário, Princípios de Yogyakarta⁵¹ que os operadores do direito argumentam a demanda de mulheres transexuais, homens trans e travestis quando provocam o judiciário, na tentativa de encontrar uma “solução” para os conflitos gerados pelo desencontro psíquico-somático desses sujeitos, como invocou a ADI 4275.

Dentre esses argumentos, a Constituição de 1988 inseriu a regra essencial para autorizar a retificação de nome pretendida. São os direitos inseridos no artigo

51 Os Princípios de Yogyakarta foram redigidos no ano de 2006, na Indonésia, na cidade de Yogyakarta como uma carta de recomendações aos estados signatários, no sentido de observar as legislações nacionais de identidade de gênero e orientação sexual. Disponível em http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 28/06/2017.

art. 5º, X, da Carta Magna, que assegura o direito ao nome e que preserva a dignidade do ser humano no meio social.

A norma que regula a alteração de registro civil é a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, como já citado. Em seus artigos 56 e 58, estabelecerá que o prenome de registro de uma pessoa é imutável, já que o nome é um instrumento de identidade que revela a origem e insere o indivíduo na sociedade. A regra sustentará, como localizado em muitos acórdãos, que o nome não pertence apenas ao seu portador, mas também à sua família e principalmente à sociedade, estando sujeito aos princípios da imutabilidade e da indisponibilidade.

O parágrafo único do artigo 55 da Lei de Registro Público indica que os oficiais de registro público não poderão certificar o registro que expõe o seu portador ao ridículo.

Diante do engessamento da legislação em vigor, os argumentos utilizados por advogados, juízes e pelo Ministério Público para pleitear, acolher ou rejeitar as pretensões de travestis, transexuais e transgêneros, são interpretações exploradas da referida lei. Vejamos os principais pontos de que se valem:

= Da exposição ao ridículo

Embora o artigo art. 58 da Lei de Registros Públicos discipline a regra da imutabilidade do prenome, o mesmo texto legal, em seu artigo 55, parágrafo único, prevê a possibilidade de alteração do prenome quando houver a possibilidade de exposição ao ridículo. Vieira (2012, p. 88) entende que a situação que expõe essa pessoa ao ridículo não é preexistente ao registro, sugerindo que o pedido possa ser demandado a qualquer tempo. Para a autora, a regra, que não é absoluta, vale para todas as pessoas, e não apenas para aqueles cuja identidade de gênero corresponde a cisgeneridade.

a imutabilidade do nome e dos apelidos de família não é mais tratada como regra absoluta. Tanto a lei, expressamente, como a doutrina, buscando atender ao princípio da dignidade humana e a outros interesses sociais mais relevantes, admitem sua alteração em algumas hipóteses. (Apelação 0013934-31.2011.8.26.0037 – 10ª Câmara de Direito Privado TJSP)

A regra inserida no artigo 55, ao discorrer sobre exposição ao ridículo, não deixa dúvida de que a alteração pretendida é a de procurar identificar o sujeito ao

nome que pretende utilizar no meio em que vive, e não o que foi identificado em razão de sua genitália. E aqui vale recuperar o brilhante voto da Ministra Cármen Lucia, por ocasião da votação da ADI, na medida em que sustenta que a vida não está submissa ao direito:

(...) É certo; nem sempre a vida é entendível. E pode-se tocar a vida sem se entender; pode-se não adotar a mesma escolha do outro; só não se pode deixar de aceitar essa escolha, especialmente porque a vida é do outro e a forma escolhida para se viver não esbarra nos limites do Direito. Principalmente, porque o Direito existe para a vida, não a vida para o Direito.(...)⁵²(ADI 4247 e ADPF 132– STF)

= Da alteração do sexo civil

A Lei dos Registros Públicos estabelece que o registro público espelha o sujeito, mas um sujeito tomado como verdade imutável. Um dos argumentos mais utilizados para negar a alteração do sexo civil é o de que o sexo genético é imutável. Se a própria ciência tem questionado a imutabilidade do sexo, nesse aspecto caberia argumentar também sobre a imutabilidade do sexo psicológico. Sexo não é objeto de nenhuma definição jurídica, sinaliza Zambrano (2003, p. 78).

= A capacidade de reprodução

No aspecto legal, também os argumentos contrários não se sustentam. O mais comum se refere à capacidade reprodutora. A negativa ao pleito de alteração do sexo é justificada na defesa do interesse de terceiros, que poderiam ser induzidos a erro ao contrair núpcias com essas pessoas. Mas esta também é letra morta. O casamento entre pessoas do mesmo sexo já é possível, e estudos demonstram que alguns casais de transexuais já tem gerado crianças.⁵³

A argumentação é inconcebível em uma análise mais abrangente, pois se a defesa do interesse de terceiros é tão relevante, dever-se-ia também averbar no registro civil de todas as mulheres completamente inférteis ou que tiveram seus

52 Voto da Ministra Carmen Lúcia, por ocasião da votação de 05.05.2013, STF . AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 4277 e ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N. 132. Disponível em www.stf.jus.br.

53 <http://revistaladoa.com.br/2015/08/noticias/casal-trans-porto-alegre-gera-bebe-aguca-curiosidade>. Acesso em 15/04/2016. <http://revistaladoa.com.br/2015/08/noticias/casal-trans-porto-alegre-gera-bebe-aguca-curiosidade>. Acesso em 15/04/2016.

órgãos sexuais internos retirados cirurgicamente para fins terapêuticos que elas são impedidas para o casamento.

Ainda mais incongruente nesta linha de raciocínio, da não alteração por infertilidade ou não existência de órgãos sexuais internos: como ficaria a defesa do direito de terceiros do sexo feminino? Se o registro da transexual feminina for mantido como pertencente ao sexo masculino, então ela pode se casar com uma mulher. E, neste caso, também não caberia defender os direitos das mulheres que poderão casar com um “homem” também estéril e sem órgãos reprodutores masculinos? Seguindo-se, ainda, essa linha de raciocínio, chegar-se-ia à conclusão de que, para o direito, transexuais não são cidadãos e não têm direitos civis.

A lei brasileira foi buscar, na biologia, critérios de normatização e definição do sexo e do sujeito à medida que sexo morfológico é que determinará sexo e gênero. A lei não deve ser um instrumento de estranheza ao indivíduo. Sua letra é a da interpretação, como algumas decisões têm indicado. O relatório do Desembargador gaúcho Rui Portanova acena para uma nova compreensão do direito, no sentido de questionar a objetividade da ciência jurídica, ainda que sua decisão sedimente verdades sobre o corpo lido, legitimada por meio dos dispositivos que ilustram o processo:

(...) Dito isso, desimporta se, ao fim e ao cabo, J. é um transexual ou um travesti. Desimporta se ele fez ou fará cirurgia de transgenitalização, se sua orientação sexual é pelo mesmo sexo ou pelo sexo oposto, por homem ou por mulher. Todos esses fatores não modificam a forma como J. se vê e é visto por todos. Como uma mulher.(...)⁵⁴ (Apelação Cível Nº 70030772271)

Uma Ação de Inconstitucionalidade do artigo 58 da Lei de Registro Público foi proposta pela Procuradora Geral da República Deborah Duprat, no ano de 2009, postulando que o mesmo fosse interpretado a partir da Constituição Federal, de modo a ensejar o direito à substituição do prenome e sexo, independente da cirurgia de transgenitalização. No pedido subsidiário, requereu, ainda, que caso a Corte entendesse que a inconstitucionalidade não resolve, total ou parcialmente, a questão do artigo 58, de forma cumulada a arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF, invoca que a ação se justifica contra atos comissivos ou

54 Apelação Cível Nº 70030772271. Oitava Câmara Cível. Disponível em www.tjrs.jus.br. Acesso em 02/04/2016.

omissivos do Poder Público que resultem em grave ameaça de lesão aos princípios fundamentais conferidos pela Carta Federal, no que se refere à não adequação do sexo.

Contribuindo com o debate a I Jornada de Direito à Saúde, realizada no ano de 2014, por profissionais multidisciplinares, gestores e acadêmicos da área do direito e da saúde, e com o apoio do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, aprovou Enunciados que orientam juízes e profissionais do direito por ocasião da apreciação de processos judiciais de retificação de nome de pessoas transgêneras. Os enunciados⁵⁵ 42 e 43 chamam a atenção para dispensabilidade da cirurgia em processos de retificação de nome de transexuais e travestis. Esses, entretanto, não têm alçado a relevância que o assunto merece em decisões judiciais. Letra morta nos acórdãos analisados nesta pesquisa, os enunciados poderiam ir mais além e propor uma determinação mais decisiva do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que poderia, a princípio trazer a retificação do prenome para a esfera administrativa, tal como o fez com a união estável e a adoção de crianças por casais do mesmo sexo.

O direito é um campo de tensionamento e de disputa de poder. A união estável entre pessoas do mesmo sexo, não regulamentada por meio do legislativo, já vinha sendo questionada nas instâncias inferiores desde o final do século passado. A tese de doutorado de Rosa de Oliveira (2009), que analisa os discursos das decisões judiciais sobre conjugabilidades homoeróticas, encerra com uma incerteza sobre a nova ordem jurídica brasileira a assegurar o reconhecimento da união familiar entre pessoas do mesmo sexo. Diz a autora:

55

Enunciados são recomendações que ajudam nas interpretações de questões controvertidas na jurisprudência. São sugestões que expressam orientações a juízes. Não têm força de lei, tampouco podem se sobrepor a essas. O objetivo é que os Enunciados criem uma padronização nas decisões.

ENUNCIADO N.º 42

Quando comprovado o desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto, resultando numa incongruência entre a identidade determinada pela anatomia de nascimento e a identidade sentida, a cirurgia de transgenitalização é dispensável para a retificação de nome no registro civil.

ENUNCIADO N.º 43

É possível a retificação do sexo jurídico sem a realização da cirurgia de transgenitalização.

Disponível

em: http://www.cnj.jus.br/images/eventos/i_jornada_forum_saude/enunciados_aprovados_jornada_dir_eito_saude.pdf. Acesso em 10/06/2017.

Se os conceitos que vem sendo esgrimidos pelos magistrados em benefício ou prejuízo das disputas envolvendo casais de homossexuais vão avançar para uma nova formulação da lei, e se forem, quando o serão, é ainda uma incógnita que caberá à história responder, ao observarmos um fenômeno que ainda não chegou a vinte anos de existência. Como já dizia o poeta Cazuza, “saiba que ainda estão rolando os dados”. (Oliveira 2009, p. 235)

Pudesse a autora revisitar o cenário jurídico brasileiro, certamente reformularia a frase do poeta, pois os dados foram jogados e foi este dispositivo, o judiciário, que respondeu aos fenômenos históricos tão bem abordados em suas reflexões, ainda que a norma legal não tenha sido aprovada na Casa legislativa brasileira.

A resposta a esse estrato da sociedade – o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, bem como o casamento –, foi dada e já é uma realidade no Brasil de hoje, ampliando o conceito de família e de adoção. Resta, entretanto, a insistência no jogo poético citado, pois as pessoas trans ainda não mereceram tal mister, e continuam transitando no imbróglio jurídico médico-legal, na esperança do arremesso certo.

E nessa representação discursiva, tanto o médico, quanto o juiz vão travar estratégias sobre o que é aceito, o que é normal, o que é positivado, o que é patológico, como elemento formador do sujeito no documento civil.

3.3 Da Atual Situação no Legislativo

Este tipo de demanda, ainda que recente, já não é novidade no Legislativo. Inúmeras matérias sobre o tema tramitam no Congresso Nacional desde a década de 1990.

Os primeiros passos em relação à legislações referente a direitos LGBT se dão a partir do começo dos anos 2000, com legislações estaduais que visam punir práticas discriminatórias em razão de orientação sexual ou identidade de gênero, no âmbito administrativo.

Pioneira, a Lei Estadual nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, do Estado de São Paulo, incentivou outros estados da federação a aprovar norma legal no mesmo sentido. O que se observa, entretanto, é que após uma série de conquistas em âmbito legislativo, como leis que adotaram nome social, dia de luta contra homofobia

e outras que visibilizassem o segmento LGBT, a tramitação de projetos voltados à defesa de direitos dessa população no país não avançou e o debate toma o caminho inverso nesse Poder, após a segunda década dos anos 2000. No estado de São Paulo, inclusive, embora o movimento social e o próprio governo reconheçam a necessidade de aprimorar a lei paulista, há um temor com vistas à tramitação de proposição nesse sentido na Casa Paulista de leis. O tema é tão espinhoso no Parlamento que qualquer debate que disponha a legislar sobre questões de gênero, ainda que sob a perspectiva de defesa das “mulheres” – cuja compreensão contemple apenas aquelas que a lei define a partir da heteronormatividade – tem sido alvo de resistência. Gênero, nos últimos cinco anos, é um tema que o Parlamento brasileiro tem invisibilizado, apagado, silenciado.

Nesse aspecto, no cenário atual, propostas que sinalizem por uma lei de retificação de nome e sexo/gênero, no âmbito administrativo, é um desafio como se pode observar do quadro abaixo. A tramitação das matérias não avança, particularmente aquelas que contestam o diagnóstico da travestilidade e da transexualidade.

Desde 1995, tramitam no Congresso Nacional projetos de lei, visando à alteração da Lei dos Registros Públicos, para o fim específico de incluir a retificação de nome de transexuais. Algumas ainda exigem que o requerente se submeta à intervenção cirúrgica de transgenitalização, outras pretendem restringir a mudança de nome de transgêneros, e outras na linha da lei de identidade de gênero, aprovada na Argentina, propõem a mudança de nome e a redesignação de sexo/gênero, em cartório, sem intervenção cirúrgica, terapias ou qualquer outra condição que insista no diagnóstico patologizante.

Quadro 4 – Proposituras em Tramitação na Câmara Federal

PROPOSITURA/AUTOR/EMENTA ⁵⁶	SITUAÇÃO ATUAL
<p>PL - 70/1995. Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências.</p> <p>Explicação: admitindo a mudança do prenome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha se submetido a intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo originário, ou seja, operação transexual.</p>	Pronta para Pauta

56 Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 02/02/2016.

Autor - José Coimbra - PTB/SP	
PL – 3727/1997 - Acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos, dispondo sobre mudança de nome no caso em que especifica. Explicação: admitindo a mudança do nome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha se submetido a intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo originário, ou seja, operação transexual. Autor – Wigberto Tartuce - PPB/DF.	Apensado ao PL – 70/1995
PL 5872/2005 – Proíbe a mudança de nome de transexual Autor - Elimar Máximo Damasceno -PRONA/SP	Apensado ao PL – 70/1995
PL - 6655/2006 - Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências". Possibilitando a substituição do prenome de pessoa transexual. Autor - Luciano Zica - PT/SP.	Apensando ao PL 70/1995
PL 2976/2008 - Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social Autora - Cida Diogo - PT/RJ	Apensado ao PL 70/1995
PLS 658/2011 - Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais. Autora – Marta Suplicy	Pronto para ser aprovado na CCJC
PL - 4241/2012 - regula a retificação de sexo e a mudança do prenome, em Cartório de Registro Civil, que coincida com a identidade de gênero e a forma como os sujeitos se auto percebem, sem a exigência da intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial, terapias hormonais, qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico ou autorização judicial. Autora - Erika Kokay – PT/DF	Apensado ao PL 70/1995
PL 1281/2011 - Dispõe sobre a mudança de prenome da pessoa transexual que realizar cirurgia para troca de sexo. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Autor - João Paulo Lima - PT/PE	Apensado ao PL 70/1995.
PL 5000/2013 - regula a retificação de sexo e a mudança do prenome, em Cartório de Registro Civil, que coincida com a identidade de gênero e a forma como os sujeitos se auto percebem, sem a exigência da intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial, terapias hormonais, qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico ou autorização judicial. Autores - Jean Wyllys - PSOL/RJ e Erika Kokay – PT/DF	Comissão de Direitos Humanos
PL 1475/2015 - Inclui parágrafo, dispondo sobre o assento de nascimento de pessoas intersexuais, no art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Explicação: sugere que o assento do nascimento de indivíduos com características intersexuais não contenha o sexo do registrando. Autor - Carlos Bezerra - PMDB/MT	Apensado ao PL 4241/2012
PL 4870/2016 - Modifica dispositivos da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para assegurar a possibilidade de travestis e transexuais retificar nome e sexo, mediante sentença judicial, dispensando o procedimento cirúrgico. Autora – Laura Carneiro – PMDB/RJ	Apensado ao PL 70/1995
PL 5453/2016 Dispõe sobre indicação do sexo em documento de identidade, com opção de identificação de masculino, feminino e indeterminado. Autora – Laura Carneiro – PMDB/RJ	Apensado ao PL 4241/2012

A aprovação dessas matérias, particularmente aquelas que apontem para a autoidentidade dos sujeitos, não é tarefa fácil. O histórico do comprometimento do Congresso Nacional não acena para um futuro de avanços e conquistas à pauta dos direitos da população LGBT.

Os discursos empregados para negar a aprovação de projetos que acenam a políticas da população LGBT representam uma reação à visibilidade, a partir de argumentos religiosos como fonte de autoridade para suas posições. Grosso modo, esses discursos sustentam diversas formas de afirmação da superioridade moral da heterossexualidade, e são empregados em estratégias de atuação em rede, direcionadas à defesa dos símbolos dessa superioridade.

No Parlamento brasileiro, este não é o único tema a ser alvo de debate dos grupos conservadores, proposituras que insistem em disciplinar o conceito de família, a partir de um conceito mais restritivo, de modo a reformular a decisão histórica emitida pelo Supremo Tribunal Federal, no reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, a aprovação do Plano Nacional de Educação, que vetou a inclusão do debate de gênero no espaço escolar, são alguns exemplos de que no campo político nada avança neste aspecto.

As leis são atos deliberativos por parte de quem está no Poder. Logo, vão expressar costumes e influências deste grupo, nem sempre de forma igualitária, entre os setores que convivem e fazem parte de uma mesma sociedade, ressalta Segatto (2006, p. 220).

Miskolci (2006), ao comentar sobre o clima moral que habita os discursos políticos no mundo, sugere que há um céu denso de que se valem esses discursos que revelam a onda conservadora no Brasil e no mundo quando o tema é a “estética de uma existência” e o “medo de mudanças”, que ele designa de pânico moral. O desafio, recomenda o autor em seu texto, passa pela lição de Foucault (1994, p. 60): “O problema não é mudar a consciência das pessoas ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico e institucional de produção da verdade” (idem, p. 228).

Natividade e Oliveira (2009, p. 3) abordam as sexualidades ameaçadoras, sinalizam que discursos produzidos por segmentos religiosos, de matriz heteronormativa, têm ocupado “as instituições, grupos e valores religiosos em

defesa da heterossexualidade compulsória” e desqualificando “outros modos de vivências da sexualidade e gênero dissidentes”.

Esse cenário de resistências, que acompanhou o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, como já apontamos, e que propõe um novo olhar sobre o modo de viver das pessoas, levando a uma agenda de legislações que representem um “conjunto de transformações culturais” (Natividade e Oliveira, 2009, p. 4) na sociedade, será alvo de manifestações que assumem a repulsa “motivada por fatores culturais”, onde o corpo é seu alvo, sugerem os autores (idem, p. 5).

Tais discursos não atuam de forma isolada, mas funcionam em uma rede de poder estrategicamente, “porque provém de todos os lados”, diz Foucault (2010, p. 103). Nessa rede, o Parlamento é um lugar estratégico, onde a atuação de seus “produtores” mira nas ameaças que os discursos da diversidade veiculam e colocam à prova conceitos tradicionais de família, comportamentos e sexualidades. E, nesta mira, a Lei de Identidade de Gênero é o alvo “perigoso”.

Natividade e Oliveira (2009:26) sugerem que o que está em jogo é a própria ameaça à *heterossexualidade compulsória*. Para os autores:

o medo coletivo das manifestações da diversidade sexual é suscitado pela exposição que estas promovem de brechas de ambiguidade internas à norma heterossexual, revelando seu caráter enquanto convenção cultural e deslocando seu lugar social nesse processo.(NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2009)

Os autores indicam que essas mobilizações todas “poderiam ser consideradas reações exarcebadas de pânico”, na medida em que atuam em lugar privilegiado, produzindo discursos em torno de *justificações religiosas*, cujo propósito é o de não reconhecer direitos para a população LGBT. E nesta, assinalam os autores, a pauta que avançou se entrelaça com a difusão negativa sobre a diversidade sexual.

4 O caminho da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa – analisar os discursos jurídicos em acórdãos de retificação de registro civil de mulheres transexuais, homens trans e travestis, do Tribunal de Justiça de São Paulo, levantadas no período de 2000 a 2015, me movimentou no sentido de aprofundar uma crítica às decisões que até então tivemos acesso, em razão de trabalho profissional da autora. Como objetivo específico, explorei, a partir da leitura das decisões judiciais, o poder da ciência jurídica como critério de constituição dos sujeitos.

Atuar em processos de retificação de registro civil de pessoas transexuais é uma caixinha de surpresas. As decisões nem sempre alcançam um mesmo resultado. O que isso sugere? Que há muita subjetividade da análise inicial até a decisão final de uma ação dessa natureza.

Nesta atuação profissional, identifiquei que as decisões de primeira instância sugeriam um discurso sobre “verdades” a disciplinarem o nome e o sexo a partir do binarismo de gênero, valendo-se, ainda, da ciência médica e da biologia para narrar uma sentença. Gênero e sexo estavam, e estão colados nas entrelinhas das decisões com as quais tivemos contato. Logo, como ensinou Foucault (2003), em Dal’igna (2014, p. 200), era preciso *desconfiar das verdades e das certezas* dessas sentenças.

Chamo de discurso aqui o que Spink (2013, p. 23) sugere, aquilo que é institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais de tipo linguístico. Ou seja, a linguagem da estrutura jurídica.

Assim, minha movimentação segue exatamente o desafio proposto pela autora nessa tarefa científica: *problematizar aquilo que funciona como verdadeiro ou falso numa dada sociedade* (SPINK, 2013, p. 200).

Este desafio exigiu muito mais do que o planeado enquanto profissional. O desafio de agora é o de identificar o que os acórdãos dizem, de quem dizem e sobre o que dizem; duvidar desses dizeres instituídos, insistir em uma crítica do que está construído e tentar desnaturalizar e desconstruir o que está produzido, e a quem alcançam. Acórdãos podem se revelar documentos tecnológicos de produções de sujeitos. Acórdãos são falas, *um ato de fala impresso* (SPINK 2013, p. 27).

Ao iniciar o estudo, inspirei-me nos passos sugeridos por Dal'igna (2014) e no método de escolha por ela recomendado de que cada um construa seu próprio processo em uma pesquisa. Para isso, relacionei trabalhos e teóricos que se aproximam das contribuições dos estudos de gênero sob a perspectiva do pós-estruturalismo para dar seguimento ao meu objetivo, bem como trabalhos de colegas que investigaram sobre a transexualidade e a travestilidade no âmbito da ciência jurídica.

Como objetivo geral, analisei os discursos jurídicos em acórdãos de retificação de registro civil de mulheres transexuais, homens trans e travestis, do Tribunal de Justiça de São Paulo, levantados no período de 2000 a 2015. Como objetivo específico, explorei, a partir da leitura das decisões judiciais, o poder da ciência jurídica como critério de constituição dos sujeitos.

Esses processos chegaram à corte judicial paulista por meio de recurso de apelação acionados, tanto pelos requerentes da ação inicial⁵⁷, os sujeitos autores das ações, homens trans, mulheres transexuais e travestis, quanto pelo representante do Ministério Público Estadual, cuja função é o de defender a ordem jurídica, a democracia e os interesses sociais⁵⁸. Em ambos os casos, o apelo protesta pela reforma da decisão do juiz de primeiro grau, que acolheu ou negou a pretensão de retificação de nome e redesignação de sexo/gênero.

Logo, valho-me do argumento de Meyer (2014, p. 53) para pensar como analisar o que é “dizível” por meios dos discursos intrínsecos nos acórdãos. E um pressuposto sobre o qual a pesquisa não deve se guiar é o de buscar e trazer respostas definitivas, mas sim de interrogar o direito e refletir sobre a autonomia dos indivíduos.

As investigações que compartilham dessa perspectiva teórica estão menos preocupadas em buscar respostas para o que as coisas de fato são, e se preocupam mais em descrever e problematizar processos por meio dos quais significados e saberes específicos são produzidos, no contexto de determinadas redes de poder, com certas consequências para determinados indivíduos e/ou grupos. (MEYER, 2014, p. 53)

⁵⁷ A ação de retificação de registro civil é um processo de jurisdição voluntária previsto no Livro I, Capítulo XV, artigo 719 e seguintes do Código de Processo Civil, e, como o próprio nome diz, é uma ação onde não há partes, mas alguém requerendo uma prestação jurisdicional que determine a providência a ser declarada de direito.

⁵⁸ Conforme dispõe o artigo 91 da Constituição Estadual de São Paulo.

A escolha por este caminho não traz ao estudo, como já afirmado, a pretensão de demonizar o papel do Judiciário. Este, aliás, tem sido um paradoxo no âmbito desta pesquisa. Ao “desconfiar”, “suspeitar”, “criticar” e problematizar como a “verdade” sobre os sujeitos e as identidades sexuais tem sido construída pelos acórdãos, acolhendo ou rejeitando suas demandas, com consequências significativas na vida de desses indivíduos, valho-me, enquanto profissional, e do poder judiciário na “produção”, “certificação” da identidade civil de transexuais que buscam a documentação civil junto a este Poder.

Ampara-me, neste aspecto, em Meyer (2014, p. 58), que, ao debater sobre a produção de pesquisa que produz “inclusão social”, destaca que a ideia não é negar o valor de verdade de outros estudos que abordam essas e (outras) políticas públicas e ações programáticas. Para isso, recomenda problematizar, com o referencial teórico, *a forma de compreender quais discursos ancoram e conformam noções como, por exemplo: “família”, “maternidade”, “paternidade”, “infância”, “juventude” e “vulnerabilidade social”*. O que nos faz refletir sobre o objeto deste estudo com a perspectiva de problematizar a noção de “sujeitos”, “gênero”, “sexualidade”, “identidade”, que compõem as entrelinhas da decisão judicial. O compromisso é de uma investigação que indique que tais documentos são um caminho, um alento para alguns indivíduos, e que por outro lado problematize no sentido de que tais “promessas” judiciais estão ancoradas num discurso patologizante de conformação do corpo e do sujeito.

O Poder Judiciário tem sido um respiro na contemporaneidade às respostas desse estrato da sociedade, autorizando a retificação de nome se a exigência da cirurgia de transgenitalização. Essas se revelam políticas públicas a fazer micro mudanças no cotidiano e elas são de grande relevância. É o que vai indicar Cruz, Morita, Araújo, Gervásio e Santos (2016, p. 87):

No micro espaço também se produz mudança social. Novamente aqui há que se fugir dos binarismos (onipotente/impotente), mas é preciso dar vida à potência do cotidiano e fruir nos espaços de saúde e educação a seiva da mudança social. As pequenas revoluções no cotidiano já fazem diferença na vida das pessoas. (CRUZ, MORITA, ARAÚJO, GERVÁSIO E SANTOS, 2016, p. 87)

Acórdãos são documentos públicos que traduzem uma história, experiências, um pedido de si, uma fala de si, como já alertado, e podem produzir políticas públicas em micro espaços para a população trans. Evidentemente, não temos aqui a pretensão de questionar essa política pública, a reflexão que fazemos sobre esses documentos jurídicos reside em um cismar sobre as relações de saber-poder-controle sobre os corpos que essas falas de papel se propõem a produzir e constituir corpos viáveis. Este é o estranhar desta pesquisa.

Nesse caminhar de interrogações, o desenvolvimento do trabalho se deu a partir da análise de 45 decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, em processos de retificação de registro civil de transexuais, no período de 2000 a 2015, por meio de análise qualitativa.

No primeiro momento, realizei a busca no site do Tribunal paulista e tive um retorno de decisões a partir do ano 2000. Apenas 1 acórdão era do ano de 1998. O procedimento de escolha se deu no seguinte sentido: selecionar decisões do período 2000/2015. A consulta se deu no ano de 2015 e a seleção por este intervalo temporal, foi inspirando em Spink (2014), em razão de uma possível análise dos avanços, ou não, da jurisprudência da Corte Paulista, no que se refere ao pleito dos sujeitos: ter a retificação do nome e a redesignação sexual/gênero alterada na certidão de nascimento.

Ao fazer escolha por esse período, inspirada por Spink (2014, p. 216), me ocorreu o que ela sugere *quando trabalhamos com sociabilidades em construção, trabalhamos com suas processuabilidades no tempo*. Ao analisar os discursos jurídicos que decidem pela mudança do nome e pela redesignação de sexo/gênero dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, estamos identificando no tempo a “conversa” feita em 16 anos para decidir essa questão. Assim, o procedimento utilizado, de recorte por ano, permitiu observar que aspectos essas desvelam ao longo do período.

4.1 Pesquisando os Documentos

Parti, então, para os procedimentos de mapeamento das sentenças para produzir análise do material investigado na pesquisa, na seguinte conformidade, etapas do processo metodológico:

1. Levantamento dos acórdãos
2. Definição dos 45 documentos
3. Construção de eixo temático, mapa temático e análise.

Adotei para análise do material mapa temático a partir de adaptação de procedimentos sugerido por Spink (2014). A ideia é explorar os discursos que orientam os relatores na elaboração da decisão. Que argumentos foram utilizados? O argumento central, se foi jurídico, biomédico, de desconstrução do modelo biomédico, ou outro modelo que a decisão apontar, as relações de saber/poder.

No *link* do Tribunal de Justiça de São Paulo, disponível para consulta, selecionamos a opção de decisões: “Acórdãos” para iniciar a busca. Importante registrar que o teor das decisões é publicado no Diário de Justiça e disponível para consulta no site do órgão judicial, em obediência ao princípio da publicidade dos atos públicos. Alguns processos tramitam em segredo de justiça,⁵⁹ logo, algumas publicações só divulgarão as iniciais do autor.

Nos quadros abaixo, relaciono critérios de busca junto sítio da rede de internet do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Quadro 05 – Parâmetros de busca de decisões judiciais

Parâmetro de busca/jurisprudência de 2º grau	Resultado
retificação E nome E transexuais	68 acórdãos
mudança E nome E sexo E transexuais	62 acórdãos
retificação E nome E transgênero	1 acórdão
retificação E nome E travestis	8 acórdãos
transexual E travesti	686 acórdãos

59 A escolha da tramitação sempre é decidida pelo autor da ação. Tramitações em segredo de justiça é uma decisão do autor da ação. Em alguns casos que acompanhei, o/a requerente decidiu pelo segredo de justiça para não expor a transexualidade. A justificativa de alguns/mas clientes se pautam no direito ao anonimato da “condição” anterior ao novo nome, e sua preservação por meio de sites de buscas na rede mundial de computadores. O segredo de justiça está disciplinado no Código de Processo Civil, Lei 13.105, de 16.03.2015, no “art. 189 - Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

.....
 III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;
 (...) “;

retificação de registro	1757 acórdãos
Parâmetro de busca/ Banco de sentenças de 1º grau	Resultado
retificação ou suprimimento ou restauração de registro civil	2 sentenças
transexuais E travestis	172 sentenças

O quadro acima traduz como se deu a busca de acórdãos no site do Tribunal paulista. Em uma primeira pesquisa, obtive 68 acórdãos e fui selecionando-os independente do resultado: procedente/improcedente. Continuei na busca, utilizando outro parâmetro, pois o objetivo era esgotar todas as possibilidades do site.

Nesta segunda alternativa, o resultado foi de 62 acórdãos. Verificando relatório, observei que a grande maioria já constava da relação anterior.

Avançando na busca com as expressões, retificação E nome E transgênero. Porém, este parâmetro devolveu apenas 1 processo que tratava de transexual.

Na sequência, direcionei a busca utilizando agora a expressão, travesti: a busca retornou com oito acórdãos – detalhe: apenas um era relacionado à travesti. Da leitura dos demais acórdãos observei que todos tratavam de processo judicial relativo à pessoa transexual, mas no teor da decisão apenas citavam a expressão travesti.

Insisti na pesquisa com a expressão “travesti”. O objetivo era esgotar parâmetros de busca e trazer documentos relacionados a pedidos dessas pessoas. Outra busca apenas com o verbete: transexual E travesti. Este resultado trouxe acórdãos no período de 1998/2015. O resultado chamou a atenção ao trazer, em sua maioria, decisões relacionadas a processos penais e outros procedimentos ordinários cíveis, além dos 68 já indicados de retificação de nome de transexual, como se o sujeito, a travesti, quando está envolvida em alguma demanda judicial, fugisse à regra sugerida por nossa pesquisa.

Numa outra busca sobre processos de retificação de registro, processos gerais, envolvendo sujeitos que buscaram reformulação apenas do nome em razão de outros constrangimentos, o resultado foi o seguinte: 1757 documentos classificados de diferentes formas de registro.

Para tentar encontrar algum processo de retificação de nome de travesti, decidi fazer uma busca no banco de sentenças de 1º grau.⁶⁰ Essa busca resultou em apenas dois processos relacionados à retificação ou ao suprimimento ou à restauração de registro civil; os demais tratavam de apelações relacionadas a processos penais ou outros procedimentos ordinários cíveis.

Em outra busca em consultas de sentenças de primeiro grau, encontramos 172 processos, apenas um relacionado a processos de retificação de registro civil. Tratava-se de mulher cujo nome, Ruthala, a expunha ao ridículo. Segundo o processo, muitas vezes a autora era equiparada a travesti. A autora promoveu ação visando alterar o prenome. Destacou no processo que este prenome lhe incomodava, pois era motivo de piadas e gozação no ambiente de trabalho – um deles, ser identificada como travesti. O modo de classificação do sistema de busca é a forma como é direcionado, nem sempre o resultado é o esperado. Daí o retorno dessa decisão.

Em que pese a ausência de resultados preliminares, tive contato com algumas sentenças de primeira instância, em razão do meu trabalho profissional com esses processos. Tais impressões revelaram, a princípio, que a mudança do prenome só é “necessária” para quem fez a conformidade biológica/conformidade jurídica. Essa problematização dá uma pista para compreender indicadores de que transexuais buscam a retificação do prenome somente porque realizaram a cirurgia de transgenitalização. Porém, na prática da advocacia, atuei em processos de retificação de nome de transexuais que não realizaram a cirurgia. Uma dessas decisões, que foi favorável, utilizou argumentos de direitos humanos e amparou-se na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ, de 2012, que reconheceu a alteração de nome de transexual não submetido à cirurgia de redesignação de sexo, justificando que as provas dos autos eram mais do que suficientes para convencê-lo de que o apelante era conhecido na sociedade como mulher, e que se tal processo cirúrgico não havia ocorrido, foi em razão da inércia do Estado, por meio do SUS.

A falta de processos de travestis nas tabelas e no levantamento identifica-as em processos outros, que não os de retificação de registro civil. O que este resultado pode revelar? Não conformidade biológica, não conformidade jurídica? Na

60 A pesquisa que retornou com os parâmetros sugeridos nas sentenças de 1º grau, referem-se ao banco de sentenças de todo o Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que nem todas as sentenças estão cadastradas neste link.

insistência de tentar compreender essa ausência, o retorno de colegas do meu campo disciplinar sugerem que as travestis não buscam a conformidade jurídica de seus documentos.

Assim, considerando a ausência de processos retificação de prenome de travestis,⁶¹ a maioria das decisões deste estudo apontará para um quadro de acórdãos com processos de retificação de mulheres transexuais e homens trans e apenas 1 processo ingressado no judiciário por uma travesti.

Relatório finalizado, parti, então, para selecionar acórdãos por ano e procurei ampliar o máximo possível de acórdãos de origens diversas. A intenção foi trazer à pesquisa documentos que representassem todas as regiões do estado de São Paulo. Observa-se, entretanto, no quadro geral, processos com origens repetidas, como Guarulhos, Campinas e São José do Rio Preto. Acórdãos selecionados, o próximo passo foi fazer o levantamento e identificar o que essa fonte “dizia”.

4.2 A Ferramenta Analítica – Identificando os Acórdãos

Após a seleção dos documentos objeto da pesquisa, seguimos o caminho sugerido por Schitzmeyer (2004), para chegar ao registro que apure a origem, ano, autor, gênero do autor e sexo do relator do recurso. Esse levantamento, exemplificado no quadro abaixo, permitiu acessar informações dos sujeitos dos acórdãos, suas origens. A análise qualitativa fará um estudo mais apurado, de modo a observar os discursos chancelados pelos acórdãos. Neste quadro, observam-se os seguintes dados: identificação dos sujeitos/identidade de gênero, origem dos processos – capital/interior, autoria dos recursos, informação de acolhimento ou rejeição do apelo, ano da decisão, gênero do autor e sexo do relator do processo, número do processo/ cirurgia de transgenitalização.

61 No decorrer deste trabalho, tentamos contato com colegas da Defensoria Pública de São Paulo e outros colegas que atuam em processos de retificação de registro da população trans* e não tivemos conhecimento de nenhuma decisão favorável ao pleito de travestis. Em uma consulta mais geral na rede mundial de computadores, internet, encontramos uma decisão no Amapá. <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/travesti-ganha-na-justica-o-direito-de-mudar-o-primeiro-nome-em-registro.html>. Decisão semelhante foi encontrada no site do Tribunal gaúcho. Apelação cível 70022504849 – 8ª Câmara Cível. Disponível em www.tjrs.jus.br. Acesso em 15/03/2016

Quadro 06 – Modelo do Registro dos dados acessados nos acórdãos

AUTOR do recurso	
ORIGEM – decisão de 1º grau	
DECISÃO – 2º grau	
SEXO DO RELATOR	
GÊNERO DO INTERESSADO	
NOME DO INTERESSADO	
Ano da decisão	
TIPO DE AÇÃO	
Cirurgiado/não cirurgiado	
Nº do Processo/ano da ação	

4.3 Quadro Geral dos Acórdãos

A partir do modelo acima, cheguei no quadro geral dos acórdãos – a seguir. O registro dos dados possibilita identificar elementos essenciais para a análise do material. A identificação dos autores do recurso está dividida em Ministério Público – MP e requerente da ação de retificação – interessado.

A partir deste quadro, explorei as informações que indicam a origem, gênero e o resultado em cada instância. O levantamento dos acórdãos listados no quadro abaixo será traduzido logo a seguir por meio das figuras.

De início, o material indica que a maioria dos casos vem do interior do Estado de São Paulo.

Desses, 42 requerentes da ação, listados como “interessados”, são do gênero feminino e 3 são do gênero masculino. Esta é uma problematização que será fundamental no trilhar dessa investigação. Dezesesseis acórdãos foram julgados procedentes em primeira instância e dezoito procedentes em segunda instância.

Quadro 7 – Quadro geral dos acórdãos

Nº	Autor/ recurso	Gênero Autor ação	Origem/capital interior	Decisão 1ª instância	Decisão 2ª instância	Cirurgiado	Ano da ação	Ano da decisão
1	MP	Feminino	Mirassol	Proc	negado	sim	2003	2011
2	MP	Feminino	Votorantin	Proc	acolhido	não	2009	2011
3	MP	Feminino	Dracena	Proc	acolhido	sim	2009	2011
4	MP	Feminino	Votuporanga	Proc	Negado	sim	2010	2011
5	Interessado	Feminino	Piracicaba	Improc	Negado	não	2006	2011
6	MP	Feminino	São Paulo	Proc	Negado	sim	2007	2012
7	Interessado	Feminino	Araras	Improc	Negado	não	2008	2012
8	Interessado	Feminino	Ribeirão Preto	Improc	Proc/prod. provas	não	2009	2012
9	Interessado	Feminino	S.J.Boa Vista	Improc	Negado	Não	2011	2012
10	Interessado	Feminino	Porto Ferreira	Improc	Negado	Não	2010	2012
11	MP	Feminino	São Paulo	Proc	Negado	Sim	2008	2012
12	Interessado	Feminino	Guarulhos	Improc	Acolhido	Sim	2010	2012
13	Interessado	Feminino	Guarulhos	Improc	Acolhido	Sim	2011	2012
14	Interessado	Feminino	Campinas	Improc	Negado	Não	2011	2012
15	Interessado	Feminino	Campinas	Improc	Negado	Não	2011	2012
16	Interessado/MP	Masculino	Ribeirão Pires	Improc	Acolhido ambos	Não	2004	2012
17	MP	Feminino	São Paulo	Proc	Negado	Sim	2008	2012
18	Interessado	Feminino	Marília	Improc	Negado	Não	2011	2012
19	Interessado	Feminino	Guarulhos	Improc	Acolhido	Não	2012	2015
20	Interessado	Feminino	São Sebastião	Improc	Negado	Não	2012	2015
21	Interessado	Masculino	S.J.Rio Preto	Improc	Acolhido	Não	2008	2015
22	Interessado	Feminino	São Paulo	Improc	Acolhido	Não	2014	2015
23	Interessado	Feminino	Araraquara	Improc	Acolhido	Não	2011	2014
24	MP	Feminino	S.J.Rio Preto	Proc	Negado	Sim		2000
25	Interessado/MP	Feminino	Espirito S. Pinhal	Proc	Acolhido interessado	Sim		2002
26	Interessado	Masculino	Campinas	Improc	Negado	Sim		2004
27	Interessado	Feminino	São Paulo	Improc	Negado	Não		2005
28	Interessado	Feminino	Piedade	Improc	Acolhido	Sim		2006
29	MP	Feminino	S.J.Rio Preto	Proc	Acolhido	Sim		2006
30	MP	Feminino	São Paulo	Proc	Negado	Sim		2007
31	Interessado	Feminino	Osasco	Improc	Acolhido	Sim		2007
32	Interessado	Feminino	Dois Córregos	Improc	Negado	Não		2007
33	MP	Feminino	S.J.Rio Preto	Proc	Negado	Sim		2008
34	Interessado	Feminino	São C. do Sul	Improc	Acolhido	Sim		2009
35	MP	Feminino	Diadema	Proc	Acolhido	Sim		2009
36	MP	Feminino	Diadema	Proc	Negado	Sim		2011
37	Interessado	Feminino	São Paulo	Improc	Negado	Não		2009
38	Interessado	Feminino	Bauru	Improc	Proc/nome	Não		2010
39	MP	Feminino	S.J.Rio Preto	Proc	Negado	Sim		2010
40	Interessado	Feminino	Barueri	Proc/ nome	Acolhido	Sim		2009
41	Interessado	Feminino	Araraquara	Improc	Negado	Não	2012	2013
42	Interessado	Feminino	Candido Mota	Improc	Negado	Não	2010	2013
43	Interessado	Feminino	Santa Fé do Sul	Improc	Negado	Não	2012	2013
44	Interessado	Feminino	S.J,Rio Preto	Improc	Negado	Não	2012	2014
45	Interessado	Feminino	Bauru	Improc	Negado	Não	2013	2014

Legenda: MP- Ministério Público – Proc./procedente – Improc/improcedente

Gráfico 6 – Distribuição do gênero dos acórdãos

Considereei como parâmetro o gênero com o qual o autor(a) da ação se identifica e não aquele identificado a partir do sexo biológico. O resultado deste gráfico reflete um dado apontado no trabalho de Almeida (2008),⁶² sobre como as identidades dos homens trans, que começam a ser timidamente visibilizadas, tanto na literatura, quanto na luta do segmento, há pouco tempo, não chegaram ainda ao Judiciário. Para o autor, homem trans é uma experiência identitária, e as experiências das pessoas não podem ser vista sob o termo universal do que seja transexualidade. Almeida (2008) faz o que ele chama de “descrição” desses sujeitos em grupos, de modo a mostrar a hipótese de que há transitividade em, pelo menos, quatro grupos de pessoas que foram “assignadas” como “femininos” ao nascer. Nesses grupos, descreve pessoas que não são descoladas totalmente do feminino. Homens que não optaram por modificações corporais cirúrgicas, nem hormonais, que constroem performances públicas e se utilizam de ingestão de hormônios e outro grupo que busca no processo transexualizador; ou seja, aquele que comumente se “nomeia”, “classifica”-se como identidade de “homem trans”. Desse modo, os dados ainda insignificantes nessa “categoria” homem trans” neste estudo talvez reflitam o quadro descrito por Almeida, de que há algumas experiências identitárias neste universo; ou ainda, de que a construção de homens ainda esteja “subsumida” em espaços que não possibilitam o acesso às “tecnologias de

62 Guilherme Almeida elegeu nominar em seu artigo “homens trans”, categorias empíricas de “homem transexual”, “homem trans”, “transhomem”, “transman”, “FTM” ou “transexual masculino”, o que ele condensa como experiência da “transexualidade masculina” (2008:513)

modificação corporal”, à lógica binária e naturalística. A invisibilidade, segundo o autor, também se verifica pela pouca produção do conhecimento sobre o grupo e do grande preconceito em relação à “transição do gênero masculino para o feminino”, onde o olhar falocêntrico é muito presente nas representações.

No gráfico 7 identifica-se a origem dos recursos que alcançaram a Corte paulista, divididos em interior e Capital.

Gráfico 7 – Origem dos recursos

O gráfico 8 mostra que, dos recursos ingressados pelo Ministério Público, catorze haviam acolhido a pretensão do autor em 1ª instância. Desses, dez foram negados pelo Tribunal de Justiça de SP, mantendo-se a sentença de origem e quatro acolheram o apelo do MP. Os casos apontado no quadro geral de nºs 35 e 36 referem-se ao mesmo autor da ação. No primeiro, o TJSP acolheu o pedido para que fosse realizada diligência pericial para fazer “prova” da cirurgia atestada, a partir do pedido do Ministério Público. Concluída a perícia e mantida a sentença de primeira instância pelo mesmo juiz, o MP recorreu novamente, protestando apenas pela alteração do prenome e pela manutenção do sexo biológico. Em sua justificativa, o órgão ministerial alegou que o mesmo contrariava o princípio da verdade registral. Acompanhei a tramitação do recurso e achei oportuno trazer os dois acórdãos para ilustrar que o MP recorre mesmo em caso de transexual cirurgiado.

Gráfico 8 – Resultado de acórdãos MP

Verifica-se, no gráfico 9, que 93% por cento dos recursos patrocinados pelo Ministério Público correspondiam a treze sujeitos que realizaram a cirurgia de transgenitalização.

Gráfico 9 – Cirurgiados/não cirurgiados recursos MP

Destaco no gráfico 10 o número de acórdãos em recursos ingressados pelo interessado, ou seja, vinte e nove. Desses, o de nº 40 do levantamento geral, recebeu sentença favorável em primeira instância. Neste caso, o acolhimento foi no sentido de retificar o nome e não redesignar o sexo, mesmo tendo sido realizada

cirurgia de transgenitalização, razão pela qual a requerente impetrou recurso de apelação.

Dos 29 recursos, 12 foram acolhidos pelo Tribunal de Justiça e mudaram a sentença de origem. Em 6 recursos, os requerentes eram cirurgiados. Outros 6 foram acolhidos e não haviam realizado a cirurgia de transgenitalização. Os outros 17 foram rejeitados, nenhum deles havia realizado a cirurgia de transgenitalização.

Gráfico 10 – Recursos interessado

**RECURSOS DO(A) INTERESSADO(A)
ACOLHIDOS / NEGADOS EM 2ª INSTÂNCIA**

Uma última análise trouxe o levantamento de recursos ingressados tanto pelo Ministério Público, quanto pelo requerente. No recurso registrado sob o nº 16, ambos foram acolhidos, o do requerente e o do Ministério Público. Embora não tenha realizado a cirurgia de transgenitalização, entenderam os apelantes que, uma vez constatado o transexualismo por meio de laudo médico, a requerente mereceu ter seu pleito acolhido. Esta decisão traz um dos primeiros acórdãos do Tribunal paulista de acolhimento de pedido de transexual não cirurgiado.

Para responder às interrogações deste estudo, passo aos procedimentos e às análises dos discursos jurídicos. As análises não seguiram fielmente o sugerido por Spink (2014, p. 269), mas foram inspirados nos procedimentos sugeridos pela autora. Primeiro, após sistemáticas leituras identifiquei os principais argumentos

utilizados. Depois fiz um mapa temático para melhor visualizar os discursos usados em cada argumento.

Da leitura dos acórdãos, elegi os repertórios linguísticos que justificavam os motivos pelos quais tanto o Ministério Público utilizou em seu recurso, quanto da manifestação do relator ou dos votos dos desembargadores por ocasião da decisão do julgamento. Os acórdãos estão identificados pelo número da ação em lista encartada anteriormente.

Ao longo da análise optei por transcrever trechos das narrativas de alguma das decisões selecionadas, o que ajudou a identificar os argumentos que justificaram tanto as decisões que acolherem, quanto as que rejeitaram os pedidos de retificação, dando informações e pistas sobre o saber/poder de quem diz e a quem se dirige e mais, que estratégias este poder vai se valer para exercer sua “certificação” do sujeito. Tais dizeres, sugere Spink (2014:266), sustentarão ideias e repertórios linguísticos no âmbito dessa pesquisa, como a naturalização do binarismo de gênero, a verdade registral, a patologização da vida, a adequação do corpo à identidade sexual e como esses estão radicados nos dizeres dos documentos analisados.

Quadro 8 – Mapa Temático

Neste mapa são identificados argumentos dos acórdãos. No apêndice, relaciono os argumentos de forma mais detalhada.

Argumentos	Acórdãos identificados
Imutabilidade do Nome - O argumento da imutabilidade do nome surge nos acórdãos foi justificado a partir do disposto no artigo 58 da Lei de registros públicos, que informa que o prenome é definitivo. Porém, a interpretação deste artigo com outras excepcionalidades que a jurisprudência vem adotando, levou o. o judiciário a reavaliar seu posicionamento	7, 20, 25, 26, 29, 33
Exigência de cirurgia - A exigência da cirurgia como requisito à alteração registral. O posicionamento do tribunal paulista começa a muda no ano de 2012.	2, 5, 7, 9, 10,14, 15, 19, 25, 27,32, 37, 38,
Dignidade Humana – há nesta argumentação uma relação direta com o princípio constitucional e direitos humanos. Um direito dado e certo para todos os sujeitos.	1,4,6,15,17,24,25,31

Capacidade reprodutora – Aqui há forte apelo de concepção biológica, indicando, ainda que mesmo em caso de realização da cirurgia, há uma esterilidade compulsória no corpo adequado.	18, 29, 33
Transexualidade/condição transexual – Este argumento conta com o abono da ciência médica para constatar que se trata de transexual verdadeiro, aqui o laudo médico é uma prova incontestável à formulação do convencimento. Mas aparece também para negar o pleito.	4,7,11,12,17,19 e 22
Patologização/CID F 64.0/transexualismo – A patologização traz argumentos reveladores indicando que o reconhecimento da patologia “adequou” o corpo esperado pela regra heteronormativa. Por sua vez também foi considerável para indeferir o pedido, com a justificativa de que mesmo sendo patologia, em corpos não adequados, tal direito não o/a assiste.	1,3,8,10,11,12,13,15,17, 19,22,23,26,28,29,30,32 ,33,34, 35, 39, 42, 44,45
Identidade Sexual – Este argumento está sempre vinculado ao fenótipo do sujeito. Como se sexo, gênero e sexualidade são regras fixas à constituição do corpo.	4,7,12,17,19 e 22
Realidade jurídica e naturalística – Tais argumentos são utilizados à ideia de natureza, bem como da perspectiva de um “atributo” natural das pessoas vinculado ao direito de personalidade.	5, 20, 27 e 29
Identidade biológica – Esta identidade é feita tão somente a partir do fenótipo de cada pessoa e será determinante na constituição da certificação e da constituição do documento registral. Importância da estética da existência. Estereótipo de feminilidade e masculinidade.	1,4,5,6,10,11,12,14,15,16,17,20,21,22,23,26, 28, 29, 32, 33,34,35,36, 37 e 38
Verdade registral – Trata-se de um espelho do documento a partir da leitura do corpo das pessoas.	2,6,12,14,18,26,27,29,37 e 38

O mapa, as figuras, os quadros, os gráficos ilustrados nesta pesquisa ajudaram a problematizar os discursos dos acórdãos e trazer a provocação para o direito, mas não apenas para este campo disciplinar, onde atuo há alguns anos, pois também há outros saberes inspirando a prática judiciária.

Com relação às decisões, não há súmulas, tampouco o instituto da repercussão geral,⁶³ prevista na Constituição Federal e Código de Processo Civil, cuja ferramenta tramita apenas na Suprema Corte do país. Assim, os relatores e as Câmaras que analisam os recursos têm a liberdade para decidir, independente da jurisprudência do tribunal a que se destina o apelo. Logo, tal decisão para resolver questões controversas – e, neste caso, em um mesmo Tribunal – deveria vir do Supremo Tribunal Federal.

63 A repercussão geral foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2004, e o objetivo é possibilitar ao Supremo Tribunal Federal STF julgar uma única vez causas idênticas, o que vai possibilitar uma redução significativa em processos que chegam ao órgão, já que os tribunais vão acompanhar o instituto da daquela Corte.

O que levantei no mapa acima são argumentos técnicos utilizados pelo Ministério Público, pelo Juiz de primeira instância e por Desembargadores do tribunal bandeirante, e até mesmo do próprio requerente, autor da ação, quando produz uma fala de si, muito próxima do essencialismo biológico; são argumentos carregados de uma carga de cunho ideológico, moral, religioso, político: uma verdade que o direito constrói desde as primeiras formulações de sua origem.

Alguns autores inspiram a análise desses discursos, sugerindo como a prescrição das subjetividades estão engendradas por toda a máquina de constituição e produção de sujeitos.

4.4 Pesquisas com Acórdãos

O trabalho com acórdãos exigiu, ainda, considerar pesquisas que trabalham com esse documento, ou analisaram, ou acessaram processos judiciais em suas pesquisas, como o de Zambrano (2003), Ana Lucia Pastore Schitzmeyer (2004), Rosa Oliveira (2009), Lucas Freire (2015) e Gonçalves (2015).

Alguns aspectos merecem uma discussão quando se trabalha com acórdãos ou processos judiciais. No caso desta pesquisa, como a análise se dará a partir dos discursos que decidirão pelo acolhimento ou não do reconhecimento da retificação de prenome e redesignação do sexo/gênero, o importante verificar como o “exame” da primeira fase foi indispensável à formulação do convencimento do relator de segundo grau.

Porém, Oliveira e Silva (2005) alertam que, quando trabalhamos com acórdãos, acessamos uma fonte para interpretação, que é uma fonte de poder. E chama a atenção de como essa fonte pode filtrar uma linguagem, ou linguagens, e como esse filtro pode apagar ou reformular depoimentos/discursos dos sujeitos da ação. Para a autora:

este é um aspecto bastante enfatizado quando se trabalha com processos judiciais, de que o que há nesses processos é o Estado falando, e todos os discursos do processo estariam mais propriamente sendo proferidos por ele. Expressariam, desse modo, o Estado exercendo o controle da sociedade por meio da produção da verdade. (OLIVEIRA e SILVA, 2005, p. 249)

Em uma pesquisa qualitativa, como é o caso deste estudo, os cuidados são redobrados, pois, ao interpretar a fala oficial dos acórdãos, o risco é o de levar o interprete a uma análise associada a valores, crenças, estigma de quem “fala” na fonte e quem está sendo “falado”.

Barroso (2014) destaca que os argumentos que configuram discurso de ordem moral e religioso podem revelar uma “fala” no acórdão. Daí a prudência da interpretação da fonte em uma pesquisa dessa ordem.

(...) os valores pessoais e a ideologia dos juízes influenciam, em certos casos de maneira decisiva, o resultado dos julgamentos. Por exemplo: na apreciação da constitucionalidade das pesquisas com células-tronco embrionária, a posição contrária à lei que as autorizava foi liderada por um Ministro ligado historicamente ao pensamento e à militância católica (...) (BARROSO, 2014, p. 30)

O que não se pode ignorar em uma análise de fontes de pesquisa com acórdãos é seu contexto histórico, social, político e econômico, e como esses também serão interpretados no âmbito de cada cultura.

Alguns trabalhos, como o de Schitzmeyer (2004), constataram, na fonte de pesquisa selecionadas a partir de duas revistas jurídicas que publicam acórdãos, decisões que envolveram processos judiciais penais relacionados a curas mágico-religiosas e que aquelas eram marcadas por um forte apelo positivista e evolucionista. Rosa Oliveira (2009), ao analisar acórdãos judiciais, observando ainda discursos de operadores do direito, em decisões de união estável de pessoas do mesmo sexo, concluiu também pela presença marcante do apelo positivista materializando as decisões, por mais que essas tenham pendido mais pelo reconhecimento, do que a negativa dos pedidos. Para a autora, a lei foi elemento norteador, muito mais do que conteúdos ideológicos morais ou religiosos, neste caso.

Freire (2015), embora não tenha trabalhado diretamente com acórdãos, constatou que a chancela do judiciário que decide o documento de registro civil produz um sujeito a partir de documentos anexados ao processo, e de como toda uma rede ampla de saberes certifica-os/as e funciona como dispositivos que produzem e “sedimentam verdades sobre corpo, cérebros, subjetividades e trajetórias das pessoas transexuais” (idem, p. 105).

Gonçalves (2015), ao analisar o direito da pessoa transexual sob a perspectiva dos direitos humanos, concluiu que se trata de uma liberdade do indivíduo a ser exercida diante da constatação de sua transexualidade. Para a autora, embora a omissão legislativa seja uma realidade, esta não deve ser óbice à concretização do direito, sugerindo, ainda, que há, no pedir da pessoa transexual, um desafio às normas que respondem ao binarismo do que se compreende por “homem” e “mulher”

O interrogar desta pesquisa desafia o que os acórdãos e a fala dos operadores do direito se propõem a dizer, enquadrar, amarrar no sujeito. Este é um ziguezaguear de extrema relevância para este trabalho, à medida que inspira a inquirir, interpelar, refutar e indagar sobre todas essas amarrações que os saberes médicos se utilizam para cercar esse sujeito. São essas noções de sujeitos que Paraíso (2014, p. 32) destaca, quando sugere que as pesquisas pós-críticas têm operado com a subjetividade em uma produção como esta pesquisa. “Com essas noções de sujeito e subjetividade e essa compreensão da subjetivação, conduzimos nossas pesquisas e buscamos estratégias para descrever e analisar aquilo que nomeia o sujeito.” (PARAÍSO, 2014, p. 32).

Os acórdãos, estrategicamente, podem se revelar documentos de silenciamento e de poder na relação sujeito/cidadão.

Importante registrar que nesta fase a decisão vem de um colegiado, na grande maioria composta por três desembargadores. Neste colegiado, pode, inclusive, o relator ser vencido. Teremos aí, então, um voto vencedor⁶⁴ que produzirá o acórdão.

Acórdão é uma decisão proferida no processo por uma instância superior, que põe fim ao processo ou recurso. Difere da sentença, que é uma decisão monocrática emitida por um juiz de primeiro grau. O Acórdão é emitido por um colegiado de juízes, desembargadores ou ministros, mas pode também ser monocrática, quando analisada por um desembargador ou ministro apenas.

O recurso, segundo o que dispõe o Código de Processo Civil – CPC, em seu artigo 994, é um remédio jurídico que visa reformar uma decisão na instância superior que não atendeu uma das partes no processo judicial. A legitimidade do

64 Vencido o relator, o voto vencedor será tomado como decisão, dando origem ao acórdão.

recurso, segundo se depreende do artigo 996, é uma faculdade da parte vencida, do terceiro prejudicado e do Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica. Para Aprigliano:

Seus objetivos estão atrelados à anulação, à complementação ou à revisão das decisões, tenham elas conteúdo meramente processual, ou de mérito. Para que se possa considerar um recurso, o meio impugnativo deve ser exercitado na mesma relação processual, tendo, em qualquer caso, aptidão para obstar o trânsito em julgado da decisão recorrida. (APRIGLIANO, 2015, p. 1545)

Previsto no artigo 1009, do Código de Processo Civil – CPC, a apelação é recurso cabível contra decisão desfavorável, no caso dos processos ora analisados. No recurso, aquele que tem legitimidade para atacar a sentença de primeira instância protestará pela reforma total ou parcial. No caso do processo de retificação de registro civil, como se trata de uma ação de jurisdição voluntária, o/a requerente fará o apelo pela reforma total, quando o juízo decidir pela extinção do processo por carência da ação ou ilegitimidade para agir. Este argumento normalmente é utilizado quando o/a requerente não realizou a cirurgia de transgenitalização – um argumento ainda muito empregado pelo juízo de primeiro grau de jurisdição –, ou ainda quando o juízo entender que o prenome e sexo são imutáveis. A reforma da sentença será parcial quando o juízo retificar o nome, e não redesignar o sexo/gênero. No caso do recurso do Ministério Público, a reforma tem sido por inúmeras razões já elencadas: incapacidade de reprodução, imutabilidade do prenome, inadequação e inconformidade da genitália, mesmo em caso em que a cirurgia foi realizada, bem como a exigência da retificação à margem do registro civil. Tais manifestações, entretanto, não são uniformes no Ministério Público de São Paulo. Há uma parcela, ainda que de forma muito tímida, disposta a sinalizar pelo acolhimento do autor já em primeira instância.

No caso de terceiro interessado, como expressa o Código vigente, é necessário que este demonstre que a decisão atinja direito que se afirme titular, ou que possa ser discutida em juízo. Muito difícil que apelações nesse sentido sejam patrocinadas por terceiros.

Do quadro que descreve o caminho dos acórdãos judiciais sobre processo de retificação de registro civil de mulheres transexuais, homens trans e travestis, o

exercício seguinte foi o de aventurar-nos sobre os discursos, focalizá-los e, a partir das ferramentas teóricas que a pesquisa adota, problematizá-los, e como esses posicionam os sujeitos no interior de saberes e dos poderes.

5 A Análise dos Acórdãos: Jogos de “Verdades”

Não há motivos para discutir, nos limites do feito, se o indivíduo permanece, a despeito da cirurgia de redesignação sexual, no estado sexual anterior. O que importa aqui, é que foi reconhecida, por médicos, a condição de transexual e que, em razão dela, a interessada se submeteu, cirurgicamente, à alteração morfológica, de modo que, presentemente, possui aparência de indivíduo do sexo feminino.⁶⁵

O trecho epigrafado do acórdão proferido em grau de recurso impetrado pelo requerente da ação foi extraído de um dos 45 casos de processo de retificação de registro civil de transexuais, tramitados no Tribunal de Justiça de São Paulo, objeto deste estudo. Neste caso, o acórdão concluiu pela retificação do prenome e do sexo/gênero, em razão da realização da cirurgia de “mudança” de sexo. O parecer emitido pela Procuradoria de Justiça foi relevante na decisão do relator. Para o MP o que importa é que a pessoa transexual tenha uma identidade sexual sob a ótica psicossocial, para viver dignamente em uma sociedade.

O acórdão narra que a interessada, desde a tenra infância, percebeu a cisão entre o sexo biológico e o sexo psicológico, e que, a partir desse conflito, tem sido exposta a inúmeros constrangimentos e situações vexatórias até a vida adulta, motivo pelo qual a retificação de sua documentação civil deve amparar, de certo modo, uma adequação de seu nome à sua identidade de gênero, pois o expediente é um alento no seu cotidiano. Esse discurso faz parte de um repertório linguístico que este capítulo explorará.

Neste capítulo,⁶⁶ o repertório linguístico nos sugere que há um forte componente biomédico afiançando o saber jurídico nas sentenças que decidem processos de retificação de pessoas trans, e que esse agenciamento de saberes continua constituindo o sujeito a partir de uma matriz viável e inteligível de sujeitos. Esse discurso está presente tanto nos acórdãos que autorizam a retificação pretendida, quanto naqueles que negam a alteração do prenome.

Neste estudo não pretendo fazer a crítica do acesso à prestação jurisdicional, por meio do Poder Judiciário, às travestis e transexuais, que tem resistido e insistido nessa busca. Essa investigação se debruçou sobre os saberes que, nas sentenças,

65 Apelação nº 0015957-43.2010.8.26.0664.

66 No âmbito deste capítulo, onde passo a fazer a análise dos documentos jurídicos, os nomes identificados são fictícios. Tal decisão se deu em razão do resguardo ao nome de mulheres transexuais, homens trans e travestis, embora alguns processos não tenham tramitado em segredo de justiça.

conformam a transexualidade e a travestilidade. Quem o diz, para quem diz e o que produz este dizer é o que proponho a seguir.

Das linguagens apontadas nos acórdãos elegi dois eixos dos discursos que influenciam as decisões e, considerando que há uma conexão muito próxima desses repertórios linguísticos, em alguns momentos ambos serão problematizados em uma mesma análise. E aqui, nesses regimes de verdade, eles são saberes que se articulam e se engendram para produzir a verdade do sujeito.

Esse discurso que leva aos dois eixos é prática que individualiza e possibilita mecanismos de poder pela ciência jurídica com o abono da ciência médica. Um exercício de poder que constitui “alguém” por meio da hermenêutica jurídica. O poder aqui nesta investigação consiste no referencial de Michel Foucault: “não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (CASTRO, 2014, p. 12).

Quadro 9 – Eixos temáticos

1. Eixo Biomédico	Exigência de cirurgia, Capacidade reprodutora, Transexualidade/ condição transexual, Patologização/CID F 64.0/ transexualismo, Identidade sexual, Identidade Biológica.
2. Eixo Jurídico	Imutabilidade do Nome, Realidade jurídica e naturalística, Verdade registral e Dignidade humana

Assim, a partir desses eixos, pretendo explorar como o judiciário pode ser um campo produtor do discurso de verdades, e como estes, estrategicamente, materializam os sujeitos a partir de uma lógica inteligível ancorada no sexo biológico. É o que vai indicar Freire:

Da mesma forma que os Relatórios de Primeiro Atendimento, os documentos assinados por assistentes sociais também produzem biografias coesas sobre os caminhos que levam à estabilização da identidade de gênero dos sujeitos, isto é, partindo de um momento inicial de questionamento do próprio sexo, passando pela busca da compreensão dos desejos, preferências e gostos experienciados e resultando em um processo de subjetivação através do diagnóstico da transexualidade. (FREIRE, 2015, p. 104)

E aqui concordo com Freire, que noutro momento, no âmbito do acórdão, o sujeito que foi relatado desde o primeiro atendimento e inscrito em uma história que vai orientar o operador do direito, caminha no sentido de ser resultado de técnicas que produzem coisas que não estavam lá anteriormente, ao mesmo tempo em que fixam e estabilizam os sentidos e significados atribuídos às determinadas experiências (FREIRE, 2015, p. 97).

A seguir, disserto sobre o primeiro eixo, o biológico, e a “verdade” do sujeito a partir dessa abordagem.

5.1 A “Verdade” Biomédica

A decisão empregada ao caso epigrafoado não se distancia muito do caso relacionado na Apelação de nº 0023241-58.2011.8.26.0344, listada no quadro geral, sob o nº 18. Negada nas duas instâncias julgadoras, o processo de uma mulher transexual, que não havia realizado a cirurgia de transgenitalização, peticionou a alteração de seu nome e redesignação de seu sexo para feminino, pois é assim que se reconhece e que começou a “travestir” como mulher e consumir hormônio feminino aos dezesseis anos, diz o relatório.

O juiz de primeiro grau havia indeferido a inicial por “carência da ação”, ou seja, por falta de interesse jurídico para pleitear tal pedido. Para o juiz, o mero reconhecimento por meio de laudo médico, enquanto transexual, não é elemento suficiente a nortear tal pedido. A requerente, por sua vez, alega viver assim há treze anos; logo, está com 29 anos exposta a constrangimentos de toda ordem. Em ambos os casos, os julgadores fizeram suas interpretações a partir de um convencimento legal, sequer atentando para outros componentes. O argumento da “verdade registral”, tão utilizado para indeferir pedidos como esse, ou seja, que o fato do interessado viver com sexo biológico não correspondente ao determinado no documento civil, é um contrassenso, pois a apelante não foi identificada com as suas “verdades”. Que verdade o registro espelha que só ganha relevo no aspecto biológico? A decisão sequer se valeu das histórias contadas por sua autora, dos embargos vivenciados na sociedade para decidir o caso. O que temos encontrado nesta pesquisa são juízes que se valem de manifestação da sentença de primeiro grau para fugir ao debate, como o que ocorreu neste caso. O relator transcreveu a

sentença de primeiro grau se valendo de interpretação das Cortes Superiores, que recomendam que o magistrado pode adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, sem se aprofundar sobre o tema que está julgando. No caso o relator se fundamenta ainda no parecer do Ministério Público para decidir que:

“a parte autora não trouxe provas técnicas aos autos que possibilitasse a alteração de nome e de sexo, caso em que o pedido poderá ser renovado se sobrevierem novas situações.” (...) “Não tendo se submetido à cirurgia para ablação dos órgãos externos masculinos, o sexo do requerente era e continua masculino. Não é possível a alteração do prenome do registro de nascimento sem que concomitantemente, haja a alteração do sexo anotado no registro, pois dele deve haver compatibilidade entre esses elementos essenciais no assento, sob pena de se retirar a segurança na identificação das pessoas desejada pelo legislador”. (Apelação 0023241-58.2011.8.26.0344) nº18

Ilustra, ainda, sua manifestação, destacando matéria publicada em site jurídico de que a segurança na identificação fica prejudicada neste caso: “mesmo ocorrendo a completa cirurgia de transgenitalização, a mudança de sexo será sempre aparente, pois os órgãos sexuais cirurgicamente criados são inteiramente desprovidos da função reprodutora”. A leitura que vai espelhar a “verdade” do direito buscou no corpo uma estratégia para “classificar”, produzir um discurso a partir de um saber e produzir uma verdade sobre o papel da “mulher”. Para Foucault (2014, p. 52), “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder”. A função reprodutora é um desses discursos produzido por coerções que parte de um pressuposto de categoria fixa de mulher a partir de uma categoria universal. Este é um repertório que ganhou relevo em outros acórdãos.

O mesmo argumento pode ser observado nesta decisão, que analisou recurso do Ministério Público de uma sentença favorável do juízo de primeira instância, destacou o parecer do Procurador de Justiça para orientar o acórdão:

Ora, no caso em exame, o fenótipo foi formado de forma indireta, com influência do processo cirúrgico, de maneira que o próprio enquadramento da característica de prevalência de um sexo sobre o outro não se faz presente, de forma a possibilitar uma graduação, ainda que teórica, da prevalência de sexo (feminino ou masculino).(...)“Nesse aspecto, a adequada colocação feita pelo Procurador de Justiça oficiante “não se trata de esterilidade apenas. Trata-se de uma situação anômala criada artificialmente, e NÃO CONSAGRADA PELO DIREITO POSITIVO, uma vez que a esterilidade pressupõe possibilidade de procriar. E o transexual

operado não tinha, não tem e nem terá essa possibilidade. Ofende ao bom senso imaginar que algo ou alguém seja estéril sem que ele próprio ou seu semelhante, para que se diga o menos, possa fazê-lo ainda que em tese. E nem em tese o ora Apelado poderia ou pode procriar”(fls.121). **Se o apelado sofre discriminação, nem por isso as pessoas que venham a com ele ter contato, sob qualquer ângulo, podem ser levadas a pensar que ele é o que não pode ser.** Em outras palavras, se registrado como do sexo feminino e alterado seu prenome, a todos o apelado se apresentará como mulher. (,,,) Na mesma linha e com a mesma veemência com que deve ser combatida a discriminação, **não se pode obrigar ou impor às pessoas a aceitação do transexual como algo natural.**(Apelação nº 452.036-4/0-00) nº29

O acórdão reforça esse debate ao trazer em sua manifestação a alegação de que “ofende ao bom senso imaginar que algo ou alguém seja estéril sem que ele próprio ou seu semelhante, para que se diga o menos, possa fazê-lo ainda que em tese. E nem em tese o Apelado, poderia, poderá ou pode procriar”. O caso traz uma manifestação carregada de elementos norteados por uma visão de normalização do corpo, onde não há lugar para o corpo abjeto, o corpo que não corresponde ao que se reproduz no universo e que, como atenta Bezerra Jr (2006, p. 94), assimilamos em nosso cotidiano sem qualquer reflexão crítica. O que está em jogo, adianta, “é a experiência da vida ou a fruição da vida”.

Na dicotomia doença, saúde, normal e patológico o que é fundamentalmente importante refletir é que aquilo que enfaticamente se tem como “normal” é, em um primeiro aspecto, ao que se espera às solicitações da vida. “O normal é concebido não apenas como aquilo que ‘é’, mas como aquilo que “deve ser””. Mas também, continua o autor, porque atenta para o critério daquilo que está normatizado: “é normal porque é normativo, ou seja, é capaz de criar novas normas de funcionamento sempre que isto se fizer necessário para preservação ou ampliação do estado de saúde do organismo”, (BEZERRA JR. 2006, p. 94).

Dizer, portanto, que um corpo foi *formado de forma indireta*, cujo fenótipo não corresponde àquilo que se espera como normal, significa afirmar que os valores que se recorre para compreender a vida ultrapassam o plano biológico, e neste entendimento reproduz que o sujeito não é aquilo que alguém imagina que ele seja. Aqui podemos pensar que o relator, ao apontar este corpo, como corpo não “normal”, traz aquilo que Bezerra (2006, p. 104) sinaliza que tal discurso estaria *incorporando inevitavelmente o simbólico e o social* a esse modo de viver.

Mais uma vez, nesta outra apelação, o Ministério Público recorreu, alegando que “a jurisprudência não admite a mudança pretendida e que o recorrido não tem capacidade reprodutora”. O relator, por sua vez, traz manifestação favorável ao pedido de uma mulher transexual, em oposição ao órgão ministerial, na seguinte conformidade:

Há prova de que o apelado antes já se identificava com o sexo feminino (fls.23). A cirurgia, certamente, aprofundou essa tendência. Eventual desconformidade psíquica com o caminho adotado em nada alterará a situação. O apelado já fez sua escolha. (...) Se a capacidade reprodutora fosse essencial para a definição de sexo, homens e mulheres estéreis deveriam ter seu estado civil alterado tão logo se percebesse a deficiência. Seria necessário a criação de novo gênero. (Apelação 427.435-4/3) nº33

Esse conceito de mulher espelhado nas manifestações judiciais nos faz debater sobre o sexo da mulher “não reprodutora”, aquela mulher cisgênero, heterossexual que, por circunstâncias físicas e biológicas, não está apta à reprodução. É ela menos mulher, menos feminina e não apta a ostentar o nome de registro civil de uma mulher?

Todo esse questionamento remete ao debate sobre as matrizes dos corpos que o discurso jurídico pretende reproduzir. O sujeito desse discurso é um sujeito pronto, finalizado; logo, não há lugar, tempo ou interesse em se ocupar em debater sobre esse sujeito, pois ele já foi formatado em outros discursos de saberes como um corpo “carente” de direitos e de possibilidades, onde há uma ideia muito forte de natureza humana ao sexo.

Nos acórdãos expostos temos dois elementos muito importantes: a ideia da reprodução como destino do feminino e o objetivo do ato sexual. Fazer sexo para reproduzir é o que justificaria a relevância de fazer sexo; esta ideia não está explicitada, mas está implicitamente dita quando se aponta para a impossibilidade de reprodução.

Se tomarmos a frase em destaque - “(...) Se o apelado sofre discriminação, nem por isso as pessoas que venham a com ele ter contato, sob qualquer ângulo, podem ser levadas a pensar que ele é o que não pode ser” -, podemos observar aqui entrelaçados mais dois elementos muito importantes. Primeiro, que na visão do juiz existe uma verdade sobre o sujeito que é muito definitiva e está sustentada no sexo (o que ele é) e que um pedido de mudança poderia levá-lo ao que não pode

ser (uma pessoa diferente da determinação biológica). E a segunda ideia é que uma autorização para que uma pessoa se torne “aquilo que não pode ser” poderia ser prejudicial às pessoas que com ele venham ter contato, donde se conclui que mudar de nome e gênero pode se constituir em elemento para ludibriar uma outra pessoa ou elas podem ser levadas a pensar.

Neste sentido, quatro elementos importantes encontram-se na narrativa sustentada no biológico: reprodução como destino do feminino, reprodução como objetivo da prática sexual, sexo biológico como definidor imutável do sujeito e mudança de sexo como elemento potencialmente prejudicial às outras pessoas.

É digno de observação que o MP tenha recorrido de sentenças que foram vitoriosas na primeira instância. Porém, analisando a produção desta discursividade, observa-se que tem se uma leitura que a pessoa trans pode ser potencialmente ameaçadora para terceiros.

O direito, por mais que ingresse no sentido de acolher algumas pretensões de transexuais, indo além mais recentemente, é um território de disputa e está muito longe de enfrentar tais questões.

Essa produção se dá a partir de estratégias discursivas nas práticas sociais e da qual a produção jurídica se ocupa.

Chama a atenção o papel do Judiciário inclinado a institucionalizar uma “justiça terapêutica” (Ventura, 2010, p. 135). O modelo é o do controle político e social do indivíduo normalizado, normatizado, refundado pela medicina e pelo direito no discurso patológico. É essa norma que disciplina o corpo, nomeia e vai constituir os sujeitos.

Nos corpos judicializados, o sexo é uma prática regulatória que produz o corpo que governa e vai demarcar os corpos a partir do sexo. Ao insistir que a realização da cirurgia de transgenitalização é um elemento essencial à retificação do prenome e à readequação do gênero, fica clarividente na fala do julgador, que sexo é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica o corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

O corpo que não reproduz é um corpo que atravessou os limites da legalidade e da legitimidade das “fronteiras de gênero”, logo *infratores* passíveis de “sofrer penalidades” (LOURO, 2004, p. 89).

Assim, no corpo que se apresenta como abjeto, afirma Butler: “é sua própria humanidade que se torna questionada” (BUTLER, 2000, p. 152).

O discurso de construção de corpos e de produção dos sujeitos a partir deste, também foi apontado pelo Relator no acórdão da Apelação nº 0003073-19.2009.8.26.0063. Aqui, o juiz retoma a exigência da cirurgia como condição no direito ao prenome e redesignação de sexo.

A ação foi julgada procedente pelo juízo de 1º grau, tendo seu nome alterado e seu sexo redesignado para feminino. O Ministério Público recorreu e a Procuradoria de Justiça, que emite manifestação antes do relator exarar seu voto, opinou pelo provimento do recurso, ou seja, concordou com recurso do MP de primeiro grau. Em seu parecer, o Ministério Público adverte para a impossibilidade da pretensão: “enquanto este persistir homem anatomicamente, resguardando-se, assim, o registro civil de uma contradição entre o fato anotado e o fato naturalístico”. O Relator embora reconheça a identidade feminina a partir dos pareceres médicos, e que o requerente seja portador de patologia CID F 64.0, acolheu o recurso do Ministério Público justificando o seguinte:

O autor juntou diversos atestados médicos com o diagnóstico de transexualismo (...) além de diversas fotografias que não deixam dúvidas quanto ao propósito do apelado de adequar seu corpo às formas femininas. A d. Promotoria de Justiça ponderou que este fato enseja consequências jurídicas e sociais relevantes, tais como a possibilidade do autor frequentar vestiários e banheiros femininos, **eventualmente contrair matrimônio**; de poder ser exposto à situação constrangedora e de difícil solução caso seja revistado (ex vi, em aeroportos ou postos de imigração); sem falar na remota, porém possível, situação de ter que ser recolhido a estabelecimento prisional feminino. (...) ainda não submetido à cirurgia de transgenitalização, continua sendo homem para os efeitos de registro. (Apelação 0003073-19.2009.8.26.0063) nº 2

Ao opinar pela carência da ação, por falta de interesse de agir, a manifestação registra que o documento civil é feito pelo fenótipo e que não há outra modalidade de exame a ser realizada. “É por meio da análise visual que se discrimina sexo do indivíduo no registro”. E, conseqüentemente, pelo fato de não ter realizado a cirurgia, ele não está conformado. E continua: “por obediência a esta regra que cumpre reconhecer, no caso analisado, a falta de interesse de agir do apelado”.

O caso traz ainda uma preocupação levantada pelo Ministério Público quanto à *eventualidade de contrair matrimônio*. E aqui observa-se uma relação com o conceito viável de família, de família naturalizada constituída por homem e mulher, e

de que uma decisão favorável poderá produzir “sujeitos perigosos” e que é preciso “o resguardo de terceiros(as) de boa fé em relações contratuais envolvendo o(a) requerente” (LIMA, 2017, p. 72).

A boa fé, como princípio do direito, pode ser interpretada como adianta Lima (2017):

que essa figura de terceiro(a) aqui representada pelo primeiro tipo – o que desconhece a potencial “fraude” da qual é vítima ou “ilicitude” da relação da qual se envolve, acreditando-se na sua juridicidade – ao passo que a obrigação de lealdade e honestidade seria atribuída à(a)o requerente”. (LIMA, 2017, p. 72)

O argumento de pessoa perigosa que o acórdão pode produzir e sexo biológico como elemento essencial na constituição da família reforçam a ideia de risco à família viável, como já indicado. Weeks (2000, p. 79) chama a atenção que não há mais lugar para o modelo de família dado como “normal”, e que nos debates atuais emergem um retrato de “novas famílias e o gradual desaparecimento do estigma da ilegitimidade”.

Lima (2017, p. 86) aponta que há duas questões a serem refletidas, em torno da exposição de significados atribuídos a categorias como “casamento” e “família”, mas também às designativas de “sexo”. Questões que deveriam ser enfrentadas pelo Poder Judiciário a partir de demandas de transexuais e travestis.

A conformação do corpo também foi explorada em decisão da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal Paulista. Na Apelação 0033051-03.2006.8.26.0451, por votação unânime, negaram o pedido aduzindo que: “o procedimento do registro do sexo é feito pela mera análise do fenótipo do recém-nascido; não há previsão para qualquer outro tipo de exame, exceto quando há dúvida sobre o sexo, o que não é o caso” (...) Não há como pretender retificação de nome e sexo se, para efeitos de registro, o sexo do indivíduo está adequado”.

Os mesmos argumentos são relatados nas decisões das Apelações 9103308-21.2008.8.26.0000 e 0003330-67.2011.8.26.0568, onde, além da exigência de adequação do corpo por meio da cirurgia, há um forte apelo reafirmando que gênero está colado ao corpo, mas especificamente ao sexo biológico:

O prenome é imutável, e só em casos excepcionais se admite na jurisprudência e na lei a alteração de prenome e sobrenome. Assim, em casos de erro gráfico evidente, quando se expõe a pessoa ao ridículo ou no fato de não representar a individualidade de seu portador (artigos 55, § único, 57 e 58, caput, da Lei nº 6015/73, e nos casos de coação ou ameaça

a que se referem a Lei de Proteção a testemunhas. **O mero capricho de alterar R para K não tem o enquadramento excepcional pretendido na jurisprudência.**” (Apelação 9103308-21.2008.8.26.0000)

É certo que a modificação só é lícita após definição da situação, no caso, com a realização da cirurgia de mudança de sexo noticiada. Isso porque é necessária certeza da orientação sexual, que por ora não foi demonstrado de plano, considerando que o requerente ainda encontra-se em fase de avaliação psiquiátrica e psicológica (...) nada impede o ajuizamento de nova ação após a cirurgia”. (Apelação nº 0003330-67.2011.8.26.0568) nº9

A primeira decisão entendeu que o pedido da mulher transexual não passou de *mero capricho* e que o direito não se presta a responder embustes, vaidades, desvario. A segunda fala de licitude, e que a demonstração de que não estará agindo na legalidade virá com a adequação realizada pela cirurgia de “mudança de sexo”. Logo retificar nome de duas mulheres transexuais não cirurgiadas inscreve-as em um lugar ilícito, mentiroso. Ambas já tinham seus pedidos julgados improcedentes em primeira instância. Seguir adiante é não conformar, é confrontar o Judiciário. Recorrer é resistir, é questionar, mas recorrer também é insultar, sinaliza o acórdão. Observei que no primeiro caso o desmerecimento do pedido é alocado em uma dimensão individual (capricho); no segundo caso, o argumento é a falta de atestados de especialistas (psiquiatra e psicóloga) para oferecer o diagnóstico.

No dicionário, capricho é entendido como: vontade súbita que sobrevém sem razão alguma; obstinação em alguma coisa desarrazoada, inconstância, irregularidade, variabilidade.

As percepções de Russo (2006), que indicam que ser um corpo e existir, para a lógica médica, é apresentado, a princípio, como corpo objetificado, o que a autora vai chamar de corpo pessoa que surge já na sua concepção, movimente-me a pensar sobre esse padrão discursivo que traz na matriz a fixidez do corpo. Essa produção nunca é apenas material/biológica ou cultural/social; ou seja, os nutrientes são sempre compostos das duas coisas.

O trabalho de Russo me fez refletir sobre o objeto desta pesquisa, no que se refere à mulher transexual, homem transexual e travesti, e em como a doença com as quais são catalogados está associada a não existência do corpo pessoa/corpo como objeto moralmente aceitável. E aqui se pode imaginar o saber da medicina intervindo sob a perspectiva puramente fisiológica ou bioquímica desse “objeto”.

Deste modo, temos que mudar o nome é algo sem desarrazoado, que reflete inconstância, irregularidade e variabilidade. O pedido de retificação de nome afronta

a justiça, pois, na perspectiva de muitos juristas, configura-se como um ato de vontade de um sujeito instável. E, como sabemos, a estabilidade e fixidez do sujeito é algo que historicamente foi criado para controle dos corpos e dos sujeitos. Por outro lado, a alternativa que surge é a da doença. Há o “sujeito caprichoso” que a justiça não tolera, mas se o sujeito for doente e tiver documentado sua doença, a justiça poderá fazer a concessão de considerar seu pedido de retificação de nome. É flagrante o modo como os discursos jurídicos inscrevem-se no processo de produção de sujeitos travestis e transexuais como sujeitos “doentes”.

Vieira (2012, p. 160) assinala que a realização da cirurgia é uma imposição terapêutica e que cabe ao direito andar de mãos dadas com a liberdade de cada um sobre a autonomia de seus corpos. Não se trata de “mero capricho”, alerta.

A prática judiciária chancelada por outros saberes encontrou no “inquérito”, meios de “apurar”, verdades, *quem fez o que, em que condições*, ao me inspirar em Foucault (1973, p. 20). Qual a intenção do poder do direito? qual o seu alvo? Que boas promessas o direito oferece? qual o processo que sujeita gestos, regem comportamentos e constitui sujeitos? Foucault (2014, p. 281) nos lembra de que o poder tem seus meandros, tem suas redes, tem suas técnicas, tem seus aparelhos de saber para exercê-lo. É do governo disciplinar do corpo que o poder vai se valer para produzir modelos de pessoas normais, desejáveis, calmas, controláveis e homogêneas, informa Melo, Silva e Ribeiro (234, p. 235), onde os “destoantes dos princípios de normalidade, devem ser lançados longe, à deriva”.

Mais longe ainda avança a Apelação de nº 0006114-48.2010.8.26.0472.

Neste acórdão, o relator alega que o registro civil goza de fé pública e há um contrassenso na verdade do corpo ao que deve ser noticiado no registro. Para o relator:

(...) o apelante não foi submetido a diagnóstico específico e avaliação por equipe multidisciplinar, por pelo menos dois anos, que demonstrasse a transexualidade conforme Resolução nº 1652/02 do Conselho Federal de medicina. Ocorre que a cirurgia de transgenitalização não foi realizada, conservando o apelante fenótipo masculino. O registro goza de fé pública, devendo espelhar a verdade que resultaria ferida com alteração pretendia. (Apelação 0006114-48.2010.8.26.0472) nº 10

A leitura biomédica continua a patologizar a transexualidade desde o uso do sufixo *ismo* até a exigência de diagnóstico ou procedimento corretivo, como a cirurgia.

Neste acórdão, o relator fundamenta que o autor não tem idade para se submeter à cirurgia, como determina a Resolução do CFM, ou seja, tem apenas 19 anos, contrariando a regra de 21 anos para cirurgia. Não se submeteu à avaliação interdisciplinar, como determina a Resolução, e que esta regulamentação “é utilizada como parâmetro para aferição da ocorrência do desvio psicológico, requisito essencial para acolhimento ou não da pretensão de modificação do prenome”.

Assim sendo, não foi apresentada “avaliação de equipe multidisciplinar constituída por meio da psiquiatria, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo dois anos de acompanhamento conjunto”. Não há violação ao princípio da dignidade humana ou violação a dispositivos constitucionais, vez que não houve prova conclusiva acerca da existência de neurodiscordância. (Apelação 0031545-57.2011.8.26.0114) nº15

O caso apelado pelo recurso nº 0062067-97.2012.8.26.0224, sob o nº 19, no quando geral, acompanha manifestação idêntica ao caso anterior. O juiz indeferiu a inicial por “carência da ação”. O autor alegou que teve seu direito de defesa cerceado com o fim de produzir provas, como prova oral da equipe multidisciplinar, perícia que ateste a sua condição de transexual. Entretanto, entendeu o relator que a identificação jurídica da pessoa física é concernente a dados que constituem uma consciência de si mesmo; logo, o registro civil não pode se prestar a ser instrumento de agravação de situação de opressão social e discriminação transexual ao indivíduo portador de disforia de gênero. Como a sentença antecipada não admitiu produção de prova, decidiu que era indispensável que a ação fosse devolvida ao juízo de primeiro grau, para produção de tais “provas”.

Acompanhei a tramitação deste recurso no site de consulta processual do Tribunal de Justiça, e observei que o apelante fez “provas” de sua “condição patológica” e teve sua mudança de prenome e redesignação de sexo autorizada em 18/07/2016, na 4ª Vara Cível da cidade de Guarulhos. Na sentença, o juízo informa que o pedido foi acolhido, pois foi demonstrada “prova” de identificação da autora com o universo feminino, bem como apresentados relatórios médicos e a confirmação da realização de cirurgia de transgenitalização, realizada no início de 2016, sob a alegação de que “não há como negar realidade fática e que autor é do sexo masculino e seu prenome está compatibilizado com seu sexo, e não à sua “opção sexual””. Esta decisão afirma, como em outros argumentos já apontados, que

“sexo” é o elemento essencial no designativo do nome e do gênero (Apelação 377.895-4/3-00), listada sob o nº 27 no quadro geral.

Esta outra apelação reivindicava a retificação de registro civil e a exigência ao Estado para realização da cirurgia de transgenitalização de mulher transexual. A ação foi indeferida na primeira instância.

O relator destaca que a requerente informa em seu apelo que havia “se autolesionado, quando extraiu pessoalmente os testículos e necessita de cirurgia adequada” e que “está inscrito em fila de espera para o tratamento, o que deve ser definido pela equipe multidisciplinar”, e continua:

(...) O apelante se apresenta como transexual que é considerado pelo Conselho Federal de Medicina, como o portador do desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e ou auto-extermínio. O transexualismo é definido como transtorno de identidade pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e, portanto, uma doença, que reclama tratamento médico, e que só pelo especialista médico pode ser deliberado. Por isso é que o Conselho Federal de Medicina fez editar a mencionada Resolução CFM nº 1652/2002. 9 (...) “Por ora, é pessoa do sexo masculino, embora, ao que tudo indica, se apresente, fisicamente, com todas as formas predominantemente femininas. Resolvida no âmbito médico a questão da transexualidade, oportunamente se poderá tratar de alterações no Registro Civil. (Apel.417.413 -4 / 5 – 00) nº 32

O caso acima é intrigante, pois faz pensar como o direito, que deveria enfrentar tais questões sob a perspectiva da autodeterminação dos sujeitos, ou sob a ótica dos direitos humanos, mais uma vez devolve para o sujeito a responsabilidade pela não adequação do corpo. Conforme já destacado, a cirurgia de redesignação de sexo e gênero não é coberta por planos de saúde e a fila de espera em hospitais públicos no Brasil é longa, conforme já destacado em capítulo anterior. Não enfrenta, ainda, e tampouco questiona o sofrimento envolvido na automutilação, o que faz pensar que o direito reproduz o modelo biomédico de saúde voltado apenas para laudos, não escutando pessoas, seus afetos, suas motivações e seus sentidos diante da existência.

O corpo da travesti e de transexuais novamente sendo punido. Bento (2012, p. 7) argumenta que as experiências trans têm mostrado que esses marcadores de gênero não podem ser lidos como os únicos possíveis, e que os saberes que insistem na patologização abraçam um discurso oficial que amarra o gênero com uma perspectiva da medicalização. Seus questionamentos às autoridades

credenciadas na produção do diagnóstico, a que o acórdão se submete, é um indicativo de que o poder jurídico engrossa o discurso de saberes que tem como única “finalidade manter os gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual” (BENTO e PELÚCIO, 2012, p. 579).

Para elas, é preciso pensar em identidades trans muito além do padrão que define o que seja “homem”, “mulher” de “verdade”.

As contribuições de Nicholson (2000, p. 30) ajudam-nos a pensar os sentidos atribuídos à mulher transexual e à travesti a partir de uma ampla e complexa rede de características. Pensar para além do fundacionalismo biológico, além dessa amarração de características únicas de “mulheres” de “verdade”, de “mulheres” com vagina. Como lembra a autora, o jogo das palavras não se dá em um sentido único. A trama é complexa demais nesse tear de cores que se cruzam e se diferenciam.

A condição da identidade transexual a partir de critérios biológicos foi encontrada nos acórdãos, tanto patrocinados pelo autor da ação – o interessado, quanto nos do MP. Ela aparece também em manifestação dos relatores que justificam a decisão nos dois sentidos, favorável e contrária.

Nesse outro acórdão o autor pedia apenas a redesignação de seu sexo, pois havia retificado nome em ação anterior. A relatora acompanhou manifestação da Procuradoria de Justiça, que destacou que:

O que importa aqui é que foi reconhecida, por médicos, a condição de transexual e que, em razão dela, a interessada se submeteu, cirurgicamente, à alteração morfológica, de modo que, presentemente, possui aparência de indivíduo do sexo feminino. Não declarar essa condição no registro civil seria perpetuar o estado de inadequação da interessada. (Apelação nº 0015957-43.2010.8.26.0664) nº4

Na Apelação 0619880-42.2008.8.26.0100, identificada sob o nº 17, no quadro geral, as referências ao atestado pela medicina para fazer valer a prova da documentação que legitima o discurso biomédico, tais como laudos endócrino, de implante mamário, laudo pericial, avaliação psiquiátrica, de ultrassom e outros que pudessem comprovar a sua “condição de adequado”, serão relevantes para negar o apelo do Ministério Público.

Acórdãos, como já indicado, são documentos que produzem falas e uma linguagem de compreensão dos sujeitos. Há que se destacar, ainda, uma fala privilegiada nos acórdãos a partir de uma linguagem específica dos juízes, um

instrumento de ação e poder, alerta Oliveira e Silva (2005, p. 248), e que vai expressando a ideologia dominante de um grupo.

As narrativas dessas decisões deixam evidente que essa fala do operador do direito que julga e forma a linha inteligível do sujeito, além de se apropriar de uma interpretação da medicina, que lerá o corpo e contribuirá para atestar verdades em cada decisão, forma um arsenal de significados, de modo a padronizar uma política de produção da verdade sobre o sujeito. Quem é essa pessoa que se arma de provas para obter um documento que a traduza a partir do que se espera dela? Qual a lógica do processo? A prova está conectada com a ideia de verdade, lembra Freire (2015, p. 91). É ela que não permitiu que uma mulher transexual tivesse seu pleito acolhido, pois “a mudança do autor” não trouxe verdades convincentes ao Ministério Público de primeira instância, senão apenas uma ideia de ser comparado a um leão sem juba, um corpo que não tem capacidade reprodutora, um registro que não “reproduz a verdade”. Mas qual verdade as narrativas pretendem reproduzir?

João nasceu com genitália masculina e desde os 5 anos de idade identifica-se com o sexo oposto. Aos 15 anos de idade travestiu-se com roupas femininas, passando a fazer uso de hormônios femininos e submetendo-se a cirurgia de redesignação sexual. Aduziu sofrer constrangimentos e humilhações por ter características físicas e psicológicas femininas e possuir documentos pessoais com nome civil e gênero masculino. (Apelação 007402108.2010.8.26.0224) nº12

Há, neste parecer do Ministério Público de primeira instância, uma fala reforçando um discurso preconceituoso e discriminatório. Segundo ele, a capacidade reprodutora é um atributo das mulheres, assim: “Seria o mesmo que um homem querer ser leão, sentir-se como tal, comportar-se como leão, implantar 'juba', (...) não possuir células típicas de leões e (...) possuir meios reprodutores de leões”.

Um homem sem pênis, uma mulher sem vagina é tal qual um leão sem juba. Aqui vale trazer as palavras de Foucault (2002), em *A Verdade e Formas Jurídicas*, que tornam esses processos verdadeiras produções de conhecimento dos sujeitos no direito. O “inquérito” e o “exame” “são formas de saber-poder”, que funcionam estrategicamente nessa produção do sujeito (FOUCAULT, 2002, p. 126).

O parecer do MP foi relevante no convencimento do juiz de primeiro grau, que decidiu pelo não acolhimento do pedido desta mulher transexual. A procuradoria de

segunda instância foi favorável à retificação pretendida, e assim se posicionou o relator do acórdão:

(...) João sustentou ser portador da patologia disforia de gênero (CID F64.0), vulgarmente denominada transexualismo. (...) cabe ponderar que o registro civil, de todo modo, não pode se prestar a ser instrumento de agravação da situação de opressão social e discriminação do transexual ao portador de uma doença, como visto, perpetuando elementos identificadores da pessoa que são absolutamente incompatíveis com a condição física e psicológica assumida pelo transexual. (...) a aparência do autor é, verdadeiramente, a de uma mulher, o que se revela pelo corte de cabelo, pelas roupas e adornos, típicos do sexo feminino (fls.154/158) (...) no que toca ao pedido de modificação do sexo jurídico, também se mostra atendível, na medida em que o autor já se submeteu à transgenitalização, não sendo compatível com sua condição, a manutenção do sexo masculino em seu registro de nascimento, porquanto importaria, ainda em constrangimento ao requerente.(Apelação 007402108.2010.8.26.0224) nº12

A técnica discursiva de produção dos sujeitos e das identidades é constituída a partir de atributos que historicamente sempre estiveram presentes nessas produções. Roupas, adereços, adornos, *típicos do sexo feminino*, apontam para o binarismo de gênero.

O caso reflete bem a ideia de como uma pessoa é constituída histórica e culturalmente, e como o significado de suas histórias não corresponde ao que se esperava de cada um. A prática discursiva produz, constrói Julia, nomeada e reconhecida no processo por João, e conduz sua história a partir de sua genitália ancorada no saber biomédico, ao fixar critérios racionais que aparecem como objetivos e no poder, à medida que constitui os princípios de regulação de conduta segundo os quais funcionam as práticas sociais de disciplina (LARROSA, 1994, p. 76).

Júlia tem um corpo materializado e lido pela meticulosa vigilância da norma que vai ultimar a decisão da ciência jurídica. O discurso jurídico opera de forma articulada com outras instâncias de saber, reiterando práticas hegemônicas que materializam sua identidade civil a partir do que Butler (2000: 147) chama de o “corpo viável”.

A experiência de Júlia não difere muito das histórias que “colecionei” em minha trajetória profissional. Nesta trajetória, observei que poucas pessoas transexuais desafiam o diagnóstico da patologização, já que este ainda é um caminho para a conquista da identidade civil junto ao Poder Judiciário.

Nesse aspecto, talvez seja preciso emprestar a lição de fundacionalismo biológico de Nicholson (2000) para repensar essa hegemonia do pensamento biológico, que tem servido de base para o discurso jurídico, reforçando a ideia de sexo biológico como fundante no que é imutável, à medida que o corpo é lido a partir desses fatores.

Outra experiência que atesta as verdades e as formas de produção de conhecimento foram encontradas em Vianna (2014), que etnografou processos judiciais de guarda de menores, demonstrando que as narrativas sempre estão reforçando as representações e flexibilizando ou adequando tais representações, como melhor família, melhor casa, ou de um corpo adequado a obter a certificação produzida pela verdade jurídica, como se nome e sexo respondessem ao fenótipo e outras produções de poder que fixam e restringem os sujeitos a partir de papéis e da burocracia judicial.

Decisões que acolhem a sentença de primeiro grau que decidiu pela extinção do processo por carência da ação têm sido muito comuns, ainda hoje, em primeira instância. No curso desse estudo, localizamos, inclusive, que foi no ano de 2012 que o Tribunal Paulista recepcionou a primeira decisão de retificação de prenome e de sexo sem a realização de cirurgia de transgenitalização.

Apesar do entendimento de uma das Câmaras de julgamento, esta não tem sido uma regra que acompanha os casos que chegam ao juízo de segundo grau. Tal fato aparece na análise do caso registrado sob nº 7, 9, 10, 14, 15, 18, 20, 41, 42, 43, 44, 45. Neste caso analisado observa-se que a decisão da 8ª Câmara de Direito Privado, do ano de 2015, manteve a sentença de primeiro grau, que concluiu pela improcedência da ação, sob o seguinte argumento:

(...) considerando que o apelante não foi submetido à cirurgia para ablação dos órgãos externos masculinos e, de outro, que os elementos identificadores da pessoa humana, contidos no registro de assento de nascimento, devem ser compatíveis entre si -, não é certo que uma pessoa do sexo masculino porte um nome feminino. (...) Assim, não bastam apenas mudanças na aparência, é necessária a completa transformação, através de procedimento cirúrgico para a certeza da orientação sexual. Nesses termos, há falta de interesse de agir do apelante, pois, não é possível pretender a retificação de nome, se o sexo do indivíduo não foi alterado(...).(Apelação 0003616-512012.8.26.0587) nº 20

Outra apelação, que utiliza argumento biológico para sua asserção sugere que a simples manutenção do sexo masculino, em um prenome feminino, não traz

constrangimentos para o sujeito da ação. A apelação, ingressada tanto pelo MP, que pedia a manutenção da sentença de primeiro grau, que não havia alterado o sexo, quanto pelo interessado, que pedia a reforma, no sentido de que fosse retificado seu nome para Luíza e a retificação do sexo feminino. Para o juiz de primeira instância:

(...)alguns prenomes são utilizados tanto para pessoas do sexo masculino quanto do feminino ("Darci", "Juraci", "Nadir", por exemplo), além do que prenomes femininos de origem estrangeira podem soar masculinos por terminarem com a vogal o (o prenome japonês "Fumiko", por exemplo) e por outro lado, prenomes masculinos às vezes são interpretados como femininos (o prenome italiano "Michele", por exemplo)" (fl. 34) (Apelação Cível nº 209.101.4/0 – TJSP). nº25

A decisão de segundo grau reformou a sentença de primeira instância, justificando que uma vez realizada a cirurgia de redesignação sexual ou de mudança de sexo em um transexual, o direito, a sociedade e o Poder Judiciário devem lhe propiciar uma “vida normal”.

Destaca a decisão que a pretensão do autor não importa, em prejuízo à sociedade, e que “não se pode deixar de reconhecer ao autor o direito de viver como ser humano que é 'amoldando-se' à sociedade em que quer fazer parte”. Este argumento realça a matriz heteronormativa do binarismo do gênero, validada pela decisão. O relator faz ainda um debate sobre família, procriação e direitos previdenciários, que, a princípio, poderiam apresentar efeitos indesejáveis à alteração pretendida, pois os argumentos contrários nesse sentido são sempre o de proteger terceiros de boa-fé de “sujeito perigoso” (LIMA, 2017) produzidos pelos acórdãos.

O maior dos efeitos da autorização judicial seria, assim, o surgimento do risco de ocorrência de casamento homossexual – homossexualidade esta que se fundaria na permanência do “sexo verdadeiro” a eles(as) atribuído ao nascer e definidor de sua identidade, o que faria com que uma união “aparentemente” heterossexual fosse, “na realidade”, união homossexual. Essa confusão leva a subentender que o “sexo” de pessoas transexuais é elaborado como permanente, inalterável e verdadeiro em essência – opondo-se à “falsidade” da identidade de gênero reivindicada por autodeterminação. (LIMA, 2017, p. 81)

O argumento biológico foi também notado em uma pesquisa realizada pelo Grupo de Estudo de Direitos e Sexualidade, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por meio de uma pesquisa sobre acórdãos judiciais realizados em todas as unidades da federação, no período de 2005 a 2010, com

forte apelo medicalizante na apreciação dos processos. A partir de 89 acórdãos selecionados, a pesquisa concluiu que há um elemento discriminatório no judiciário brasileiro no que se refere ao pleito de pessoas transexuais. Pessoas cisgêneras têm um percentual de deferimento do pedido, 84%, acima dos pedidos de pessoas transexuais, 68%. Não há qualquer debate sobre a autonomia dos sujeitos e seus corpos.

Neste eixo biomédico não tive a pretensão de fechar o debate a partir das formas linguísticas cristalizadas nas decisões. Tais narrativas sugerem que a validade das provas presentes nos processos são falas atestadas, tanto pelo autor dos processos, pelo Ministério Público, quanto pelos especialistas. São falas que têm estatuto de verdade, pois trazem a chancela credenciada pela autoridade médica. Tais discursos interpretam o significado de mulheres e homens de formas restritivas, ainda que, nesta segunda década do século XXI, a resposta judicial tenha avançado neste campo. Aqui retomo um pensamento de Nicholson (2000:35), de que é preciso olhar esse sujeito como em uma “tapeçaria”, além dos padrões de cada nomenclatura.

5.2 A “Verdade” do Direito

A desconstrução das verdades que ganham relevo na jurisprudência e que ainda prevalece em muitos julgados não apenas na Corte Paulista, à luz do direito, concebeu travestis e transexuais do que se empreendeu como certificado, normalizado no corpo.

As exigências pelas quais um processo dessa natureza sustenta já nesta fase, atenta para uma arbitrariedade capaz de afastar o sujeito transexual, travesti do processo judicial. O fenômeno real do poder funciona, assim, estrategicamente entre aqueles e um cidadão heterossexual que decide retificar seu nome.

Ruth, como já indicado em outra seção, mulher heterossexual, decidiu alterar seu nome, pois desde a tenra infância sofria situações constrangedoras no espaço escolar. E mais, a decisão relata que, por vezes, a requerente teve seu nome confundido ao de uma travesti. Tais dissabores convenceram o juízo a retificar seu nome apenas a partir de documentos pessoais juntados aos autos.

(...)traria aborrecimentos desde o período escolar, já que seria alvo de piadas, notadamente durante a chamada, quando então os colegas a apelidariam de "Rúcula" ou "Rubrica", dentre outros, situação que teria sido percebida pelos professores que não mais pronunciariam o nome, limitando-se a avistá-la e registrar a presença.(...) bem assim como no ambiente do trabalho também teria ouvido alguém dizer que pareceria nome de travesti, o que lhe teria causado grande mal estar, de forma que teria adotado o apelido Ruth, como então seria conhecida na sociedade.(...) (Processo Digital nº: 1000342-45.2015.8.26.0009 - Restauração de Registro Civil – Foro Regional Vila Prudente – SP 2ª Vara Cível. (grifo nosso)

Nessa construção, vale resgatar as indagações de Michel Foucault, tanto sobre os sujeitos, quanto sobre as estruturas que vão se ocupar desse sujeito e construirão estratégias de apagamentos de alguns.

Seu discurso sobre as verdades e as formas jurídicas reacendem um debate necessário na ordem do dia, o do sujeito normal e patológico. Para Foucault (1973, p. 8), o próprio “sujeito do conhecimento tem uma história”, a relação do sujeito como objeto, ou, mais claramente, “a própria verdade da história”. Que discurso atende as falas de Ruth ou Katty, que desejam ter seus nomes retificados?

O nome é imutável, diz a sentença de Katty, em contraposição à decisão de Ruth. *Assim, em casos de erro gráfico, evidente, quando expõe a pessoa ao ridículo ou fato de não representar a individualidade de seu portador. (...).* A decisão ainda informa que foram juntados documentos pessoais, mas que não há registro de realização de procedimento cirúrgico de transgenitalização, o que quer dizer que o *mero capricho de alterar Renato para Katty não tem o enquadramento excepcional pretendido na jurisprudência* (Apelação 9103308-21.2008.8.26.000). nº7

Essa decisão que nega a retificação de Katty produz um discurso do direito não restrito ao poder de lei, que autoriza um e nega o outro, mas um discurso construído a partir de concepções de uma microfísica do poder, de suas práticas e “onde nasceram modelos de verdades” (FOUCAULT, 2002, p. 27). E este é o modelo de sujeito constituído e construído pelas duas decisões. *“Um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história.”* (FOUCAULT, 2002, p. 10).

O processo é a forma de saber alinhada a conteúdos científicos, que exercerão modalidades de aquisição e formas de poder de extrema vigilância sobre

os corpos não inteligíveis e organizados na sociedade. Nesse aspecto, o acórdão é instrumento de eficiência que autentica uma verdade a partir do corpo espelhado.

A eficiência autenticada no acórdão da Apelação 328.0005-4/0-00 explica como a disciplina do corpo está ancorada na norma, vigia, pune e se impõe como verdade:

erro nunca existiu, a alteração não se mostra possível, porquanto não está em desconformidade entre o prenome e o aspecto físico da autora, que nas razões de seu inconformismo, refere estar se submetendo a tratamento psiquiátrico e hormonal visando uma futura faloneoplastia, quando então, poderá ver albergada sua pretensão. (Apelação 328.0005-4/0-00) nº26

O que interessa nesse estudo não são necessariamente as visões preconcebidas empregadas pelo direito enquanto poder soberano, legal e jurídico, que fragilizam, inclusive, o debate sobre gênero, sexo, sexualidade e a vida, e do qual deveriam se ocupar as decisões. Interessa mais, como alertou Foucault, refletir sobre as relações e as formas políticas, sociais e econômicas que chegam à verdade e as práticas que conduzem essas, que puniu o corpo apontado como abjeto e contemplou o corpo cisgênero.

O argumento da imutabilidade do nome surge nos acórdãos a partir do disposto no artigo 58 da Lei de Registros Públicos. Entretanto, tal regra tem se mostrado mais relativa à medida que, combinada com o artigo 55, da mesma lei, que prevê a hipótese de expor o interessado ao ridículo ou no caso de apelido notório, tem abrandado o argumento da imutabilidade. É neste dispositivo que a jurisprudência tem amparado a retificação de nome de pessoas transexuais.

Outra verdade que sugere que a sexualidade é um dado da natureza argumenta que o corpo que invoca a alteração do nome e a redesignação do nome não corresponde à regra da realidade naturalística, bem como da verdade registral. Esta manifestação está encartada nos acórdãos abaixo:

Não é certo que uma pessoa do sexo masculino porte um nome feminino, pois não corresponde à realidade. Não basta alterações na aparência, é necessária completa transformação”. (Apelação 0003616-51.2012.8.26.0587) nº 20

Não há como negar realidade fática. O autor é do sexo masculino e seu prenome está compatibilizado com seu sexo, não à sua opção sexual, ainda que perante seu grupo continue se apresentando como Adriana. (Apelação 377.895-4/3-00) nº 27

A verdade registral e a realidade naturalística são argumentos jurídicos que têm insistido na verdade da certidão de nascimento, que corresponda ao que a ciência jurídica indica como o espelho de cada sujeito. Um espelho que retrata a verdade a partir da lógica biológica de cada um.

A compreensão da realidade naturalística pressupõe no direito o conceito de fé pública que os registros públicos têm. Logo, as informações que serão ostentadas neste documento fazem um desenho do princípio da veracidade dos fatos, com caráter definitivo. E aqui a lógica do direito é o de resguardar a lógica registral, sugerindo, inclusive, que retificar um nome de um homem com vagina traria inúmeras consequências para a confiabilidade da fé pública. A realidade naturalística e o espelho da verdade são componentes que remetem à matriz biológica. E, como temos realçado no âmbito deste estudo, têm sido argumento tanto para autorizar, como para rejeitar a retificação de nome e redesignação de sexo/gênero.

Por fim, o princípio constitucional da dignidade humana encontrado em alguns acórdãos, sugere que a retificação do prenome e do sexo/gênero é um direito fundamental.

Conservar o “sexo masculino” no assento de nascimento do recorrente, em favor da realidade biológica e em detrimento das realidades psicológica e social, bem como morfológica, pois a aparência do transexual redesignado, em tudo se assemelha ao sexo feminino, equivaleria a manter o recorrente em estado de anomalia, deixando de reconhecer seu direito de viver dignamente (...). O direito não pode fechar os olhos para a realidade social estabelecida, notadamente no que concerne à identidade sexual, cuja realização afeta o mais íntimo aspecto da vida privada da pessoa. (Apelação 9069885-07.2007.8.26.0000) nº 6

Reforça, assim, que não há violação ao princípio da dignidade humana, pois não houve prova conclusiva acerca da existência de neurodiscordância de gênero. No caso seguinte, em que o autor alega a violação ao mesmo princípio constitucional, ante a negativa de seu pedido, o relator destaca que há no recurso apenas a intenção de desqualificar a sentença, desvirtuando o foco do documento atacado.

(..) não há de falar-se em afronta a dispositivos da Constituição Federal. Em verdade, é patente a intenção do requerente de dar contornos

constitucionais a tema que não tem, minimamente, esse alcance, buscando levar a discussão a outro plano recursal. A realidade é outra: inexistente, de forma alguma, violação (direta ou, mesmo, indireta) a qualquer cânone constitucional. Não pode ser esquecida a palavra do Pretório Excelso: “é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao não admitir, em R. E., alegação de ofensa indireta à Constituição Federal, por má interpretação ou aplicação e mesmo inobservância de normas infraconstitucionais” (Agravio Regimental no Agravo de Instrumento nº 192.048 MT, 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, v. un., Rel. Min. Sydney Sanches, em 28/6/02, DJ de 30/8/02, pág. 84). Nada há a ser alterado. (Apelação nº 0025917-51.2013.8.26.0071) nº45

O entendimento do Tribunal Paulista começa a ser, timidamente, alterado a partir do ano de 2012, ainda que algumas decisões que alcançam a segunda instância continuem a ser negadas, como, por exemplo, na 8ª Câmara de Direito Privado. Resistente a decisões favoráveis em processos em que a cirurgia de transgenitalização não havia sido realizada, aquela Câmara começou a seguir o entendimento das outras apenas no ano de 2016. Ainda que tal constatação não seja objeto de análise desta pesquisa, pois o recorte temporal vai de 2000 a 2015, este dado revela que há, no Judiciário paulista, apesar do seu viés conservador e da leitura dos sujeitos e da construção das identidades desses sujeitos, a partir do saber médico e jurídico, um avanço jurisprudencial nos últimos dois anos. A partir de maio de 2017, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que diz não ser a cirurgia de transgenitalização requisito à retificação de nome e redesignação de sexo/gênero, o efeito da decisão deve se consolidar no Tribunal paulista.

Essas decisões revelaram que, dos recursos ingressados na Corte Paulista, a maioria é de autoria do interessado, aquele que requereu a ação, contra 14 (catorze) recursos ingressados pelo Ministério Público. Os dados, entretanto, referente aos recursos do autor, traz uma amostra de que a decisão de primeira instância, embora tenha sido desfavorável, foi avalizada pelo Ministério Público lá na decisão de origem, de primeiro grau. Logo, o Ministério Público, na sua primeira atuação, emite opinião de modo a conduzir a decisão de primeira instância de forma negativa. E, no mesmo sentido, quando esta se revela positiva em primeira instância, o recurso do MP é certo. Ou seja, ou o Ministério Público silencia, ante uma sentença desfavorável, ou recorre, quando a decisão é favorável ao autor da ação.

Recursos impetrados pelo interessado – requerente/autor da ação – protestavam pela reforma de sentenças que negaram o pedido em razão da não

realização da cirurgia, imutabilidade do nome, idade legal para se submeter a procedimento cirúrgico – o que consequentemente extinguiu o processo por carência da ação –, falta de interesse em agir e impossibilidade jurídica do pedido; ou ainda, que retificaram apenas de nome, e não do sexo/gênero.

Os discursos dos acórdãos, ainda que acenem para avanços do poder judiciário, como é o caso registrado em outro tópico, da criança de Sorriso, no Mato Grosso do Sul, decretam princípios que legitimam a readequação do corpo:

Isso significa considerar que a identidade sexual não é uma livre escolha ou uma livre construção do sujeito; assim, uma nova identidade sexual só é admitida como uma contingência – o transtorno psíquico do transexualismo – para a qual a medicina deve viabilizar a “cura” e o direito deve assegurar. (VENTURA, 2010, p. 139)

Assim, nesta análise procurei explorar as noções da produção que estão na base desses discursos dos acórdãos, a partir da lente dos laudos e da farta documentação que fazem “provas” nos processos. Essa documentação vai produzir um sujeito a partir de uma identidade fixa. E, aqui, o discurso jurídico não dialoga com outros documentos produzidos pelos estudos de gênero para enfrentar reivindicações de sujeitos cujas performances transitam e se cruzam entre fronteiras.

O que é normal nesse acórdão às normas produzidas pelo conhecimento, pelas relações de poder dominante? Um registro civil normal? Um corpo educado no registro? Uma pista inspira-nos a pensar o direito além do que pode ser explorado sobre as identidades e as diferenças, sobre o que pode ser estranho, sobre uma mulher cuja identidade civil seja reconhecida como feminina muito além de uma vagina. E aqui cabe recuperar a ideia da campanha da Chrisallys, de que o direito precisa enfrentar as demandas das mulheres transexuais, de homens trans, de travestis e de outros transgêneros, além dos significados da heteronormatividade que a prática judiciária tem reforçado em seus acórdãos, ainda que avanços tenham sido sinalizados, ao dispensar a cirurgia de transgenitalização como requisito à mudança do nome e redesignação do sexo.

O pensar deste estudo propõe o questionamento da prática discursiva do direito e provoca: a serviço de quem está o conhecimento jurídico?

As impressões que encontrei são de uma perspectiva que amarre o sujeito a partir de uma relação de poder, pois, sugere Silva (2010, p. 120), *“não existe poder que não se utilize do saber, sobretudo de um saber que expressa como conhecimento das populações e dos indivíduos submetidos ao poder”*.

E assim vale refletir sobre a verdade que esse discurso jurídico produziu, quais os significados e porque ela foi produzida.

O que se percebe é que há, nesse emaranhado de significações de produção de identidades, a partir da biopolítica dos corpos, uma lógica da normalidade do binário, em um contexto de relações de poder, e não sob a perspectiva de escolha do outro. A verdade que disciplina o nome e o gênero a partir do sexo. O que sugere que corpo e sexo não estão deslocados desse regime de disciplina e de normalização.

Nikolas Rose (2001, p. 140) lembra que há uma ansiedade nas mais variadas conjugações de práticas que buscam governar os atos de vida dos sujeitos e de suas identidades, e nessa prática imagino que o complexo jurídico não está isento.

Sua obra ajuda a refletir que os acórdãos localizam o sujeito em um lugar que foi plantado, organizado e produzido para recepcioná-lo. O discurso do acórdão ocupa um estatuto do que deve ser dizível, audível, operável (FOUCAULT, 1986, p. 61). O acórdão é mais do que mera “fala”, quando acolhe pedido do Ministério Público, que não reconhece na pessoa transexual, a identidade a qual se relaciona consigo mesma. O MP organiza uma fala que está alojada em um regime que a reduz a um significado definido por uma maquinaria estratégica, que define pessoas ao longo do tempo de época em época.

Rose (2001, p. 175), ao explorar as maquinações de corpos-sujeito, sugere que as *tecnologias de subjetivação são, pois, as maquinações, as operações pelas quais somos reunidos* e que produz certas formas de “ser-humano”, o que nos faz interrogar: que componentes de subjetivação os acórdãos estão organizando? Que humanos estão produzindo?

Essa fixação do direito e das instituições na definição de uma identidade a partir da genitália remete ao trabalho de Michel Foucault em *Herculine*, e, como sugere Weeks (2000, p. 46), “define verdadeiras características femininas e masculinas aliadas a um novo zelo em definir, nos discursos do judiciário, médico e

político, o que é “normal” ou “anormal””, e que remete “à identidade de gênero socialmente aceitável.”

Como já enfatizei, há aqui um forte apego à norma que definiu a normalidade e anormalidade. Logo, ambas são construídas estrategicamente por relações de poder. Uma fixação do direito que visa ao controle dos corpos, como indica Foucault a esse tipo de fazer política, a biopolítica, que se lê da seguinte decisão, onde o relator opinou pela mudança apenas do nome, pois entendeu que:

A identidade biológica do apelante (do sexo masculino, fls. 23), ainda que instalado o quadro psicológico retratado, é imutável. O registro deve refletir a identidade biológica do apelante, imutável, repita-se, atendendo-se, sem maiores delongas, a autenticidade exigida no art. 1º da Lei 6015, de 1973.(Apelação 990.10.115057-3)nº38

Observa-se aqui a ciência operando o seu poder no controle da vida – o biopoder. O fundacionalismo biológico assume assim a base onde significados culturais são constituídos e se inscrevem sem qualquer embaraço na produção do direito.

Nesse outro acórdão da Oitava Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça Paulista, mesmo que a cirurgia tenha sido realizada, o relator linha sua argumentação no saber dos especialistas, para tentar “entender” a uma mulher transexual.

Há outras e muitas explicações. Mas todas, ou a grande maioria, "os especialistas quase por unanimidade afirmam que (o fenômeno) se origina antes de a criança ter capacidade de discernimento, com possibilidade de surgir por volta dos dois primeiros anos de vida". O fenômeno - digamos melhor e com suavidade - o milagre de F, foi responsável por um corpo com órgãos sexuais masculinos, mas com uma alma essencial e docemente feminina. Uma mulher num corpo masculino. Quase masculino. Com um genital masculino. A consequência deste prodigioso acidente, digamos assim deste milagre da natureza, é chamado de "Disforia de Gênero" ou "Transtorno de Identidade Sexual". Foi o que o trabalho médico e psiquiátrico (fls. 23) constatou, ou diagnosticou, e deu ainda outro e mais conhecido nome: transexualidade primária.(...) Agora, a medicina vem em seu auxílio, já familiarizada com sua situação. Já não se importam os médicos com a criminalização da cirurgia, vista antigamente de modo estreito, como lesão corporal grave porque interpretada como mutilante. Hoje o Conselho Federal de Medicina em Resolução (1.482/97) admite e disciplina a transgenitalização, a neovulvoplastia como solução reparadora, terapêutica (Apelação 352.509-4/0-00) nº28

O único recurso interposto por uma travesti, do município de São José do Rio Preto, cujo processo foi extinto, sem julgamento do mérito, teve o parecer favorável da Procuradoria de Justiça, mas não mereceu a acolhida do relator, cujo voto foi acolhido por unanimidade pela 8ª Câmara de Direito Privado do órgão paulista. Em seu voto alega que apesar dos laudos anexados confirmem a travestilidade, não há qualquer erro a ser apontado que justifique a pretensão de mudança apenas de nome.

(...) considerando, de um lado, que o apelante não foi submetido à cirurgia para ablação dos órgãos externos masculinos e, de outro, que os elementos identificadores da pessoa humana, contidos no registro de assento de nascimento, devem ser compatíveis entre si -, não é certo que uma pessoa do sexo masculino porte um nome feminino. De mais a mais, apesar de haver possibilidade de alteração do registro civil para o caso de transexualidade, é necessária que haja, previamente, a mudança definitiva de sexo por meio cirúrgico, pois, não pode o apelante pretender portar o nome Paula e o sexo masculino, que não correspondem à realidade. Assim, não bastam apenas mudanças na aparência, é necessária a completa transformação, através de procedimento cirúrgico para a certeza da orientação sexual. Nesses termos, há falta de interesse de agir do apelante, pois, não é possível pretender a retificação de nome, se o sexo do indivíduo está adequado. (Apelação nº 0019307-41.2012.8.26.0576) nº44

Aqui encontramos duas decisões fundamentadas na lógica legal e com assunção de documentos do saber biomédico para firmar sua lógica argumentativa. Esta premissa é muito presente na maioria das decisões que analisei. Há referencial significativo desses dois componentes nas decisões. Eles nunca estão sozinhos ou isolados. A retificação de prenome, no caso de travestilidade, será sempre um campo de disputa no judiciário, onde a autoidentidade é estranha na avaliação de um pedido dessa natureza.

Esse mapa linguístico que emerge das entrelinhas dos acórdãos veicula uma ideia de norma como disciplina regulação da gestão da vida e norma como mecanismo condutor do biopoder.

As expressões: “doente”, “CID”, “DSM”, “patologia”, corpo adequado, corpo não adequado, “fenótipo”, “genótipo”, “reprodução” são significações que assegurem o “melhor” e “o bem estar” que formularão verdades para e sobre o sujeito.

A última palavra em um processo judicial nunca será daqueles cujas relações de poder cercaram. Vale, porém, emprestar a análise construída por Bezerra Jr, de que é preciso apostar em alternativas que “ofereça respostas às mudanças” e às

diferentes formas de vivenciar o gênero, sexo e a sexualidade (BEZERRA Jr., 2006: 108), como uma lei que possibilite a retificação de nome e gênero de forma mais simplificada.

Ao encerrar esta pesquisa, trago uma análise geral de como o discurso biomédico e jurídico foi componente essencial no “nomear” sujeitos, seus corpos, sua sexualidade, seus desejos, sua afetividade e seus prazeres. O contato com trabalhos de Zambrano (2003), Ventura (2010), Freire (2015), Bento (2012) me ajudaram na compreensão de como o direito é um campo de disputas de poder.

Para Zambrano (2003, pp. 93 e 94), o direito é um dos responsáveis por acarretar inúmeras dificuldades na vida das pessoas transexuais, como o exercício da cidadania. Nesse aspecto, a cultura tem um componente muito presente nas classificações e nas construções de padrões de pertencimento a um sexo, mas não consegue pertencer como um todo. Para a autora, uma norma que legislasse sobre a autonomia dos sujeitos, sem a submissão à cirurgia, à mudança de prenome e redesignação de sexo, provocaria as instâncias todas a repensar neste lugar social em construção para os transexuais. Ventura (2010), por sua vez, aponta que os efeitos das normas e práticas judiciais restringem tanto a autonomia da pessoa transexual, como não acompanha aqueles com “transformações corporais não lícitas”, já que essas são impedidas de ter sua identidade civil alterada, como as travestis. Essas restrições delimitam, ainda, quem são “os sujeitos de direito de uma política”, como informa Freire (2015). Seu trabalho, ao apresentar as instâncias que assistem pessoas transexuais em busca da requalificação civil, a partir do Nudiversis, repousa em uma crítica de como a “promessa de “mudança de sexo” nunca poderá ser efetivamente cumprida enquanto as normas que regulam os gêneros se mantiverem em uma oposição binária que não apenas reproduz, mas também está a serviço de uma noção restritiva de sexo (FREIRE, 2015, p. 179). E nessas promessas o autor não eleva suas críticas ao trabalho realizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, mas à gestão estatal, que não atentou, ainda, às “múltiplas constituições de sujeito de direitos”, em uma sociedade democrática e plural.

Neste pesquisar, esta dissertação não se distancia muito dos trabalhos que busquei relacionar acima, à medida que pude observar que o direito e o modelo biomédico estabeleceram uma relação íntima e caminham de mãos dadas.

Considerando que não há uma legislação que autorize a retificação de nome de pessoas trans, mas cuja interpretação da legislação atual não proíbe, a condução desses acórdãos segue uma lógica que bebe na ideia de natureza para autorizar ou não a retificação do nome e a redesignação de gênero dessa população. A cirurgia é uma das provas que confere uma racionalidade que nomeia, produz um discurso e fabrica o sujeito, ainda que sinalizações noutra sentida sejam a realidade no judiciário de hoje. O risco, entretanto, volta-se àqueles que não se conformaram com a lógica biológica, o que a prática judiciária impulsiona à iatrogenia por ato judicial, destaca Ventura(2010):

Considera-se iatrogênica a decisão judicial que reforça e amplia os efeitos negativos da norma médica, ao menos, em dois sentidos: (1) quando a decisão judicial não viabiliza que todos aqueles que utilizam a prática das transformações corporais para expressar sua sexualidade – mas que não são considerados pela norma médica “transexuais verdadeiros”, como é comum no segmento de travestis no Brasil – recebem assistência médica adequada, com essa finalidade, no sistema oficial de saúde, favorecendo um mercado clandestino, potencialmente inseguro e inescrupuloso, com sérias complicações para a saúde daqueles que não desejam conformar-se à norma vigente; e (2) quando a decisão judicial impede a alteração da identidade civil, simplesmente por considerar as transformações corporais não lícitas, mantendo a pessoa transformada no gênero oposto ao vivido. (VENTURA, 2010, p. 149)

Reitero que nesse processo de luta o direito se utiliza do controle da vida como objeto político e de sexo como disputa política, como ensina Foucault (2010, p. 158). Assim, o direito trabalha com a ideia de que é preciso buscar no sexo a justificativa para normalizar o lugar de cada um. Gênero é uma palavra estranha ao mapa linguístico encontrado nos acórdãos, praticamente inexistente nas entrelinhas das decisões. Porém, as decisões sinalizam que gênero está na norma regulatória do sexo, que constitui a materialidade do corpo e vai materializar esse sexo no corpo. Esse corpo qualificado é que vai tornar alguém viável, que vai autorizar a retificação de Ruth e negar a de Katty, cujo corpo não alcança um lugar “no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2000, p. 147).

E é essa fixidez da norma que o direito precisa desconstruir, pois, ao atestar que a cirurgia é determinante para a apreciação do pedido (Apelação nº 0908847-35.2012.8.26.0037), relacionado no nº41 do quadro geral, a crítica que este estudo faz é a de um direito que funda suas decisões sob a premissa de documentos que

se vale de uma lógica biológica, que apontam para o sujeito patológico, e exclui desse debate qualquer reflexão sobre gênero, sexo e cultura.

O Judiciário, ainda que aponte para micromudanças para travestis e transexuais, revela uma prática estratégica de controle e governabilidade sobre essas pessoas de forma homogeneizadora.

Assim, da análise dos eixos temáticos e sua relação com os objetivos que a pesquisa se propôs a debater, os discursos jurídicos em acórdãos de retificação de registro civil de mulheres transexuais, homens trans e travestis, do Tribunal de Justiça de São Paulo, além de explorar o poder da ciência jurídica como critério de constituição dos sujeitos, fica evidente que na prática discursiva do acórdão judicial algumas estratégias de alguns saberes, de concepções hegemônicas, são significativas para alicerçar as decisões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E o que era que eu queria? Ah, acho que não queria mesmo nada, de tanto que eu queria só tudo. Uma coisa, a coisa, esta coisa: eu somente queria era – ficar sendo.*⁶⁷

No processo de ingresso ao Programa de Mestrado em Mudança Social e Participação Política, uma questão refletia sobre o papel das pessoas que estudam, trabalham e pesquisam na universidade.

Embora não lembre o exato teor daquela resposta, passados dois anos e meio da seleção, retomo a pergunta neste pesquisar que me exigiu a responsabilidade de trazer para este debate acadêmico um tema, ainda, tão “espinhoso” para a sociedade.

Iniciei esta pesquisa a partir de uma fala do primeiro homem trans que se submeteu a procedimento cirúrgico no Brasil, João W. Nery. Aquele fragmento foi essencial para explorar os estudos de gênero e trazer trabalhos teóricos que sustentassem as evidências de que a literatura médica credenciou o saber biomédico, intervindo sobre as identidades trans desde os anos 1950, ponto primordial na inscrição da doença do *transexualismo* no Código Internacional de Doenças, como afirma Bento e Pelúcio (2012).

A pesquisa apontou que as regras que padronizam formas de ser e viver constitui os sujeitos e adquire um estatuto de verdade, que orienta a identidade civil das pessoas que atravessam as fronteiras definidas pelas normativas de sexo e gênero em um processo judicial.

O saber jurídico se vale de documentos de modelo biomédico tanto para negar como para acolher pedido de mulheres transexuais, homens trans e travestis. O discurso jurídico não é isolado, tampouco é o discurso da lei, ele é um lugar “de relações de dominação e técnicas polimorfos” (FOUCAULT, 2015, p. 282). O discurso do acórdão produz como vimos uma autonarração do sujeito por meio de uma tecnologia do eu (LARROSA, 1994). O autor diz que nessa tecnologia o sujeito não atua sozinho. Em um processo judicial, essas experiências que o sujeito conta de si estão inextricavelmente relacionadas “com um domínio de saberes e com um conjunto de práticas normativas” (Larrosa, 1994, p. 54). Nesse aspecto, há todo um

67 *Grande Sertão: Veredas* – Guimarães Rosa, página 318.

“produzir” de vigilância no discurso jurídico que o fez contar de si, examinou e julgou um processo dessa natureza, como a “confissão da doença”, por meio do laudo, a produção do gênero, por meio do corpo, a produção do corpo por meio sexo e a materialização do sujeito por meio do corpo.

Daí a minha movimentação no sentido de manter alerta o sinal da problematização crítica sobre a vida e suas infinitas formas e vivências, sobre o meu lugar para pesquisar e para a prática profissional. Pensar de outro modo, explorar e ensaiar outras metáforas que não amarrem e fixem o sujeito a partir de uma ficha restritiva, como ensina Larrosa (1994), mas que o liberte da prática positivada e ardilosa que o produz a partir de certidões, fotos, laudos, testemunhos, é o que se espera do direito. E principalmente que este “contar de si” e toda a produção discursiva não se apresente como o único caminho possível à retificação do nome e do sexo/gênero.

Ao questionar sobre o futuro da sexualidade, Weeks (2000) aponta que muitos fatores contribuíram para novos sinais “menos autoritários” na contemporaneidade. Um deles, são os novos “acertos” e novos arranjos familiares que se configuram no novo cenário, de modo a visualizar, inclusive na sexualidade das mulheres, como o apoio ao aborto, direitos sexuais e reprodutivos e toda nova agenda que tenha insistido neste debate.

A emergência de leis que construíram uma nova agenda para os homossexuais e leis de identidade de gênero em diversos continentes, possibilitando a identificação de forma simplificada, nos sugere imaginar que há um reconhecimento do sujeito e da diversidade no século XX, como indicou Weeks (2000, p. 80). Apesar dos reconhecimentos e da indicação que a diversidade sexual crescerá nos próximos anos, o autor chama a atenção para os desafios da compreensão das mudanças na pós modernidade. Tais desafios destacam as supostas ameaças de grupos “minoritários” na contemporaneidade.

E neste desafio minha responsabilidade enquanto pesquisadora implica em uma reflexão crítica desse direito, sugerindo que a ciência jurídica e todas as ciências que estão produzindo conhecimento e dialogando com os estudos de gênero, devem caminhar juntas, se quiserem desconstruir marcos consagrados que insistem em uma autorização legal da retificação do prenome e da redesignação do sexo no documento civil de nascimento.

No debate sobre gênero, identidades, diferenças, cultura, igualdade, sexo e sexualidade, o caminhar e a interação dessas disciplinas são essenciais numa reflexão sobre os sujeitos e seu lugar no mundo. E, assim como em Schitzmeyer (2004), o propósito deste estudo é o de dar alguns passos na direção desse encontro.

Ao concluir esse estudo não trago respostas fechadas, mas um movimentar entre a literatura que nos inspirou a crítica ao meu campo disciplinar e minha prática profissional, por mais que a prática profissional tenha me aproximado dos discursos que procurei refletir na análise qualitativa dos acórdãos judiciais.

O maior desafio foi como confrontar o direito e investigar como o direito é um canal estratégico de poder que nos movimenta, enquanto profissionais, inclusive na direção de seus discursos. Mas a investigação mostrou que é possível fazer a crítica sem, entretanto, apontar para soluções mágicas, para promessas de um “bom direito”. Como indiquei de início, minha tarefa nesta pesquisa foi a de suspeitar da prática judiciária e pensar em um discurso jurídico para além das evidências, muito além desse olhar constituído por uma ampla rede que faz ver o “sujeito” de uma forma amarrada, capturada, como alerta Larrosa (1994).

Zambrano (2003), em sua pesquisa apontava para a aprovação de uma legislação de retificação de nome às pessoas travestis e transexuais. Em trâmite desde 2012, no Congresso Nacional, há uma proposta mais ampla, não restringido o acesso à alteração de nome de redesignação de sexo apenas às pessoas com o fenótipo conformado, tampouco exigindo a validação da ciência médica ao diagnóstico da “doença” do *transexualismo* e do *travestismo* para alterar o documento de identidade. A proposta não tem perspectiva de aprovação, conforme indiquei no capítulo 3, diante do cenário político das Casas Legislativas no Brasil.

O Projeto de Lei em apreciação na Câmara Federal se aproxima da experiência de outros países com a autonomia à alteração registral administrativa, em cartório, como Malta e as vizinhas Argentina e Colômbia, e revela-se como um instrumento muito mais próximo da livre decisão sobre os corpos.

A experiência da pesquisa me tirou do lugar cômodo de “fazer direito” e da ideia de “fazer justiça”. Não que o “fazer justiça” me escape às mãos neste convite à crítica. Minha responsabilidade nesta pesquisa foi mapear o discurso jurídico que

formula “verdades” e constitui o sujeito, e fazer a crítica que não confirme um roteiro prescrito como certo e determinado, inspirado em Arantes (2007). As estratégias de que se vale o direito, e que pontuo a seguir, refletem uma crítica às verdades das formas jurídicas e nos desafia às questões que não se encerram e tampouco se fecham neste estudo. Tais questões sugerem que:

1. Há um forte apelo à conformação biológica formulando discursos favoráveis e contrários à retificação do prenome e sexo/gênero. Os eixos temáticos identificaram como o discurso jurídico está imbricado de soluções médicas para constituir os sujeitos. O nome é sempre designado a partir do fenótipo, o corpo é sempre lido a partir do sexo biológico. Gênero e sexo estão sempre colados no corpo. Os documentos dos saberes que apontam para um modelo patologizante tem autoridade de poder na recomendação do veredito final em muitos acórdãos, como sugere Ventura (2010, p. 135), e reforça o caráter terapêutico da prática jurídica.

2. O Ministério Público teve um papel preponderante na prática judiciária de retificação de prenome e redesignação de sexo/gênero. Este papel não se restringe à tarefa do Ministério Público em um procedimento, a princípio, a nosso ver, de ordem administrativa, por meio de sua manifestação, mas de resistência à certificação do registro civil de transexuais e travestis. O Ministério Público recorreu de 14 (catorze) decisões de transexuais que haviam realizado a cirurgia de transgenitalização. Nesses recursos há um apelo à normalidade biológica de controle do corpo na prática discursiva deste operador do direito. Essa prática causa estranheza se pensarmos no papel do Ministério Público enquanto defensor da ordem jurídica e dos interesses da sociedade, como já sinalizado em capítulo anterior, o que sugere perguntar: de quem e quais são os interesses da sociedade que o órgão ministerial se propõe a defender?

3. O documento registral é de grande relevância para a maioria das pessoas trans à medida que evita situações de discriminação e de constrangimento, como destacou a maioria dos acórdãos. Zambrano (2003, p. 85) identificou que o princípio da imutabilidade do prenome, que encontra no modelo biológico um discurso para negar o pedido de retificação civil, acaba por impulsionar as pessoas transexuais a optarem pela cirurgia de transgenitalização como única opção da conquista do documento registral. Parece evidente que o acesso judicial não deve

ser a única via de retificação do documento. Este é um ponto sobre o qual esta pesquisa refletiu.

4. A insistência da capacidade reprodutora como fundamento para negar alguns pedidos trouxe elementos sustentados por um modelo biológico, como de reprodução como destino do feminino, reprodução como objetivo da prática sexual, sexo biológico como definidor imutável do sujeito, onde sexo está associado à reprodução, à mulher, à identidade fixa e imutável e a “mudança” de sexo como elemento potencialmente prejudicial à terceiros de “boa fé”.

5. Ainda que o Supremo Tribunal Federal venha a decidir sobre duas ações em trâmite naquela Corte, de modo a opinar pela retificação e nome e a redesignação do sexo, sem a exigência de cirurgia de transgenitalização, o que continua em jogo na dispensa é a prática do direito vigiando o corpo e o gênero a partir da leitura especialista exigindo laudos, perícias e outras “provas” que atestarão o que significa ser homem e ser mulher aos olhos do Poder Judiciário. Um discurso articulado em torno do que Bento (2012) chama de “dispositivo da transexualidade”, capturando sujeitos “através de estratégias de tradução e simplificação de uma linguagem”, contribui Veiga-Neto (2001, p.118).

6. Que há nos discursos uma ideia muito presente validando o conceito de família viável, patriarcal, matrimonial, mas principalmente, sob o viés da família naturalizada, como indicou Lima (2017), que não contempla casais formados por pessoas transexuais, ou por travestis. E neste, o discurso evidencia eventuais riscos que esses sujeitos podem causar à segurança jurídica de terceiros ao constituir uma família.

7. Por fim, outro ponto que identifiquei na pesquisa se volta à disputa política que um processo dessa natureza expõe. Pessoas transexuais e travestis resistem e insistem no direito ao nome e à identidade de gênero tal qual se reconhecem ao confrontar o Judiciário. Recorrer é afrontar é não conformar aos múltiplos discursos que os/as encarceram em documentos que sinalizem um único caminho possível do que significa ser “homem” e “mulher” aos olhos do Poder Judiciário. E nesta disputa política parece evidente que a resistência desses indivíduos, ao reivindicarem o direito à autoidentidade, sintetiza um recado de que a defesa da identidade não é um mero capricho, mas um ato de autonomia e liberdade

de decidir sobre o corpo e às vivências que desafiam as normas de gênero, como destaca (Bento e Pelúcio, 2012, p. 574).

Neste mapa dos discursos encerro com a epígrafe de Rosa e a travessia do sertão, do mundo. Uma travessia de muitas perguntas e poucas respostas, ou nenhuma resposta, ou respostas provisórias. A travessia pelo mundo dos discursos é de desafios, de medos, de lutas, de amores, de encontros, de desencontros, de certezas, de surpresas. A travessia pelos discursos é a de querer, de querer nada, querer uma coisa só, mas um querer. A travessia de querer é um labirinto, é invisível, silenciosa, infinita, de (des)esperança. Atravessar um discurso é resistir, é insistir, é reinventar, é narrar possíveis sentidos do que somos.

REFERÊNCIAS⁶⁸

ALMEIDA, Guilherme. “HomensTrans”: Novos matizes na aquarela da masculinidades?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2):256, maio-agosto/2012

APRIGLIANO, Ricardo De Carvalho. **Código de Processo Civil Anotado. Associação dos Advogados do Estado de São Paulo – AASP**. Versão digital. 2015, disponível em http://aplicacao.aasp.org.br/novo_cpc/conhecimento.html. Acesso em 15/05/2017

ARÁN, Márcia. Por uma cartografia não-normativa das identificações e do desejo: algumas reflexões a partir das experiências trans. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **Discursos fora da Ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Ed. Annablume, 2012.

ARÁN, Márcia; ZIDHART, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 70-79, abr. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 jul. 2015.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. **Mediante quais práticas a Psicologia e o Direito pretendem discutir a relação?** Anotações sobre o mal-estar. 2007. Disponível em <http://www.aasptjsp.org.br/sites/default/files/arquivos-artigos38-1285183711.pdf>. Acesso em 28/07/2017.

BARROSO, L. R. **Jurisdição Constitucional: A tênue fronteira entre o direito e a política**. 2004. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI194782,51045-Jurisdiacao+Constitucional+A+tenue+fronteira+entre+o+Direito+e+a>. Acesso em 20 de março de 2016.

BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2008.

_____. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva**. Vol 17. Nº 10. Rio de Janeiro, out 2012.

_____; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-

⁶⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023(2002)

- 568, Aug. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 6 março de 2016.
- BEZERRA JR. O normal e o patológico: Uma discussão atual. In: A. N. Souza, & J. Pitanguy (Orgs.) **Saúde, corpo e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006,
- BITTAR, Carlos A. Os Direitos da Personalidade. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Nova Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Constituição Federal. www.planalto.gov.br. Acesso em 3/3/2016.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade**. 2ª Edição. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.
- _____. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"** – 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. **Desdiagnosticando o Gênero – Undiagnosinggender**. Tradução André Rios; Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA. Disponível em **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Vol. 19. N1, Rio de Janeiro 2009
- _____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Souza Campos. Saúde Pública e Saúde Coletiva: Campo e Núcleo de Saberes e Práticas. **Sociedade e Cultura**, v3, nº 1 e 2. 2000, p.51-74
- CASTEL, Pierre Henry. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). **Rev. Bras.de His.** Vol. 21 nº 41. São Paulo, 2001.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas e conceitos – Trad. I.M. Xavier. Rev. Técnica A. Veiga-Neto e W. O. Kohan. 2ª Ed. Belo Horizonte: s/e, 2016.
- COACCI, Thiago. A pesquisa com acórdãos nas ciências sociais: algumas reflexões metodológicas. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais. vol. 18. n 2. Londrina 2013.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2007

COSTA, Jurandir Freire. A medicina como projeto social: controle dos corpos e sexos. In: SOUZA, Alice Navarro; PITANGUY, Jacqueline (orgs.) **Saúde, Corpo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

CRUZ, Elizabete F. **A identidade no banheiro: travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola**. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST5/Elizabete_Franco_Cruz_05.pdf. Acesso em 10/03/2015.

CRUZ, Elizabete F.; MORITA, Helena; ARAÚJO, Elisangela Alves de; GERVÁSIO, Mariana de Gea; SANTOS, Thiago, Bonfim dos. **Gênero, Saúde e Educação. Um convite à mudança social**. São Paulo: Annablume, 2015.

DAL'IGNA, Maria Claudia. Grupo focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico-metodológico. In: MEYER, D. E. & PARAÍSO, M. A (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2014.

DINIZ, Debora; Valores Universais e Direitos Culturais. In **Direitos Humanos: Temas e Perspectivas**. (org) Regina Novaes. Rio de Janeiro. Mauad. 2001. P.57/66

DUARTE, André de Macedo, CÉSAR, Maria Rita de Assis. Michel Foucault e as lutas políticas do presente: Para além do sujeito identitário de direitos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 401-414, jul./set. 2014

DUSCHATZKY, Silva e SKLIAR, Carlos. Os nomes dos outros: Reflexões sobre os usos escolares da diversidade. **Educação & Realidade**. Rio Grande do Sul. 25(2): 163-177. Jul/dez. 2000. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/2425>. Acesso em 20/07/2017.

ELIAS, Norberto e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e Os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Ed.Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade v.1** Vontade de Saber, 20ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 2010.

_____. **Microfísica do Poder**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2015.

_____. "Aula de 17 de março de 1976" In:_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, [s/d]; Disponível em [http://www.uff.br/saudecoletiva/doc/ppss/BIB-foucault em defesa da sociedade.pdf](http://www.uff.br/saudecoletiva/doc/ppss/BIB-foucault%20em%20defesa%20da%20sociedade.pdf). Acesso em 03/03/2016.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª edição; Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FRANÇA, Rafael. **As aparências enganam? O fazer-se travesti em Campos dos Goytacazes-RJ**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos de Goytacazes. 2012.

FREIRE, Lucas. Certificação do sexo e gênero: A produção de verdades nos pedidos judiciais de requalificação civil de pessoas transexuais. **Mediações Revista de Ciências Sociais**. Vol. 20. N 1. P.89-107. Londrina, 2015.

FREIRE, Lucas. **A Máquina da Cidadania**: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos**: uma perspectiva de inclusão. Tese de Doutorado. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-04032013-105438/pt-br.php>. Acesso em 10.07.2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2014.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.103-132p.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero** : conceitos e termos. Brasília. 2012. Disponível em

http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em 05/03/2015.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014

_____. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos de gênero. 1 Edição. Curitiba: Transgente, 2015. 456p.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 312p

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, Luiza Ferreira. Profecias de Fraude: Casamentos inaceitáveis e sujeitos perigosos em decisões judiciais sobre retificação de “sexo” de pessoas transexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latino Americana**. N.25 –abril/2017 –pp 68-88

LOURO, Guacira Lopes (org.). **Pedagogias da Sexualidade. O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade**. 2ª Edição. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica. Belo Horizonte, 2000. 176p.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**. Ensaio sobre a sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MELO, A. D. ; SILVA, G. F. F. ; RIBEIRO, C. M. . **Águas revoltas: mergulhos na indefinição. Um inundar de questionamentos sobre a loucura, diferenças e travestilidades**. In: V Congresso Internacional em Estudos Culturais - Gênero, Direitos Humanos e Ativismos, 2016, Aveiro - PT. V Congresso Internacional em Estudos Culturais - Gênero, Direitos Humanos e Ativismos, 2016. v. 01

MISKOLCI, R.; RAGO, M Veiga-Neto, A. Estética da existência e Pânico Moral. In: **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

_____, PELÚCIO, Larissa. Fora do Sujeito e fora do lugar: Reflexões sobre a performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Revista Gênero**. Niterói. V.7 n.2, p.255-267, 1.sem.2007

MONTAÑO, C.; DURIGHETTO, M. A. **Estado, Classe e Movimentos Sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NATIVIDADE, Marcelo e OLIVEIRA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualid, Salud y Sociedad**. N.2 – 2009, pp121-161. Disponível em www.e-publicações,uerj.br. Acesso em 20/07/2017.

NERY JR, N; NERY, Rosa M. de Andrade. **Código Civil Comentado**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

NICHOLSON, Linda. Interpretando Gênero. Tradução Luiz Felipe Guimarães Soares. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis. V. 8 n. de 2000. Acesso em 20 agosto de 2015.

NUNES, Everardo Duarte, Saúde Coletiva: história e paradigmas. **Interface, Comunicação, Saúde, Educação**. nº 3. 1998.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. **Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugalidades homoeróticas em tribunais brasileiros**. Tese de Doutorado junto a Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. 256p.

OLIVEIRA, Fabiana Luci e SILVA, Virginia Ferreira. Processos Judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p.244-259

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologia de pesquisas pós-críticas em educação e currículos: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E. & PARAÍSO, M. A (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2014.

PEDRO. Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo. V 24, N 1, p. 77-98. 2005.

PHILIPPI JR, Arlindo; NETO, Antonio J. da Silva. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. 1ª Edição. Barueri: Manole, 2011

PRINS, Bauke e MEIJER, Irene Costerda. Como os Corpos se Tornam Matéria. Entrevista com Judith Butler. Traduzido para o português com a permissão de University of Chicago Press. **Estudos Feministas**. Ano 10

RIOS, Roger Raupp. Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 06, N.12, 2015, p. 196-227

_____, Roger Raupp; OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. **Direitos Sexuais e Heterossexismo; identidades sexuais e discursos judiciais no Brasil**. Discursos fora de Ordem, sexualidade, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2012. 311p.

ROCHA, R. M. Teatro e Diversidade Sexual: uma análise da trajetória de vida de travestis e transexuais na cena urbana. **Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais**. Nº 7, 2013 p. 201/237.

ROCHA, R.M. Homofobia e educação. **Uma reflexão sobre a exclusão de travestis e transexuais no espaço escolar** Disponível em http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405470526_ARQUIVO_SeminarioVitoria acesso em 18/04/2016

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979. 459p.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Thomaz Tadeu da (Org e tradução). *Nunca Fomos Humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Racional das políticas da Sexualidade**. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.com>. Acesso em 24 de março de 2011.

_____. **Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

RUSSO, Jane. Do corpo-objeto ao corpo-pessoa: desnaturalização de um pressuposto médico. In: SOUZA, Alicia Navarro de Souza; PITANGUY, Jacqueline (orgs.) **Saúde, Corpo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

SANTOS, Dayana Bruneto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos de transexuais e travestis. **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 45. nº 157. São Paulo, July/Sept, 2015.

SCHRITZMEYER, A. L. P. **Sortilégio de saberes**: curandeirismos e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990). São Paulo: IBDCRIM, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Disponível em: http://clam.tempsite.ws/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=805. Acesso em 15 de setembro de 2012.

SEGATO, Rita Laura, Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana** 12(1): 2006:207-236

SHELL, Kate. Os direitos sexuais são direitos humanos, mas como podemos convencer as Nações Unidas? In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (org.) **Questões de Sexualidade. Ensaios Transculturais**. Institute Development Studies. Parceria ABIA. 2008:91/99 - Seminário Realising Sexual Rights (Realizando os Direitos Sexuais), Universidade de Sussex, Inglaterra. Setembro de 2005.

SILVA, José Afonso da. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais. **Revista de Direito do Estado** 4. 2006 :23-51.

SILVA, Thomas Tadeu. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 156p.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Edição Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, M J; BRIGADÃO, J; NASCIMENTO, V.; CORDEIRO, M. (org). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

STERLIN-FAUSTO, Anne. Dualismo em Duelo. **Cadernos pagu**(17/18). 2001/02: 9-79.

SWAIN, Tania N. A desconstrução das evidências: perspectivas feministas e foucaultianas. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Eds.) **O Legado de Foucault**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Incluir para excluir. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 105-118, 2001.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no Tribunal**: Saúde e Cidadania. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. 164 p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a Sexualidade. O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade**. 2ª Edição. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Trocando os Documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003, 120 p.

Sites consultados

<http://www.sdh.gov.br>

<https://globoplay.globo.com>

<http://www.ohchr.org>

<https://houaiss.uol.com.br>

www.tj.sp.jus.br

www.brasil.gov.br

<http://saude.estadao.com.br>

www.cnj.jus.br

<https://dicionariodoaurelio.com>

www.stj.jus.br

www.folha.uol.com.br

<http://www.bbc.com>

www.gepsexualidades.com.br

www.clam.org.br

<http://g1.globo.com>

www.fazendogenero.ufsc.br

www.athosgls.com.br

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>

www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc

www.stf.jus.br

<http://revistaladoa.com.br>

www.tjrs.jus.br

<http://www2.camara.leg.br/>

WWW.aasp.org.br

<http://www.nlucon.com/2016/08/identidade-nova-reportagem-de-1959.html>

ANEXO 1 – Rede de Serviços SUS

- = O SUS conta com cinco serviços habilitados pelo Ministério da Saúde no processo transexualizador que realizam atendimento ambulatorial e hospitalar:
 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás/ Goiânia (GO);
 - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Hospital Universitário Pedro Ernesto/ Rio de Janeiro (RJ);
 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Porto Alegre (RS);
 - Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina FMUSP/Fundação Faculdade de Medicina MECMPAS – São Paulo(SP); e
 - Hospital das Clínicas/Universidade Federal de Pernambuco – Recife (PE).
 - = O SUS também conta com quatro serviços habilitados pelo Ministério da Saúde no processo transexualizador que realizam atendimento ambulatorial:
 - Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE) – Rio de Janeiro/RJ;
 - Ambulatório do Hospital das Clínicas de Uberlândia – Uberlândia/MG;
 - Centro de Referência e Treinamento (CRT) DST/AIDS – São Paulo/SP;
 - Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais (CPATT) do Centro Regional de Especialidades (CRE) Metropolitano – Curitiba/PR.
 - = Existem na rede de saúde pública serviços ambulatoriais, criados por iniciativa estadual, destinados ao atendimento de travestis e transexuais no Processo Transexualizador:
 - Ambulatório AMTIGOS do Hospital das Clínicas de São Paulo – São Paulo (SP);
 - Ambulatório para travestis e transexuais do Hospital Clementino Fraga – João Pessoa (PB);
 - Ambulatório Transexualizador da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecto-Parasitárias e Especiais (UREDIPÉ) – Belém (PA);
 - Ambulatório de Saúde Integral Trans do Hospital Universitário da Federal de Sergipe Campus Lagarto – Lagarto (SE).
- Fonte: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>. Acesso em 17/04/2017.

ANEXO 2 – Mapa Temático

Imutabilidade do Nome	Acórdãos identificados
<p>O argumento da imutabilidade do nome surge nos acórdãos a partir do disposto no artigo 58 da Lei de registros públicos. Trata-se de um argumento que o tribunal vem repensando ainda sustenta muitas ações.</p>	<p>7 – O nome é imutável, e só em casos excepcionais se admite na jurisprudência e na lei a alteração do prenome e sobrenome. Assim, em casos de erro gráfico, evidente, quando expõe a pessoa ao ridículo ou fato de não representar a individualidade de seu portador. (...) O mero capricho de alterar Rubens para Kelly não tem o enquadramento excepcional pretendido na jurisprudência.</p> <p>20 – O prenome é imutável, e que na hipótese não qualquer erro ou irregularidade que venha ensejar a mudança. (...) não é certo que uma pessoa do sexo masculino porte um nome feminino, pois não corresponde à realidade. Não basta alterações na aparência, é necessária completa transformação.</p> <p>25 - A alteração de nome e sexo é impossível, pois são imutáveis.</p> <p>26 - No caso, erro nunca existiu, a alteração não se mostra possível, porquanto não está em desconformidade entre o prenome e o aspecto físico da autora, que nas razões de seu inconformismo, refere estar se submetendo a tratamento psiquiátrico e hormonal visando uma futura faloneoplastia, quando então, poderá ver albergada sua pretensão</p> <p>29 - Os dados do assento de nascimento são imutáveis e só devem ser modificados em caso de extrema e irrebatável justificativa, sem risco para a verdade.</p> <p>33 - O prenome é imutável e que a jurisprudência não admite a mudança pretendida e que o recorrido não tem capacidade reprodutora.</p>
Exigência de cirurgia	Acórdãos identificados
<p>A exigência da cirurgia como requisito à alteração registral.</p>	<p>2- Os registros públicos “retratam realidade” – a tal verdade registral que os discursos legais e jurídicos insistem em afirmar a partir do sexo biológico. Registro de nascimento é feito pelo fenótipo, não há outra modalidade de exame a ser realizada. É por meio da análise visual que se discrimina o sexo do indivíduo para efeito de registro, por obediência a esta regra que cumpre reconhecer, no caso analisado.</p> <p>5 – Para o relator há no processo farta documentação que não deixam dúvidas de que o interessado “adequou seu corpo às formas femininas”, contudo, não realizou cirurgia de conformação dos órgãos genitais de maneira definitiva ao sexo feminino</p> <p>7- não havia realizado a cirurgia de transgenitalização. Ocorre que o juiz indeferiu a ação. O Relator chamou de mero capricho a alteração pretendida de Rubens para Kelly. Que a jurisprudência autoriza quando o prenome o expõe ao ridículo, embora reconheça que é transexual. Para o Relator o nome é imutável, e só em casos excepcionais é que se admite a alteração, embora tenha juntado farta documentação nos autos que demonstre ser transexual.</p> <p>9 – É necessária a realização da mesma para fins de mudança de nome e gênero, alegou juiz de primeira instância. O relator foi na mesma tese alegando que, embora jurisprudência tenha assegurado esse direito, e cita jurisprudência.” Aqui, inclusive alega que até porque é preciso ter “certeza da orientação sexual, o que não foi demonstrado”</p> <p>10 – Alega que o registro civil goza de fé pública e que tal alteração não espelha a verdade de Daniel, que conserva o fenótipo masculino, logo não é mulher aos olhos do judiciário. Relator cita inúmeras jurisprudências. Numa delas destaca que a alteração apenas reivindica a sua “opção sexual”, outra, que “cabe ao médico a definição da oportunidade e</p>

	<p>conveniência” para o procedimento cirúrgico. E reforça que “após ter resolvida, no âmbito médico, a questão da transexualidade, poderá ingressar com ação”.</p> <p>14 – Para o relator, não tendo realizado cirurgia continua sendo mulher. Que laudos psicológico e médico informam apenas que é uma indicação técnica de correção cirúrgica e não de alteração registral. Destaca “alteração civil não é possível sem alteração do sexo anatômico”. Conclui que alterar nome para Aline, sem a adequação de gênero, não elimina sofrimento, continua entre a polaridade “Aline”, sexo masculino.</p> <p>15 – O relator fundamenta que autor não tem idade para se submeter à cirurgia como determina a Resolução do CFM, ou seja, tem apenas 19 anos, contrariando a regra de 21 anos para cirurgia. Não se submeteu a avaliação interdisciplinar como determina a Resolução. Para o relator o espírito da Resolução é no sentido de proteger o interessado das mãos de profissionais despreparados, fato este que poderia acarretar danos irreparáveis aos pacientes. Reforça que não há violação ao princípio da dignidade humana, pois não houve prova conclusiva acerca da existência de neurodiscordância de gênero.</p> <p>19 - O caso de Raphael foi acolhido no sentido de que fosse devolvido o processo para primeira instância de modo a possibilitar o amplo direito de defesa do requerente. O juiz indeferiu a inicial por “carência da ação”. Alega que não realizou a cirurgia, pois não atende aos requisitos da Resolução do CFM. Para o relator, a juíza de primeiro grau indeferiu a inicial alegando que o autor carecia de interesse processual, diante da ausência de cirurgia, requisito essencial para o reconhecimento da transexualidade e para postular tais mudanças, porém, que é preciso devolver o processo para assegurar o direito ao interessado.</p> <p>25 – Feita a cirurgia de redesignação sexual ou de mudança de sexo num transexual, o direito, a sociedade e o Poder Judiciário poderiam proibir que leve vida feliz e normal? Poder- lhe-iam negar efeitos jurídicos oriundos de sua nova condição sexual? (...) Não deveria a lei, evitando discriminação, facilitar seu direito à identidade sexual?”.</p> <p>27- Para o relator, falar em alteração de nome e sexo pois não houve a cirurgia que é requisito para tal mister. Alega, ainda, que o simples fato do autor apresentar situações de constrangimento não implica que sua pretensão merece ser acolhida, e mais que não se trata de adequar prenome, mas de mudança de nome, hipótese esta impossível vez que o sexo não foi alterado. “não há como negar realidade fática. O autor é do sexo masculino e seu prenome está compatibilizado com seu sexo, não à sua opção sexual, ainda que perante seu grupo continue se apresentando como Adriana.”</p> <p>32 – Marcio se autolesionou ao extrair pessoalmente os testículos e necessita de cirurgia para possibilitar a genitália adequada. (...) não há que se falar em autorização para a cirurgia “o transexualismo é definido como transtorno de identidade sexual pela Classificação Estatística Internacional de Doenças – CID, e, portanto, uma doença, que reclama tratamento médico, e que só pelo especialista médico pode ser deliberado. (...). Ora o apelante afirma que está em fila de espera (...) o que deve ser definido por equipe multidisciplinar, independente de autorização judicial. (...) com esta decisão, a questão dos dados do registro civil fica superada. Por ora, é pessoa do sexo masculino, embora, ao que tudo indica, se apresente, fisicamente, com todas as formas predominantemente femininas</p> <p>37 – (...) incidiu em falta de interesse de agir na modalidade utilidade-adequação, pois não cumpriu etapa indispensável para a apreciação do mérito de sua pretensão, vale dizer, a realização da cirurgia de transgenitalização, de modo que é qualificado como sendo do sexo masculino, o que não se coaduna com a alteração para prenome feminino,</p>
--	--

	<p>(...) disparidade que não pode ser admitida legalmente. (...) Fica a ressalva de que realizada a cirurgia, o pedido do apelante poderá se objeto de ação nova.</p> <p>38 - ainda que faltante dos autos a demonstração da condição de transexual mesmo, a autora é conhecida no meio social por Nicolle. Junta a doutrina de Tereza Rodrigues Vieira: “o nome deve existir para identificar a pessoa e não para expô-la á chacota”. Ainda assim o relator opina pela mudança apenas do nome pois entende que : A identidade biológica do apelante (do sexo masculino) ainda que instalado o quadro psicológico retratado , é imutável. O registro deve refletir a identidade biológica do apelante, imutável, repita-se, atendendo-se, sem maiores delongas, a autenticidade exigida n art. 1º da Lei 6015, de 1973 – Lei de registros públicos. Assim, dá provimento parcial apenas para alterar o nome e não o gênero.</p>
Dignidade Humana	Acórdãos identificados
<p>A justificativa de que a retificação do prenome e do sexo/gênero é um direito fundamental. Quando olhei na sentença o que é dignidade humana, no caso do acórdão 6 foi ressaltado que não autorizar a retificação, neste caso, não viola tal princípio.</p> <p>Fazer cada eixo nomei assim</p>	<p>1,4,6,15,17,24,25,31</p> <p>Informa que a adequação atende princípio da dignidade humana – art 1º, III CF, que vai evitar uma vida de muitos constrangimentos e preconceito. Sugere observação a margem da CN para assegurar direitos de terceiros pretéritos e futuros.</p> <p>Acórdão que destaca que a retificação de gênero é sua identidade sexual e deve ser observado ao caso o princípio da dignidade humana.</p> <p>Assim, mudar o nome e conservar o sexo no assento de nascimento do interessado, em favor da realidade biológica e em detrimento das realidades psicológica e social, bem como morfológica, pois com a aparência do transexual redesignado, em tudo se assemelha ao sexo feminino, equivaleria a manter preso a um estado de anomalia, deixando de reconhecer seu direito de viver dignamente.</p> <p>15 – O relator fundamenta que autor não tem idade para se submeter à cirurgia como determina a Resolução do CFM, ou seja, tem apenas 19 anos, contrariando a regra de 21 anos para cirurgia. Não se submeteu a avaliação interdisciplinar como determina a Resolução. Para o relator o espírito da Resolução é no sentido de proteger o interessado das mãos de profissionais despreparados, fato este que poderia acarretar danos irreparáveis aos pacientes. Reforça que não há violação ao princípio da dignidade humana, pois não houve prova conclusiva acerca da existência de neurodiscordância de gênero.</p> <p>17 -. Destaque na sentença para princípio da dignidade humana e pela exposição do interessado ao ridículo ao não redesignar sexo ao nome civil autorizado. Para o relator, o caso alterar o nome e manter o gênero de origem é agredi-la multiplamente</p>
Capacidade reprodutora	Acórdãos identificados
<p>A capacidade reprodutiva é um repertório que ganhou relevo em apenas 3 acórdãos. Este tem sido um argumento pouco apontado nas decisões.</p>	<p>18, 29, 33</p> <p>18 - “mesmo ocorrendo a completa cirurgia de trangenitalização, a mudança de sexo será sempre aparente, pois os órgãos sexuais cirurgicamente criados são inteiramente desprovidos da função reprodutora”.</p> <p>29 - Trata-se de uma situação anômala, criada artificialmente e não consagrada pelo direito positivo, uma vez que a esterilidade pressupõe possibilidade de procriar, e o transexual operado não tinha, não tem e não terá essa possibilidade. Ofende ao bom senso imaginar que algo ou alguém seja estéril sem que ele próprio ou seu semelhante, para que se diga o</p>

	<p>menos, possa fazê-lo ainda que em tese. E nem em tese o apelado, poderia, poderá ou pode procriar.</p> <p>33 - Ministério Público recorreu alegando que “o prenome é imutável e que a jurisprudência não admite a mudança pretendida e que o recorrido não tem capacidade reprodutora</p>
Transexualidade/ condição transexual	Acórdãos identificados
<p>A condição da identidade transexual foi encontrada nos acórdãos tanto em acórdãos patrocinados pelo autor da ação ou do MP. Ela aparece também em manifestação dos relatores que justificam a decisão tanto favorável quanto contrária.</p>	<p>4,7, 11, 12,17,19 e 22.</p> <p>4 - O que importa aqui, é que foi reconhecida por médicos, a condição de transexual e que, em razão dela, a interessada se submeteu, cirurgicamente, à alteração morfológica, de modo que, presentemente, possui aparência de indivíduo do sexo feminino. Não declarar essa condição no registro civil seria perpetuar o estado de inadequação da interessada.</p> <p>11 - Relator destacou que interessado é portador de transexualismo ou disforia de gênero. Destacou a perícia do IMESC que não se opôs a mudança: “Não há, do ponto de vista psicológico, nada a opor em relação à mudança do nome e do sexo solicitada pelo requerente, uma vez que ele já age e atua como mulher”</p> <p>12 - informa que a dilação probatória seria importante para a produção de prova técnica necessária a demonstrar a existência de neurodiscordância de gênero, como enfatizou o Procurador de Justiça – MP de 2ª instância. Entende que a extinção do processo subtraiu do requerente a possibilidade de demonstrar a veracidade das alegações que a peculiaridade da situação exige no caso. Acolhido o recurso, sentença anulada para retomar processo na origem com produção de provas testemunhais e documentais</p> <p>17 - Juntou laudos endócrino, psicológico, implante mamário. Foi produzido laudo pericial, avaliação psiquiátrica, ultrassom e outros que pudessem comprovar a sua “condição de adequado”, bem como oitiva do interessado em audiência.</p> <p>19 - Para o relator, a juíza de primeiro grau indeferiu a inicial alegando que o autor carecia de interesse processual, diante da ausência de cirurgia, requisito essencial para o reconhecimento da transexualidade e para postular tais mudanças. Como a sentença antecipada não admitiu produção de prova, indispensável que a ação seja devolvida para reprodução de tais “provas”.</p> <p>22 - Destaca que o nome social ganha relevo na jurisprudência em decorrência do transexualismo e que acompanha parecer do MP de 2º grau que indeferir liminarmente a ação, sem dar provas ao interessado de comprovar sua transexualidade por meio de equipe multidisciplinar é matéria de mérito, que não foi sequer explorada no caso. Afastada a carência da ação, devolveu o processo para regular prosseguimento e produção de provas.</p>
Patologização/CID F 64.0/ transexualismo	Acórdãos identificados
<p>O reconhecimento da doença transexualismo estampada no Cadastro Internacional de Doenças – CID 10, tem uma relevância na maioria das manifestações. Ela aparece com destaque</p>	<p>1,3,8,10,11,12,13,15,17,19, 22, 23, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35 e 36.</p> <p>1 - A Relatora do recurso reconhece a identidade feminina a partir dos pareceres médicos, advertindo que o mesmo realizou cirurgia e é portador de patologia CID F 64.0, além de juntar laudo psiquiátrico e relatório psicológico que evidenciam sua identificação com sexo feminino.</p> <p>8 - Entende que a extinção do processo subtraiu do requerente a possibilidade de demonstrar a veracidade das alegações que a peculiaridade da situação exige no caso. Acolhido o recurso, sentença</p>

<p>nos acórdãos tanto para acolher como para rejeitar o pedido do autor.</p>	<p>anulada para retomar processo na origem com produção de provas testemunhais e documentais. De volta à segunda instância, o relator destaca: os documentos juntados aos autos comprovam a manifestação do transexualismo, demonstrando que o autor sofre inconciliável contrariedade pela identificação sexual masculina que possui atualmente.</p> <p>12 - Relator destaca que é caso de patologia e afirma “o transexual se assume como “erro de natureza e para se livrar desse inegável tormento, só enxerga a reversão sexual integral.</p> <p>13 - Mudar nome sem alterar sexo representaria situação humilhante. Transexualidade é TIG reconhecido pela OMS, cita CID. Sugere devolução do processo para produção de provas e argumenta no sentido de que feita a demonstração de provas perícias (médica e psicológica).</p> <p>19 - entendeu o relator que a identificação jurídica da pessoa física é concernente a dados que constitui uma consciência de si mesmo, logo, o registro civil não pode se prestar a ser instrumento de agravação de situação de opressão social e discriminação transexual ao indivíduo portador de disforia de gênero.</p> <p>29 - Trata-se de uma situação anômala, criada artificialmente e não consagrada pelo direito positivo, uma vez que a esterilidade pressupõe possibilidade de procriar, e o transexual operado não tinha, não tem e não terá essa possibilidade. Ofende ao bom senso imaginar que algo ou alguém seja estéril sem que ele próprio ou seu semelhante, para que se diga o menos, possa fazê-lo ainda que em tese. E nem em tese o apelado, poderia, poderá ou pode procriar. não se pode obrigar ou impor às pessoas a aceitação do transexual como algo natural”. Cita trecho do parecer do MP de 1º grau “Não há quem possa, sem esbofetear gravemente o bom senso, sustentar que o relacionamento homossexual é natural, orgânico ou moralmente permitido em qualquer que seja a região de nosso país.” Reforma a sentença para não acolher o pedido do interessado e dar provimento ao recurso do MP. A decisão explora ainda questões de hermafroditismo, que não é o caso, pois aqui não foi caso de fazer opção por um sexo, mas o de “decidir” que este é seu sexo verdadeiro.</p> <p>30 - Para o relator, o autor é portado de transexualismo, conforme se depreende do processo, e junta jurisprudência do TJSP que indica: “Aracy leme Klabim também define o transexual dessa forma: É um indivíduo, anatomicamente de um sexo, que acredita firmemente pertencer ao outro sexo. O transexual não se confunde com o travesti ou o homossexual. No travestismo, a característica principal é a roupa cruzada, por fetichismo, ou por defesa (...) “A sentença acomodou situação de fato, evitando provável incompatibilidade entre o novo nome e o sexo constante do registro.</p> <p>39 - O relator informa que há nos autos informação e laudo de ser portador de transexualismo – CID F 64.0. O relato do psiquiatra foi essencial para o convencimento tanto do juiz, quanto do relator de segundo grau que assim destacou “Incontrovertida é a identidade feminina do autor, segundo pareceres médicos (fls08/11), que o levaram inclusive a submeter-se a procedimento cirúrgico de transgenitalização (mudança externa da genitália masculina para feminina).</p> <p>42 – Afirma o autor que é portador de transexualismo, conhecido na medicina por “síndrome de disforia de gênero”. Seu pedido destaca que a mudança do prenome para adequação do sexo aparente ao sexo psicossocial é o único tratamento que permite uma vivência digna em sociedade. Observe-se toda uma produção do próprio sujeito na fala de si para obter o reconhecimento enquanto sujeito de direito. Para o relator, somente de forma excepcional a legislação e a jurisprudência, consideradas as peculiaridades do caso concreto, têm permitido a alteração do nome. Juntou jurisprudências do TJ paulista destacando que os</p>
--	---

	<p>registros públicos devem espelhar a verdade. Assim, não se pode dizer que o autor, embora com aparência feminina, seja do sexo feminino, se ainda não se submeteu a cirurgia para alteração de sexo.</p> <p>44 - Segundo o relator, o apelante alegou que deseja alterar seu nome, pois, o nome masculino o coloca em situação vexatória; nasceu homem, mas tem aparência feminina e é reconhecido socialmente como mulher; tem sua identidade de gênero denominada travestilidade; não se submeteu a cirurgia, tampouco pretende mudar de sexo em seu registro civil. afirma que o prenome é imutável, admitindo-se, todavia, a sua retificação, em caso de erro gráfico, bem como, sua mudança, se for suscetível de expor seu portador ao ridículo (Lei 6.015/73, art. 58, caput, combinado com o art. 55), não é certo que uma pessoa do sexo masculino porte um nome feminino. E que ainda que o judiciário tenha autorizado a possibilidade de alteração do registro civil para o caso de transexualidade, é necessária que haja, previamente, a mudança definitiva de sexo por meio cirúrgico, pois, não pode o apelante pretender portar o nome Paula e o sexo masculino, que não correspondem à realidade.</p> <p>45 - O autor apelou alegando que, “embora não tenha sido submetido à cirurgia de transgenitalização, é parte legítima para pleitear a alteração do seu prenome junto ao registro civil, condição que pode ser comprovada através de diagnóstico específico por equipe multidisciplinar.</p>
Identidade sexual	Acórdãos identificados
<p>A identidade sexual aparece como sinônimo de identidade de gênero no discurso jurídico. Em muitas manifestações ela está atrelada à prevalência do sexo psicológico e é encontrada em decisões que não elegeram a cirurgia de transgenitalização como requisito à retificação de prenome e de sexo/gênero.</p>	<p>4, 12, 17, 19 e 22</p> <p>4 – De acordo com os elementos do caso concreto, consequência direta, imediata e lógica da retificação do nome da autora em seu assentamento de nascimento seria determinação de retificação do gênero, sua identidade sexual.</p> <p>12 – Como consequência e na cirurgia foram retirados os testículos e realizada a construção de uma vagina, que permite a atividade sexual normal. Não obstante isso, o autor passou por período de avaliação psicológica e psiquiátrica, onde aferida a total identificação com o sexo feminino.</p> <p>17 – Deve, pois, ser facilitada a alteração do estado sexual, de quem já enfrentou tantas dificuldades ao longo da vida, vencendo-se a barreira do preconceito e da intolerância. O Direito não pode fechar os olhos para a realidade social estabelecida, notadamente no que concerne à identidade sexual, cuja realização afeta o mais íntimo aspecto da vida</p> <p>19 – Embora tenha nascido como indivíduo do gênero masculino e assim registrado, sempre se identificou e se comportou como pessoa do sexo feminino, fato que lhe gera inúmeras dificuldades decorrentes da intolerância e preconceito no meio social em que vive.</p> <p>22 – a alteração de seu assento de nascimento, sob a alegação de que é transexual e, embora biologicamente do sexo masculino, identifica-se psicológica e socialmente com o sexo feminino, daí porque pugna pela alteração de seu nome.</p>
Realidade jurídica e naturalística	Acórdãos identificados
<p>Em algumas manifestações o argumento de que o corpo não corresponde à regra do direito naturalístico.</p>	<p>5, 20, 27 e 29.</p> <p>5 - O juiz de primeiro grau negou o pedido alegando que o Registro civil espelha a realidade jurídica e naturalística. Não realizou cirurgia continua sendo homem, logo falta uma das condições da ação que é o interesse de agir.</p> <p>20 - não é certo que uma pessoa do sexo masculino porte um nome</p>

	<p>feminino, pois não corresponde à realidade”. “Não basta alterações na aparência, é necessária completa transformação”.</p> <p>27 - “não há como negar realidade fática. O autor é do sexo masculino e seu prenome está compatibilizado com seu sexo, não à sua opção sexual, ainda que perante seu grupo continue se apresentando como Adriana.”</p> <p>29 - o relator destaca que o registro civil deve espelhar a realidade da pessoa, por intermédio de seu nome, para as relações sociais, no campo civil e no campo penal. Para ele os dados do assento de nascimento são imutáveis e só devem ser modificados em caso de extrema e irrefutável justificativa, sem risco para a verdade.</p>
Identidade Biológica	Acórdãos identificados
<p>O argumento da identidade biológica, aquele apontado a partir da Certidão de Nascimento Vivo – CNV, que identifica os sujeitos a partir do sexo biológico é um argumento muito presente nas decisões. Há aqui uma verdade científica da medicina influenciando a maioria dos acórdãos, seja para acolher, seja para rejeitar.</p>	<p>1, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38.</p> <p>1 - uma identidade feminina em um corpo biológico masculino. Como nenhuma medicação ou técnica de tratamento psicológico fornece qualquer melhora do quadro de transgênero, somos favoráveis a uma cirurgia de transgenitalização.</p> <p>10 - conserva o fenótipo masculino, logo não é mulher aos olhos do judiciário.</p> <p>16 - Para o relator, após efetivada a discordância do sexo biológico com o sexo psicológico, é preciso da prevalência ao sexo psicológico, e no caso é desnecessária a prova de cirurgia de transgenitalização</p> <p>21 - A sentença de primeiro grau foi improcedente, pois para o juiz Fabiana ainda possui órgão sexual feminino, sendo inviável a alteração.</p> <p>22 - Destaca que o nome social ganha relevo na jurisprudência em decorrência do transexualismo e que acompanha parecer do MP de 2º grau que indeferir liminarmente a ação, sem dar provas ao interessado de comprovar sua transexualidade por meio de equipe multidisciplinar</p> <p>23 - Os laudos destacam que é portador de transexualismo e de todas as características demonstrando que sofre inconciliável contrariedade pela identificação sexual masculina que tem hoje. Desde 1988 adota o nome feminino. destaca os laudos anexados no processo para fundamentar seu convencimento, invocando parte do parecer do IMESC e laudo psicológico que informam “as características suficientes para que se suponha sua adequação ao que, segundo o DSM-IV , F.64.0, CID, seria de transtorno de identidade de gênero”.</p> <p>28 - Para o MP e o juiz de primeiro grau, mesmo tendo realizado cirurgia, o autor “continua biologicamente sendo homem. Para o relator, fosse portador de qualquer deficiência física, mereceria talvez a compreensão e simpatia. Mas seu problema é um problema de cérebro, de psiquismo, invisível aos insensíveis e ignorantes.</p> <p>35 - MP recorreu alegando que o juiz decidiu extra petita ao determinar a alteração do sexo do interessado, e que ainda que houvesse esse pedido, sua procedência é inviável pois prevalece o genótipo masculino na hipótese. Pede, inclusive, a conversão do julgamento em diligência para apurar acerca de homonímia em certidões de distribuidores e perícia quanto à genitália</p> <p>36 - Preserva-se, assim, o direito à intimidade, em detrimento àquele genérico da sociedade”. (...) nos casos que o transexualismo, após a realização da cirurgia estéticas (e procedimentos complementares) há a conformação da identidade física aquela psicológica (seja pela realização de neovaginoplastia ou colocação de prótese peniana, conforme a hipótese), não havendo daí razão à prevalência do sexo genotípico nos</p>

	documentos públicos e registro civil, salvo a correta averbação.
Verdade registral	Acórdãos identificados
<p>A verdade registral é um argumento jurídico tem insistido na verdade da certidão de nascimento que corresponda ao que a ciência jurídica indica como o espelho de cada sujeito. Um espelho que retrata a verdade a partir da lógica biológica de cada um.</p>	<p>2, 6, 12, 14, 18, 26, 27, 29, 34, 37 e 38.</p> <p>2 - Para MP registro públicos “retratam realidade” – a tal verdade registral que os discursos legais e jurídicos insistem em afirmar a partir do sexo biológico.</p> <p>6 - Relator endossa a decisão do juiz de primeiro grau que afirma que a mudança do nome e sexo é um desdobramento da cirurgia realizada que adequou uma decorrência lógica que o direito deve assegurar</p> <p>12 - Relator destaca que embora a LRP tem objetivo de ser princípio da veracidade dos fatos, ou seja, ser a CN um informador da verdade do sujeito, e embora a segurança jurídica de terceiros deve sempre ser assegurado num Estado de Direito;</p> <p>14 - Que laudos psicológico e médico informam apenas que é uma indicação técnica de correção cirúrgica e não de alteração registral. Destaca “alteração civil não é possível sem alteração do sexo anatômico”.</p> <p>18 - Não tendo se submetido à cirurgia para ablação dos órgãos externos masculinos, o sexo do requerente era e continua masculino. E destaca que a segurança na identificação fica prejudicada neste caso.</p> <p>26 - Para o relator a decisão de 1º grau foi de sábia pois não há que se falar em “mudança de sexo” e erro registral, ante que tratou de espelhar em seu nascimento sua situação biológica.</p> <p>34 - O relator designado manifestou-se pela alteração do nome, mas mantendo-se o gênero de origem, pois entende que tal alteração além de contrariar a legislação em vigor, particularmente o código civil que impede casamento entre pessoas do mesmo sexo e não corresponde à verdade registral.</p> <p>38 - O registro deve refletir a identidade biológica do apelante, imutável, repita-se, atendendo-se, sem maiores delongas, a autenticidade exigida n art. 1º da Lei 6015, de 1973 – Lei de registros públicos</p>

ANEXO 3 - Relação de Apelações 2000/2015

Nº	Apelação	Câmara	Relator
1	9206600-95.2003.8.26.000	5ª Câmara de Direito Privado	Christine Santini Anafe
2	0003073-19.2009.8.26.0663	7ª Câmara de Direito Privado	Elcio Trujillo
3	0007869-83.2009.8.26.0168	6ª Câmara de Direito Privado	Vitor Guglielmi
4	0015957-43.2010.8.26.0664	4ª Câmara de Direito Privado	Francisco Loureiro
5	0033051-03.2006.8.26.0451	7ª Câmara de Direito Privado	Sousa Lima
6	9069885-07.2007.8.26.0000	1ª Câmara de Direito Privado	Luiz Antonio de Godoy
7	9103308-21.2008.8.26.0000	8ª Câmara de Direito Privado	Ribeiro da Silva
8	9000677-96.2009.8.26.0506	4ª Câmara de Direito Privado	Carlos Henrique Miguel Trevisan
9	0003330-67.2011.8.26.0568	2ª Câmara de Direito Privado	Luiz Francisco Aguilar Cortez
10	0006114-48.2010.8.26.0472	1ª Câmara de Direito Privado	Paulo Eduardo Razuk
11	0627715-81.2008.8.26.0100	8ª Câmara de Direito Privado	Salles Rossi
12	0074021-08.2010.8.26.0224	5ª Câmara de Direito Privado	A. C. Mathias Coltro
13	0049484-11.2011.8.26.0224	10ª Câmara de Direito Privado	Roberto Maia
14	004782-12.2011.8.26.0084	9ª Câmara de Direito Privado	Lucila Toledo
15	0031545-57.2011.8.26.0114	5ª Câmara de Direito Privado	Edson Luiz de Queiroz
16	0008539-56.2004.8.26.0505	6ª Câmara de Direito Privado	Vito Guglielmi
17	0619880-42.2008.8.26.0100	7ª Câmara de Direito Privado	Miguel Brandi
18	0023241-58.2011.8.26.0344	8ª Câmara de Direito Privado	Caetano Lagrasta
19	0062067-97.2012.8.26.0224	9ª Câmara de Direito Privado	Galdino Toledo Junior
20	0003616-51.2012.8.26.0587	8ª Câmara de Direito Privado	Cesar Luiz de Almeida
21	0055269-67.2008.8.26.0576	9ª Câmara de Direito Privado	Galdino Toledo Junior
22	1022947-37.2014.8.26.0100	8ª Câmara de Direito Privado	Salles Rossi
23	0013934-31.2011.8.26.0037	10ª Câmara de Direito Privado	Carlos Alberto Garbi
24	86.851.4/7	5ª Câmara de Direito Privado	Ivan Sartori
25	209.101-4/0-00	1ª Câmara de Direito Privado	Elliot Akel
26	328.005-4/0-00	6ª Câmara de Direito Privado	Magno Araújo
27	377.895-4/3-00	7ª Câmara de Direito Privado	Alvaro Passos
28	352.509-4/0-00	7ª Câmara de Direito Privado	Gilberto de Souza Moreira
29	452.036-4/0-00	9ª Câmara de Direito Privado	Grava Brasil
30	439.257-4/3-00	8ª Câmara de Direito Privado	Salles Rossi
31	492.524-4/0-00	2ª Câmara de Direito Privado	Ary José Bauer Junior
32	417.413 -4 / 5 - 00	10ª Câmara de Direito Privado	Carvalho Viana
33	427.435-4/3	10ª Câmara de Direito Privado	Mauricio Vidigal
34	597.853-4/7-000	3ª Câmara de Direito Privado	Egídio Giacoia
35	642.245-4/4-00	6ª Câmara de Direito Privado	Vito Guglielmi
36	0013923-23.2008.8.26.0161	6ª Câmara de Direito Privado	Vito Guglielmi
37	668.232 - 4 / 5 - 00	6ª Câmara de Direito Privado	Sebastião Carlos Garcia
38	990.10.115057-3	3ª Câmara de Direito Privado	Donega Morandini
39	994.04.072967-8	5ª Câmara de Direito Privado	Christine Santini Anafe
40	514.688-4/6	10ª Câmara de Direito Privado	Mauricio Vidigal
41	0908847-35.2012.8.26.0037	8ª Câmara de Direito Privado	Pedro de A. da Silva Leme
42	0004467-07.2010.8.26.0120	3ª Câmara de Direito Privado	João Pazine Neto
43	004142-59.2012.8.26.0541	6ª Câmara de Direito Privado	Fortes Barbosa
44	0019307-41.2012.8.26.0576	8ª Câmara de Direito Privado	Cesar Luiz de Almeida
45	0025917-51.2013.8.26.0071	10ª Câmara de Direito Privado	Carlos Alberto Garbi

Outras ações consultadas:

Conflito de Competência 2006.008.00467. Décima Quarta Câmara Cível .RJ

Conflito de Competência 0013477-37.2016.8.26.0000, da Comarca de São José dos Campos

Processo nº: 1000342-45.2015.8.26.0009 - Restauração de Registro Civil – Foro Regional Vila Prudente – SP 2ª Vara Cível.

ANEXO 4 - RESOLUÇÃO 1.995, de 3 de setembro de 2010

Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e

CONSIDERANDO a competência normativa conferida pelo artigo 2º da Resolução CFM nº 1.246/88, publicada no DOU de 26 de janeiro de 1998, combinado ao artigo 2º da Lei nº 3.268/57, que tratam, respectivamente, da expedição de resoluções que complementem o Código de Ética Médica e do zelo pertinente à fiscalização e disciplina do ato médico;

CONSIDERANDO ser o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio;

CONSIDERANDO que a cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal brasileiro, haja vista que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico;

CONSIDERANDO a viabilidade técnica para as cirurgias de neocolpovulvoplastia e/ou neofaloplastia;

CONSIDERANDO o que dispõe o parágrafo 4º do artigo 199 da Constituição Federal, que trata da remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como o fato de que a transformação da genitália constitui a etapa mais importante no tratamento de pacientes com transexualismo;

CONSIDERANDO que o artigo 14 do Código de Ética Médica veda os procedimentos médicos proibidos em lei, e o fato de não haver lei que defina a transformação terapêutica da genitália in anima nobili como crime;

CONSIDERANDO que o espírito de licitude ética pretendido visa fomentar o aperfeiçoamento de novas técnicas, bem como estimular a pesquisa cirúrgica de transformação da genitália e aprimorar os critérios de seleção;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CNS nº 196/96, publicada no DOU de 16 de outubro de 1996;

CONSIDERANDO o estágio atual dos procedimentos de seleção e tratamento dos casos de transexualismo, com evolução decorrente dos critérios estabelecidos na Resolução CFM nº 1.652/02 e do trabalho das instituições ali previstas;

CONSIDERANDO o bom resultado cirúrgico, tanto do ponto de vista estético como funcional, das neocolpovulvoplastias nos casos com indicação precisa de transformação do fenótipo masculino para feminino;

CONSIDERANDO as dificuldades técnicas ainda presentes para a obtenção de bom resultado tanto no aspecto estético como funcional das neofaloplastias, mesmo nos casos com boa indicação de transformação do fenótipo feminino para masculino;

CONSIDERANDO que o diagnóstico, a indicação, as terapêuticas prévias, as cirurgias e o prolongado acompanhamento pós-operatório são atos médicos em sua essência;

CONSIDERANDO o Parecer CFM nº 20/10, aprovado em 12 de agosto de 2010;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária de 12 de agosto de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo.

Art. 2º Autorizar, ainda a título experimental, a realização de cirurgia do tipo neofaloplastia.

Art. 3º Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;
- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- 4) Ausência de outros transtornos mentais.

Art. 4º Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto:

- 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;
- 2) Maior de 21 (vinte e um) anos;
- 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.

Art. 5º O tratamento do transgenitalismo deve ser realizado apenas em estabelecimentos que contemplem integralmente os pré-requisitos estabelecidos nesta resolução, bem como a equipe multidisciplinar estabelecida no artigo 4º.

§ 1º O corpo clínico destes hospitais, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, deve ter em sua constituição os profissionais previstos na equipe citada no artigo 4º, aos quais caberá o diagnóstico e a indicação terapêutica.

§ 2º As equipes devem ser previstas no regimento interno dos hospitais, inclusive contando com chefe, obedecendo aos critérios regimentais para a ocupação do cargo.

§ 3º Em qualquer ocasião, a falta de um dos membros da equipe ensejará a paralisação de permissão para a execução dos tratamentos.

§ 4º Os hospitais deverão ter comissão ética constituída e funcionando dentro do previsto na legislação pertinente.

Art. 6º Deve ser praticado o consentimento livre e esclarecido.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogandose a Resolução CFM nº 1.652/02.

Brasília-DF, 12 de agosto de 2010

ROBERTO LUIZ D'AVILA

Presidente

HENRIQUE BATISTA E SILVA

Secretário-geral

ANEXO 5 - LEI nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 (arts 1º a 21)

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

Institui o Código Civil

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

P A R T E G E R A L

LIVRO I
DAS PESSOAS

TÍTULO I
DAS PESSOAS NATURAIS

CAPÍTULO I
DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

II - (Revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

III - (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;

II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

Art. 8º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

Art. 9º Serão registrados em registro público:

I - os nascimentos, casamentos e óbitos;

II - a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;

III - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;

IV - a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

Art. 10. Far-se-á averbação em registro público:

I - das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal;

II - dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação;

III - (Revogado pela Lei nº 12.010, de 2009)

.....

CAPÍTULO II DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

Parágrafo único. O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

Art. 15. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (Vide ADIN 4815)

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

(Vide ADIN 4815)"Apesar do art. 13 do Código Civil (Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes) vedar a disposição do próprio corpo, os juristas que participaram da I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal em setembro de 2002 entenderam que "a expressão 'exigência médica', contida no art. 13, refere-se tanto ao bem-estar físico quanto ao bem-estar psíquico do disponente" (Enunciado nº. 6).

ANEXO 6 - LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 (arts. 55 a 58)

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

(...)

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente.

Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei.(Redação dada pela Lei nº 12.100, de 2009).

§ 1º Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

(...)

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público.